



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

Orçamento Geral do Estado

2015

Panorama Orçamental

Livro 1

Índice

Parte 1: Discurso do Primeiro-Ministro.....	3
Parte 2: Descrição e Análise do Orçamento do Estado	4
2.1: Sumário Executivo.....	4
2.2: Reformas Recentes na Gestão Económica e Financeira	7
2.3: Panorama Económico	10
2.4: Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.....	22
2.5: Despesas e Compromissos dos Parceiros de Desenvolvimento	25
2.6: Receitas.....	39
2.7: Financiamento	59
Parte 3: Textu Lei Orsamentu Jeral Estadu.....	72
Estimativa de receitas a serem cobradas e financiamento das despesas do Orçamento Geral do Estado para 2015 (US \$ milhões)*	86
Tabela I - Estimativa de receitas	86
Parte 4: Documentação de Apoio	119
4.1: Justificação para Transferências a partir do Fundo Petrolífero.....	119
4.2: Relatório 1 sobre o RSE: Necessidades relativas a Transferências a partir do Fundo Petrolífero para o RSE de 2015	121
4.3: Relatório 2 sobre o RSE: Necessidades relativas a Transferências a partir do Fundo Petrolífero para o RSE a médio prazo	122
4.4: Relatório da Deloitte sobre o RSE	123

Siglas e Abreviações

AID	Associação Internacional de Desenvolvimento
ANP	Agencia Nacional do Petróleo
BAsD	Banco Asiático de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CAI	Comité de Assessoria para o Investimento
CFI	Corporação Financeira Internacional
FCTL	Fundo Consolidado de Timor-Leste
COP	ConocoPhillips
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DES	Direitos Especiais de Saque
EAN	Estudo sobre Alimentação e Nutrição
EDS	Estudo Demográfico e de Saúde
EFG	Estatísticas Financeiras Gerais
EPA	Estudo sobre a População Activa
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FAsD	Fundo Asiático de Desenvolvimento
FDCH	Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano
FI	Fundo de Infra-estruturas
FMI	Fundo Monetário Internacional
FP	Fundo Petrolífero
GFP	Gestão das Finanças Públicas
GNL	Gás Natural Liquefeito
IPC	Índice de Preços no Consumidor
JICA	Agência Japonesa para o Desenvolvimento Internacional
KPI	Principais Indicadores de Desempenho
MF	Ministério das Finanças
ODM	Objectivo de Desenvolvimento do Milénio
ONG	Organização Não-Governamental
PED	Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste
PIB	Produto Interno Bruto
PNDs	Programa Nacional de Desenvolvimento dos Sucos
PNTL	Polícia Nacional de Timor-Leste
PPP	Parceria Público-Privada
ROC	Recursos Ordinários de Capital
RSE	Rendimento Sustentável Estimado
SEAPRI	Secretaria de Estado para Apoio e Promoção do Sector Privado
SEPFOPE	Secretaria de Estado para a Política de Formação Profissional e Emprego
SERVE	Serviço Registro Verificação Empresarial
SISKA	Serviços Integrados de Saúde Comunitária
TLSLS	Estudo sobre os níveis de Vida em Timor-Leste
UE	União Europeia
UNTL	Universidade Nacional Timor Lorosa'e
WTI	West Texas Intermediate

Parte 1: Discurso do Primeiro-Ministro

[Este discurso sera inserido apos ser apresentado ao Parlamento Nacional]

Parte 2: Descrição e Análise do Orçamento do Estado

2.1: Sumário Executivo

Política Governamental

O PED descreve como, até 2030, Timor-Leste será transformado num país com rendimentos médio-altos e uma população instruída, saudável e a viver em segurança. O Programa do V Governo Constitucional delineia actividades e políticas para concretizar esta visão. Este Orçamento do Estado para 2015 faz dotação de despesas para financiar estas actividades e políticas.

Crescimento Económico

Para Timor-Leste se poder tornar um país com rendimentos médio-altos até 2030 é necessário que tenha um crescimento forte e de boa qualidade do PIB não-petrolífero. Entre 2007 e 2011 o Governo implementou políticas económicas que conduziram a taxas de crescimento económico muito elevadas; com o crescimento do PIB não-petrolífero a atingir uma média de 12,5% ao ano durante este período. Este crescimento foi motivado por aumentos na despesa do Governo e foi acompanhado por uma inflação relativamente elevada. Em 2012, o crescimento do PIB não-petrolífero abrandou para os 7,8% e não foi motivado por despesas do Governo. Isto marcou a primeira etapa na transição para um crescimento económico de maior qualidade, sustentável, com baixa inflação e conduzido pelo sector privado.

Em 2013, a transição para um crescimento económico de maior qualidade continuou. Estima-se que o PIB não-petrolífero cresça 5,6% em 2013, 7,1% em 2014 e 7,0% em 2015. Estas taxas de crescimento económico são elevadas quando comparadas com as de muitos outros países. Este novo caminho de crescimento é consistente com um crescimento mais lento e sustentável nas despesas governamentais e na inflação, a qual não ultrapassa o alvo do PED de 4,0% a 6,0%. O investimento do sector privado e o consumo das famílias conduzirão o crescimento económico no futuro. O aumento do consumo das famílias contribuirá provavelmente para um aumento sustentável e sustentado dos níveis de vida.

Despesas

O Orçamento do Estado para 2015 é de 1.500,0 milhões de dólares (excluindo empréstimos), o que significa que é apenas 2,1% mais elevado que o orçamento para 2014 (ver tabela 2.1.1). O Governo estabilizou as despesas em 2015 para garantir sustentabilidade fiscal e assegurar que a procura na economia é consistente com uma inflação não superior ao alvo previsto no PED.

O Governo continua a implementar a sua política de antecipação de despesas. Prevê-se que as despesas aumentem em 2016, sobretudo para financiar projectos prioritários do PED no fundo de infra-estruturas. Até 2018, alguns projectos prioritários do PED estarão quase concluídos, o que permitirá uma redução acentuada nas despesas e nos levantamentos acima do RSE. A longo prazo (após 2019) as despesas continuarão a cair e as receitas domésticas aumentarão, o que permitirá que os levantamentos acima do RSE caiam para zero.

Receitas Domésticas

Prevê-se que as receitas domésticas continuem a aumentar em 2015 e a médio prazo (ver tabela 2.1.1). A taxa de crescimento é ligeiramente inferior à registada em anos anteriores, devido sobretudo a receitas menores provenientes da venda de arroz. O Governo está a reduzir a venda de arroz, em resultado do aumento da oferta. Excluindo a venda de arroz, prevê-se que as receitas domésticas cresçam 5,6% em 2015.

Financiamento

O défice não-petrolífero equivale às receitas domésticas menos as despesas (ver tabela 2.1.1). Este défice apresenta uma estimativa aproximada do montante de procura adicional e de dinheiro que as despesas do Governo estão a contribuir para a economia. A médio prazo o défice não-petrolífero está a cair enquanto percentagem do PIB. Esta menor contribuição para a procura na economia a partir das despesas governamentais é consistente com a descida da inflação e com um crescimento económico conduzido pelo sector privado.

Para financiar o défice não-petrolífero em 2015 o Governo está a usar o RSE, levantamentos acima do RSE a partir do FP, saldos de dinheiro e empréstimos.

O RSE para 2015 está calculado em 638,5 milhões de dólares e pode ser visto como o montante que pode ser levantado a partir do FP, todos os anos, para sempre, sem que o fundo alguma vez fique sem dinheiro. O montante total orçamentado para ser levantado a partir do FP em 2015 é de 1.327,5 milhões de dólares; este valor é superior ao RSE em 689,0 milhões. O Governo considera que os levantamentos acima do RSE são necessários a curto prazo para financiar despesas prioritárias. A partir de 2018 é esperado que os levantamentos acima do RSE caiam para zero, à medida que as receitas domésticas aumentam e que as despesas diminuam.

O Governo está a utilizar o saldo de dinheiro no FDCH em 2015 para financiar despesas transportadas. Isto está de acordo com as leis relevantes e com a melhor prática internacional a nível de GFP. O uso total do saldo de dinheiro em 2015 é de 2,1 milhões de dólares.

Estão a ser utilizados empréstimos para financiar projectos importantes de infra-estruturas com taxas de retorno elevadas a nível social e económico. Estes empréstimos têm taxas de

juro relativamente baixas e períodos de graça consideráveis. O financiamento total de empréstimos para 2015 é de 70,0 milhões de dólares.

Tabela 2.1.1: Tabela Fiscal com Itens do Memorando (\$m)

	Conc. 2011	Conc. 2012	Conc. 2013	LO1 2014	Orçam. 2015	2016	2017	2018	2019
Total Despesas por Cat. Dot. (incluindo Empréstimos)	1.105,3	1.247,0	1.081,4	1.500,0	1.570,0	2.046,1	1.990,8	1.777,7	1.569,9
Total Despesas por Cat. Dot. (excluindo Empréstimos)	1.105,3	1.247,0	1.075,1	1.469,0	1.500,0	1.851,7	1.855,3	1.617,9	1.519,9
<i>Recorrentes</i>	502,3	708,8	730,9	992,5	1.029,0	1.080,8	1.122,2	1.166,4	1.211,2
Salários e Vencimentos	111,9	130,7	141,8	176,8	184,1	191,4	199,1	207,0	215,3
Bens e Serviços (inc. FDCH)	246,8	358,2	392,0	480,3	504,7	535,5	555,1	576,6	597,8
Transferências Públicas	143,7	220,0	197,0	335,5	340,3	353,9	368,0	382,7	398,1
<i>Capital</i>	603,0	538,2	350,5	507,5	541,0	965,3	868,5	611,4	358,7
Capital Menor	33,9	46,8	40,0	52,1	36,7	38,2	39,7	41,3	42,9
Capital e Desenvolvim. (incluindo FI e empréstimos)	569,1	491,4	310,6	455,4	504,3	927,1	828,8	570,1	315,8
Receitas Domésticas***	105,3	142,2	151,1	166,1	170,4	182,0	193,7	205,6	217,7
Défice Fiscal Não-Petrolífero	-1.000,0	-1.104,8	-930,3	-1.333,9	-1.399,6	-1.864,1	-1.797,0	-1.572,1	-1.352,2
Financiamento	1.000,0	1.104,8	930,3	1.333,9	1.399,6	1.864,1	1.797,0	1.572,1	1.352,2
RSE	734,0	665,3	730,0	632,3	638,5	632,4	616,3	600,0	590,9
Levantamentos acima do RSE a partir do FP	321,0	829,6	0,0	270,6	689,0	1.037,3	1.045,3	812,3	711,3
Uso de Saldo de Dinheiro	-55,0	-390,1	194,0	400,0	2,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Empréstimos	0,0	0,0	6,3	31,1	70,0	194,4	135,5	159,9	50,0
Indicadores Económicos Seleccionados									
PIB Nominal (Sector não-petrolífero)	1.124,0	1.284,0	1.468,4	1.552,3	1.681,4	1.887,2	2.120,3	2.386,6	2.691,4
Défice Fiscal / PIB (Sector não-petrolífero)	89,0%	86,0%	63,4%	85,9%	83,2%	98,8%	84,8%	65,9%	50,2%

Fonte: Direcção Nacional de Política Económica

2.2: Reformas Recentes na Gestão Económica e Financeira

2.2.1: Panorama

O MF implementou um programa importante de reformas ao longo do último ano. As reformas foram concentradas nas áreas de monitorização económica, GFP e gestão do desempenho.

2.2.2: Monitorização Económica

A formulação de políticas públicas efectivas requer um entendimento detalhado e actualizado da economia. O MF começou a elaborar análises de inflação trimestral e boletins de EFG para possibilitar uma melhor compreensão da economia. Reforçou também o seu modelo de previsão económica.

2.2.2.1: Relatórios de Inflação Trimestral

O MF elabora análises de inflação trimestral para estudar a inflação. Estas análises olham para as tendências nas taxas mensais e anuais de inflação e nas categorias subjacentes do IPC, tais como alimentos e transportes. Estas análises consideram, igualmente, as causas prováveis da inflação, tais como alterações nas despesas governamentais, nas taxas de câmbio e nos preços internacionais das matérias-primas.

Os boletins de inflação trimestral para o 1.º e 2.º trimestre de 2014 foram publicados recentemente no portal electrónico do MF. De futuro, cada análise será publicada pouco tempo após os dados relevantes ficarem disponíveis.

2.2.2.2: Estatísticas Financeiras do Governo

As EFG constituem um quadro de reporte reconhecido a nível internacional para a apresentação e análise de dados fiscais. O Governo implementou recentemente este quadro e publica agora boletins fiscais de EFG todos os trimestres. A implementação das EFG em Timor-Leste tem dois benefícios principais.

Em primeiro lugar, as EFG são um quadro consistente e reconhecido a nível internacional para analisar a posição fiscal do Governo. Os boletins das EFG fornecem informações importantes sobre o modo como as receitas petrolíferas e os investimentos do FP afectam a posição fiscal global do Governo.

Em segundo lugar, as EFG classificam receitas e despesas de forma consistente em todos os países. Isto permite comparações internacionais precisas.

2.2.2.3 Previsão Económica

O MF concluiu recentemente novas previsões de crescimento económico e inflação. Estas previsões foram elaboradas com base num processo melhorado de modelo e previsão económicos. As reformas importantes ao processo de modelo incluíram: previsão dos componentes do PIB não-petrolífero, modelo da inflação e garantia de consistência interna.

Previsão dos componentes do PIB não-petrolífero; no passado previa-se o PIB não-petrolífero, mas não os seus componentes subjacentes. Este ano o MF previu todos os componentes subjacentes do PIB não-petrolífero, tais como o consumo das famílias e o investimento privado. Isto reforça a formulação de políticas económicas, uma vez que não é só o nível global do crescimento económico que importa, mas sim também a sua composição.

Previsão da inflação; o MF melhorou a metodologia que utiliza para prever a inflação. A nova metodologia utiliza técnicas estatísticas avançadas para levar em consideração o impacto sobre a inflação das despesas do Governo, preços internacionais das matérias-primas e taxas de câmbio.

Consistência interna; em Timor-Leste, as despesas governamentais, o crescimento económico e a inflação estão todos interligados. Mais especificamente:

- As despesas governamentais são um componente do PIB não-petrolífero. Deste modo, caso tudo o resto seja igual, despesas elevadas conduzirão a um crescimento económico mais elevado.
- A inflação é parcialmente motivada pelas despesas recorrentes do Governo. Assim, caso tudo o resto seja igual, despesas elevadas resultarão em inflação mais elevada.
- A inflação elevada pode reduzir o crescimento económico a longo prazo, caso mine a competitividade.

No cômputo geral estas reformas resultaram em previsões económicas de qualidade superior que ajudaram o MF a entender melhor os desenvolvimentos económicos recentes e os desenvolvimentos económicos prováveis no futuro.

2.2.3: Gestão das Finanças Públicas

O Governo gasta, cobra e gere dinheiro através do seu sistema de GFP. Este sistema é composto pelas leis, instituições e infra-estruturas informáticas que regem a gestão das finanças públicas. Um sistema de GFP eficaz e efectivo é essencial para limitar a corrupção e para prestar serviços públicos.

Desde 2008 o Governo tem vindo a implementar um programa de reformas abrangentes ao nível da GFP. Este programa de forma é descrito de forma detalhada noutros documentos disponíveis ao público, tais como o Plano Estratégico do MF e o Livro Orçamental 1 para 2013. Esta secção limita-se a delinear as principais reformas a nível da GFP implementadas este ano. As principais reformas incluem:

- Melhoria da interface utilizada pelo sistema integrado de informações de gestão financeira (SIIGF), passando para a V7 financeira na internet. Esta nova interface permite aos ministérios utilizar o SIIGF através da internet, melhorando assim a acessibilidade. A nova interface tem também uma disposição mais clara, mais intuitiva e mais fácil de utilizar.
- Tornar obrigatório o uso dos módulos de gestão de aprovisionamento e de contractos no SIIGF. Isto significa que os ministérios precisam registar no SIIGF as principais etapas dos contractos e processos de aprovisionamento antes de se efectuarem pagamentos aos adjudicatários. Isto limita a corrupção e encoraja ministérios operacionais a seguir os processos correctos.
- Melhoria da administração fiscal através do novo registo de muitos contribuintes com números de identificação fiscal novos e únicos.
- Estabelecimento de uma reunião mensal para discutir e resolver problemas a nível de execução orçamental. A reunião é presidida pelo Director-Geral das Finanças do Estado e conta com a participação de funcionários do MF e dos Directores Financeiros de cada ministério operacional. Esta reunião contribui para uma execução orçamental superior e mais eficiente.

2.2.4 : Medição do Desempenho

Recentemente o Governo implementou reformas para monitorizar e melhorar o desempenho. As reformas principais incluem os Dez Mandamentos e a introdução de KPIs.

2.2.4.1: Os Dez Mandamentos para Melhorar o Desempenho do Estado

O Governo reuniram-se entre os dias 4 e 6 de Agosto de 2014 para discutir formas de identificar problemas e encontrar soluções para melhorar o desempenho do estado. Com base nestas discussões os participantes comprometeram-se em relação a dez mandamentos. A lista completa dos dez mandamentos está disponível no portal electrónico do MF. Três dos mandamentos principais são:

1. Implementar uma Visão, um Plano, uma Acção alinhados com a matriz do PED e comprometer-se com os KPIs como forma de medir o desempenho.
2. Localizar e obter as informações necessárias sobre o sistema actual de GFP antes de fazer comentários públicos sobre este sistema.

3. O sector privado nacional compromete-se a trabalhar em conjunto com o Governo para garantir a qualidade de projectos.

Estes mandamentos devem contribuir para uma administração governamental mais efectiva.

2.2.4.2: Principais Indicadores de Desempenho (KPIs)

Recentemente o MF desenvolveu KPIs. Estes indicadores medem o progresso rumo a objectivos importantes para cada direcção no MF.

Os KPIs são formulados com referência à visão abrangente delineada no Plano Estratégico do MF. Delineiam e medem o trabalho que precisa ser realizado para concretizar esta visão e fornecem uma ligação prática entre objectivos de alto nível e actividades diárias.

A UE e o Governo da Austrália mostraram recentemente a sua confiança no sistema dos KPIs para medir o desempenho, tendo acordado prestar apoio orçamental directo ao MF. Este apoio usa o sistema de gestão das finanças públicas do Governo de Timor-Leste, o que significa que está em linha com os princípios do novo acordo.

No geral os KPIs são uma ferramenta administrativa importante. Estes indicadores ligaram a visão do MF a actividades específicas, reforçaram a orçamentação e melhoraram a gestão de recursos humanos.

Em conclusão, o MF implementou reformas para reforçar a monitorização económica, a gestão das finanças públicas e a gestão do desempenho. Estas reformas devem ajudar no desenvolvimento de políticas mais efectivas e contribuir para despesas públicas mais eficazes.

2.3: Panorama Económico

2.3.1: Economia Internacional

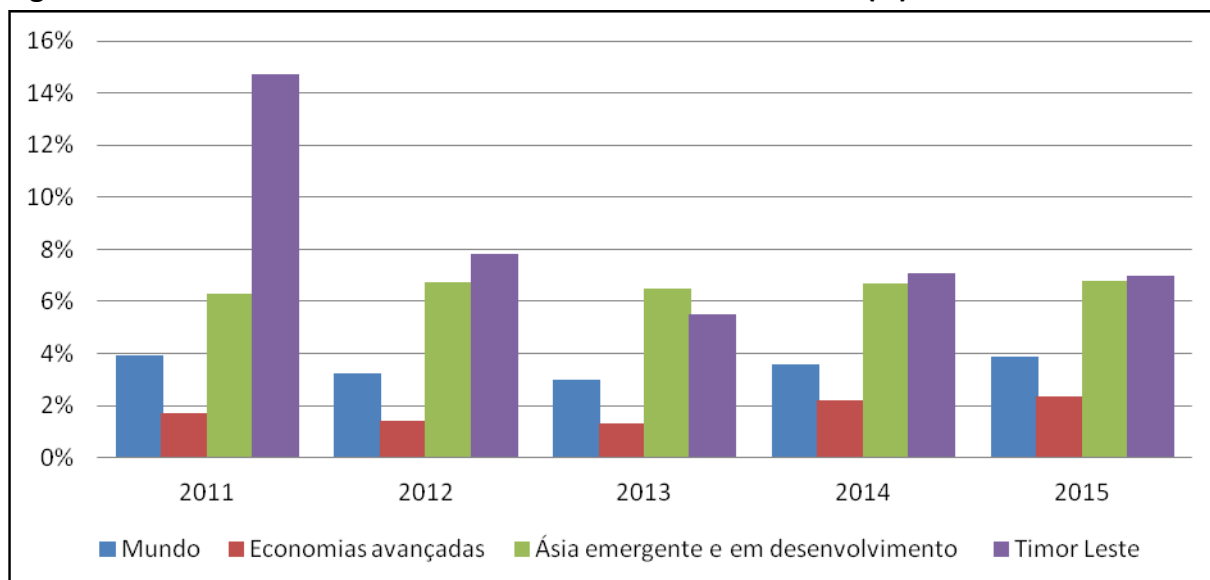
2.3.1.1: Tendências no Crescimento Internacional

A taxa global de crescimento económico abrandou dos 3,2% em 2012 para os 3,0% em 2013. O crescimento nos mercados emergentes e economias em desenvolvimento abrandou dos 5,0% em 2012 para os 4,7% em 2013, sendo que durante o mesmo período o crescimento nas economias avançadas abrandou dos 1,4% para os 1,3%. Apesar das condições financeiras menos favoráveis, os mercados emergentes e as economias em desenvolvimento continuam a impulsionar o crescimento global.

O FMI prevê que a taxa global de crescimento anual aumentará para 3,6% em 2014 e para 3,9% em 2015. Prevê-se que o crescimento superior nas economias avançadas, de 2,2% em 2014 e 2,3% em 2015, seja conduzido por uma redução na austeridade e por condições

monetárias favoráveis. Já o crescimento nos mercados emergentes e nas economias em desenvolvimento, de 4,9% em 2014 e 5,3% em 2015, será resultado do aumento da procura por parte das economias avançadas. Contudo continuam a existir riscos para este panorama, em especial a nível geopolítico. É também possível que haja uma procura abaixo do esperado nas economias avançadas, o que terá impacto no crescimento global.

Figura 2.3.1.1.1: Crescimento Económico Real entre 2011 e 2015 (%)



Fonte: FMI, Base de Dados do Panorama Económico Mundial, Abril de 2014

A Ásia emergente e em desenvolvimento é uma das maiores áreas de crescimento no mundo (ver figura 2.3.1.1.1), sendo que Timor-Leste está a ter um desempenho particularmente bom neste grupo de economias. O aumento da procura por bens e serviços associados com o forte panorama de crescimento em mercados asiáticos constitui uma oportunidade importante para Timor-Leste em termos de exportações.

Tabela 2.3.1.1.1: Taxa de Crescimento Regional Real (%)

País	Concreto		Projecção	
	2012	2013	2014	2015
ASEAN-5	6,2%	5,2%	4,9%	5,4%
Austrália	3,6%	2,4%	2,6%	2,7%
China	7,7%	7,7%	7,5%	7,3%
Indonésia	6,3%	5,8%	5,4%	5,8%
Malásia	5,6%	4,7%	5,2%	5,0%
Filipinas	6,8%	7,2%	6,5%	6,5%
Singapura	1,9%	4,1%	3,6%	3,6%
Tailândia	6,5%	2,9%	2,5%	3,8%
Vietname	5,2%	5,4%	5,6%	5,7%
Timor-Leste*	7,8%	5,6%**	7,1%	7,0%

Fontes: Contas Nacionais de Timor-Leste 2000-2012, Direcção Nacional de Política Económica (Timor-Leste) e Fundo Monetário Internacional, Base de Dados do Panorama Económico Mundial, Abril de 2014

* O PIB de Timor-Leste refere-se somente ao sector não-petrolífero

** Projecção

2.3.1.2: Tendências dos Preços Internacionais

A inflação global em 2013 foi de 3,6% e é esperado que continue abaixo dos 4,0% durante 2014 e 2015. As projecções do FMI apontam para que durante o período de 2014 a 2015 a taxa de inflação dos preços irá descer nos mercados emergentes e economias em desenvolvimento e aumentar nas economias avançadas.

Preços dos Produtos Agrícolas

Os alimentos importados representam uma parte significativa dos alimentos consumidos em Timor-Leste. Deste modo, alterações nos preços internacionais dos produtos agrícolas podem ter um grande efeito na taxa de inflação e no nível de vida em Timor-Leste. O índice da FAO, composto pela média ponderada de cinco índices de preços de alimentos, tem estado relativamente estável desde o terceiro trimestre de 2012. Prevê-se que os preços internacionais das colheitas e da carne desçam a médio prazo, o que irá reduzir a pressão inflacionária em Timor-Leste.

O café é a segunda maior exportação de Timor-Leste (a seguir ao petróleo), sendo que este sector foi identificado como possuindo um potencial de crescimento considerável. Após flutuações consideráveis no preço do café em anos recentes o panorama internacional encontra-se agora estável.

Preços do Petróleo

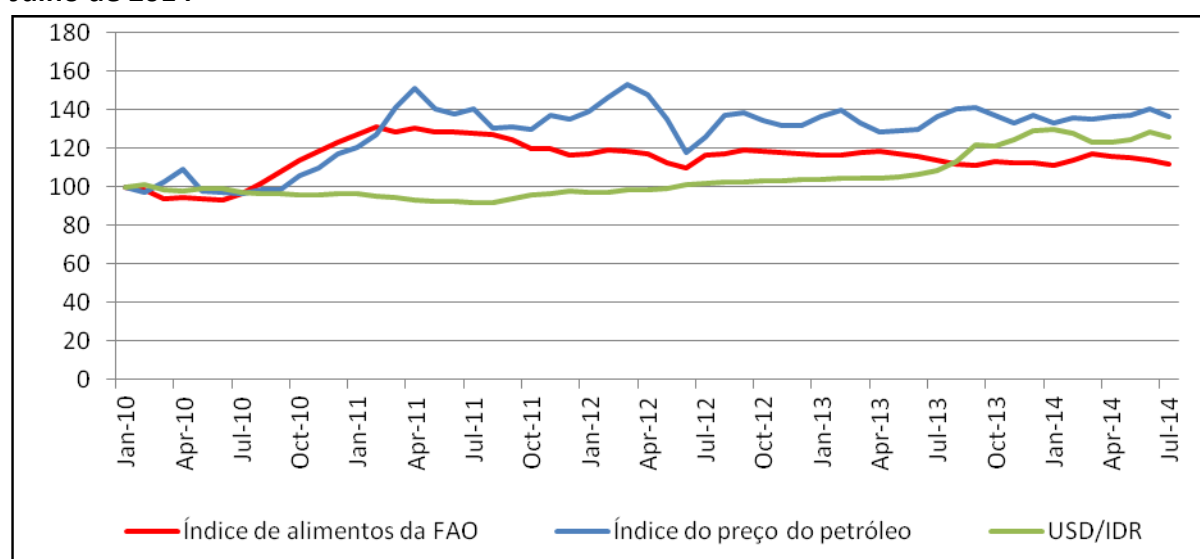
Comparativamente com as grandes flutuações nos preços do petróleo durante o período de 2010 a 2012, os preços do petróleo em 2014 têm estado relativamente estáveis. Após aumentarem 1,0% em 2012, os preços internacionais do petróleo¹ desceram 0,9% em 2013, para os 104,07 dólares por barril. Esta descida foi resultado do crescimento continuado da produção na América do Norte, e teria sido ainda mais significativa se não fossem as perturbações na produção no Médio Oriente. As projecções sugerem que os preços internacionais do petróleo permanecerão estáveis em 2014, aumentando 0,1%, ao passo que em 2015 terão uma queda acentuada de 6,0%, provocada pelo aumento da produção na América do Norte e pela lentidão do crescimento da procura global. As alterações nos preços internacionais do petróleo têm um grande efeito na economia timorense, uma vez que afectam tanto o valor das receitas petrolíferas como o custo do petróleo importado para empresas e consumidores.

Taxas de Câmbio

¹ Média simples do Brent do Reino Unido, Fateh do Dubai Fateh e petróleo bruto da West Texas Intermediate.

Recentemente registou-se uma valorização geral do dólar americano contra as moedas dos principais parceiros comerciais de Timor-Leste, destacando-se a valorização de 16,4% contra a rupia indonésia entre Julho de 2013 e Julho de 2014 (ver figura 2.3.1.2.1). A valorização do dólar contra as moedas dos principais parceiros comerciais de Timor-Leste pode ter encarecido as exportações timorenses nos mercados internacionais, condicionando assim o desenvolvimento dos sectores de exportação. Todavia os consumidores no país beneficiarão de taxas de inflação mais baixas associadas com importações mais baratas.

Figura 2.3.1.2.1: Índices de Alimentos, Petróleo e Taxas de Câmbio, Janeiro de 2010 a Julho de 2014



Fonte: Índice de Preços de Alimentos da FAO e Preços de Bens Primários do FMI

2.3.2: Economia Doméstica

Esta secção começa por rever o desempenho económico entre 2007 e 2012. De seguida discute as projecções económicas entre 2013 e 2015.

2.3.2.1: Análise do Desempenho Económico entre 2007 e 2012

2.3.2.1.1 Total do Produto Interno Bruto

Em 2012 o PIB total aumentou 5,6%, atingindo 4.889,6 milhões de dólares (em preços constantes de 2010). O setor petrolífero registou um aumento de 4,9% em 2012 e continua a ser o sector dominante da economia Timorense, contribuindo 76,4% do PIB total. Nos últimos anos o domínio do sector petrolífero tem diminuído, em resultado da produção petrolífera e do crescimento elevado do PIB não-petrolífero (ver tabela 2.3.2.1.1.1 e figura 2.3.2.1.1.1). Muitas economias dominadas por um único sector de extracção de recursos viram-se vítimas de uma “maldição dos recursos”, porém Timor-Leste tem sido capaz de mitigar os riscos associados com grande riqueza de recursos naturais (ver Caixa de Foco 1), graças a uma política prudente.

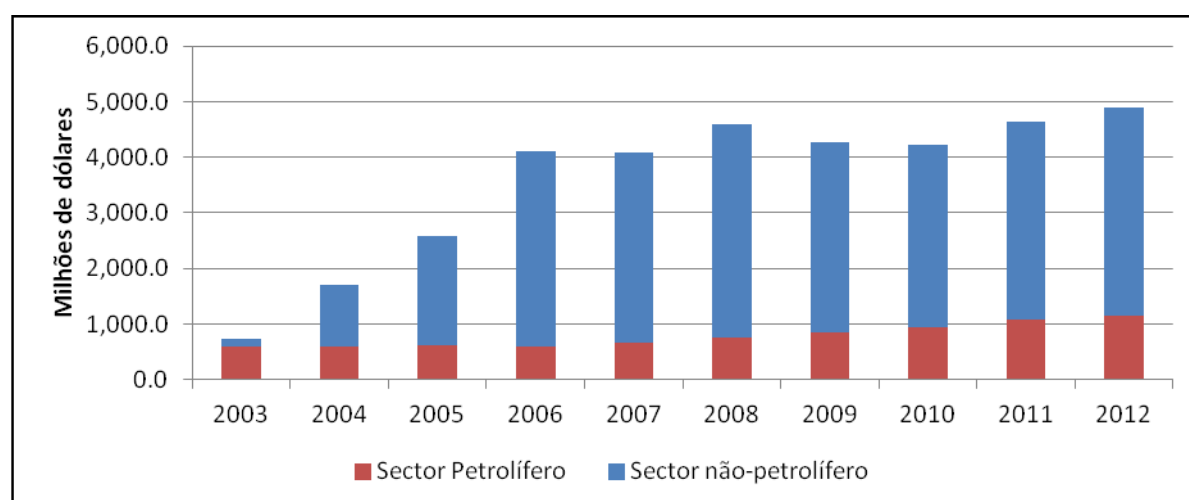
Em Timor-Leste, o total do PIB é uma má forma de medir o bem-estar económico, uma vez que é muito sensível a alterações a curto prazo nos preços e na produção do petróleo. Além disso, há poucos timorenses a trabalhar na indústria petrolífera, pelo que o total do PIB não está relacionado de perto com os níveis de vida. Por estas razões o Governo incide no PIB não-petrolífero, o qual está relacionado mais de perto com os níveis de vida em Timor-Leste do que o total do PIB.

Tabela 2.3.2.1.1.1: PIB Real e Produção do Sector Petrolífero entre 2007 e 2012² (\$m)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Total do PIB (\$m)	4.090,0	4.582,9	4.275,3	4.215,5	4.630,6	4.889,6
Taxa de Crescimento do Total do PIB (%)	-0,6%	12,1%	-6,7%	-1,4%	9,8%	5,6%
Sector Petrolífero (\$m)	3.428,3	3.826,6	3.421,7	3.281,3	3.559,4	3.734,5
Taxa de Crescimento do Sector Petrolífero (%)	-2,7%	11,6%	-10,6%	-4,1%	8,5%	4,9%

Fonte: Contas Nacionais de Timor-Leste 2000-2012, Direcção-Geral de Estatísticas

Figura 2.3.2.1.1.1: PIB Real por Sector entre 2003 e 2012³ (\$m)



Fonte: Contas Nacionais de Timor-Leste 2000-2012, Direcção-Geral de Estatísticas

Caixa de Foco 1: Como Timor-Leste Evitou a Maldição dos Recursos

O que é a Maldição dos Recursos?

A maldição dos recursos ocorre quando a riqueza de recursos naturais leva a conflitos, instabilidade macroeconómica e despesas em projectos que são elefantes brancos (inúteis). Isto, por sua vez, faz com que os níveis de vida fiquem estagnados ou piores.

Como foi que Timor-Leste utilizou os recursos naturais para aumentar a estabilidade?

² Estes são dados preliminares das nas Contas Nacionais de Timor-Leste 2013.

³ Estes são dados preliminares das nas Contas Nacionais de Timor-Leste 2013.

A instabilidade política em Timor-Leste entre 2006 e 2008 não se deveu ao acesso à riqueza de recursos naturais. Desde 2008, Timor-Leste tem desfrutado de estabilidade política e de melhor segurança, ao mesmo tempo que a produção petrolífera aumentou. De facto, o Governo tem vindo a utilizar as receitas do petróleo para financiar pensões para combatentes da libertação nacional e o programa PDID, dando assim dividendos da paz às populações e reduzindo as possibilidades de recorrência de conflitos.

Como foi que Timor-Leste evitou a instabilidade macroeconómica?

Muitos países gastam receitas provenientes dos recursos naturais logo após terem-nas gerado. Isto resulta num ciclo de subidas e descidas acentuadas nos preços dos bens, levando a situações de volatilidade a nível de despesas governamentais, procura e inflação. Timor-Leste tem evitado este tipo de instabilidade macroeconómica. As receitas petrolíferas são guardadas no FP e não fluem directamente para o Orçamento do Estado. Os levantamentos a partir do FP assentam no que é considerável sustentável a longo prazo e não em alterações a curto prazo das receitas petrolíferas.

Despesa em Áreas Prioritárias

Entre 2008 e 2013, a maior parte das despesas com infra-estruturas foi com electricidade (896,2 milhões de dólares). Este projecto aumentou de forma acentuada a geração, distribuição e transmissão de electricidade. A existência de um fornecimento fiável de electricidade é essencial para o crescimento económico e para o desenvolvimento industrial. O melhor acesso à electricidade tem beneficiado muitos timorenses. Este projecto não pode ser visto como um elefante branco. Houve também despesas consideráveis com educação e saúde.

Melhorias nos níveis de vida desde o início da produção petrolífera

Em Timor-Leste, os níveis de vida têm vindo a melhorar desde o início da produção petrolífera. Mais especificamente:

- O PIB não-petrolífero cresceu em média 11,8%, ao passo que o consumo das famílias aumentou 6,7% ao ano entre 2008 e 2012.
- A prevalência de crianças com peso abaixo do normal diminuiu de 48,6% em 2007 para 37,7% em 2013.
- A taxa de matrícula no ensino primário aumentou de 65,6% em 2007 para 91,9% em 2013.

2.3.2.1.2: Economia Não-Petrolífera

Crescimento Económico

O período entre 2007 e 2012 foi um período de crescimento excepcionalmente elevado do PIB não-petrolífero, sendo que ao longo destes seis anos se pode falar de dois períodos de crescimento distintos. O primeiro período foi entre 2007 e 2011 e registou um crescimento elevado resultante do aumento acentuado das despesas governamentais. Já em 2012, o

crescimento ligeiramente inferior do PIB não-petrolífero, de 7,8%, foi impulsionado por factores que não as despesas governamentais.

Tabela 2.3.2.1.2.1: PIB não-petrolífero por Sector entre 2007 e 2012⁴ (\$m)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Sector Não-Petrolífero (\$m)	661,7	756,2	853,6	934,3	1.071,2	1.155,1
Taxa de Crescimento do Sector Não-Petrolífero (%)	11,4%	14,3%	12,9%	9,5%	14,7%	7,8%

Fonte: Contas Nacionais de Timor-Leste 2000-2012, Direcção-Geral de Estatísticas

Tal como se pode ver na figura 2.3.2.1.2.1, registaram-se aumentos rápidos nas despesas governamentais durante o período de 2007 a 2011, em virtude do acelerar da política governamental de antecipação de despesas. A antecipação de despesas utiliza levantamentos acima do RSE a partir do FP a curto prazo para impulsionar o crescimento económico através de investimentos de qualidade elevada em infra-estruturas e capital humano. O Governo está firmemente empenhado em relação à sustentabilidade fiscal, tendo assegurado que os níveis de despesa ao longo do período de 2007 a 2011 e em todos os períodos subsequentes são fiscalmente sustentáveis. Todavia, teria sido insustentável manter as taxas de crescimento nas despesas governamentais registadas durante o período de aceleração. Deste modo, o crescimento das despesas governamentais abrandou, a fim de assegurar sustentabilidade fiscal, reduzindo assim a medida em que as despesas governamentais conduzem o crescimento.

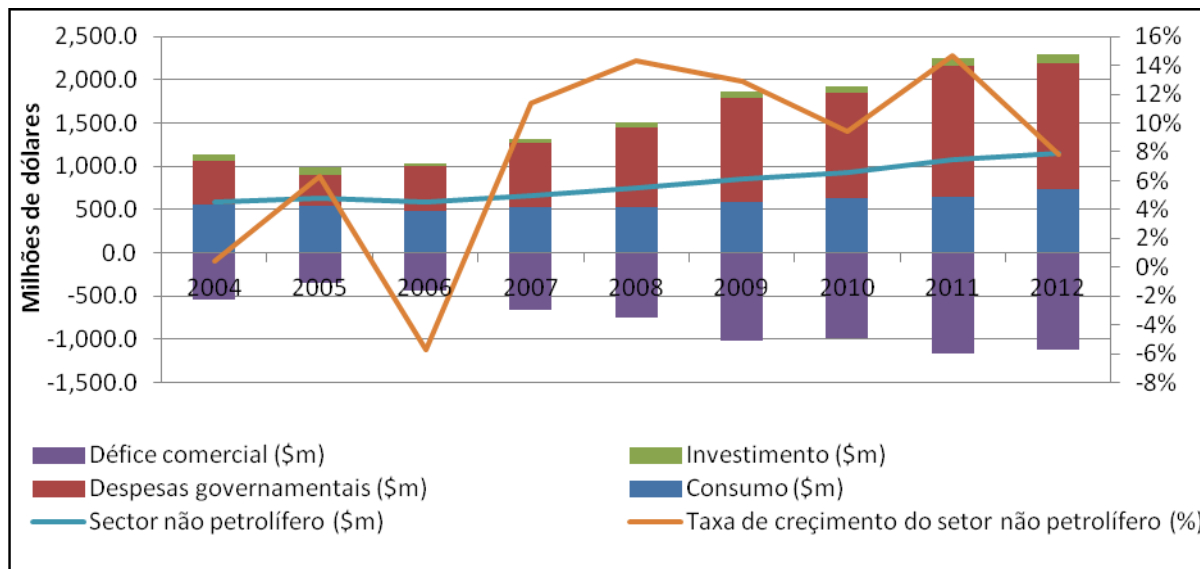
Houve uma redução substancial na taxa de crescimento das despesas governamentais em 2012, destacando-se a redução das despesas com capital e desenvolvimento. Esta queda nas despesas de capital e desenvolvimento deve-se em parte a melhorias no processo de gestão de investimento, o qual pode simultaneamente limitar e melhorar a qualidade das despesas de capital. O menor crescimento das despesas governamentais é em grande parte responsável pelo crescimento abaixo da tendência registado em 2012.

O investimento privado não-petrolífero cresceu consideravelmente ao longo de todo o período entre 2007 e 2012, porém continua relativamente baixo, pelo que não teve um impacto significativo nas taxas de crescimento gerais. O consumo das famílias também cresceu bastante entre 2007 e 2012, aumentando dos 507 milhões de dólares para os 698 milhões (uma subida de 37,6%). É provável que, isto tenha resultado em parte das subidas nas despesas governamentais, em especial no que diz respeito ao aumento dos programas de transferências públicas. Por fim, embora o saldo comercial geral⁵ seja consideravelmente excedentário, o défice comercial não-petrolífero de Timor-Leste cresceu rapidamente entre 2007 e 2011. Em 2012, contudo, devido em grande medida à diminuição das importações, em resultado da descida das despesas com capital e desenvolvimento, o défice comercial diminuiu.

⁴ Estes são dados preliminares das nas Contas Nacionais de Timor-Leste 2013.

⁵ Exportações de bens e serviços menos importações de bens e serviços.

Figura 2.3.2.1.2.1: PIB não-petrolífero real entre 2004 e 2012



Fonte: Contas Nacionais de Timor-Leste 2000-2012, Direcção-Geral de Estatísticas e Direcção Nacional de Política Económica

O crescimento nos principais sectores da economia timorense variou de forma considerável durante os períodos de 2007 a 2011 e de 2012.

Durante o período entre 2007 e 2011, conduzidas pelos aumentos nas despesas governamentais, os sectores de administração pública e da construção civil dispararam, com taxas médias de crescimento anual de 16,5% e 68,7%, respectivamente. Em contraste, o sector agrícola desceu em termos reais entre 2007 e 2011, estando esta descida fortemente associada com as condições climáticas durante este período. Por fim, o sector grossista e retalhista (o quarto maior sector não-petrolífero de Timor-Leste) cresceu em média 7,8% ao ano.

Tal como se pode ver na tabela 2.3.2.1.2.2, o abrandamento das despesas governamentais com salários e vencimentos em 2012 conduziu a um crescimento do sector da administração pública de 11,0%, ficando assim abaixo das tendências. Por outro lado, a descida nas despesas governamentais com capital levou a uma queda de 6,6% na produção do sector da construção. Após descer em 2010 e 2011, o sector agrícola cresceu 14,6% em 2012. O sector agrícola é um sector altamente importante, uma vez que grande parte da população timorense está dependente da agricultura, quer através de emprego formal quer de agricultura de subsistência. O forte crescimento neste sector sugere que, apesar do abrandamento no crescimento real do PIB não-petrolífero, os níveis de vida de uma parte significativa da população timorense podem ter melhorado consideravelmente em 2012. Em 2012 o sector grossista e cresceu 7,3%, dando assim continuidade às taxas de crescimento registadas entre 2007 e 2011.

Tabela 2.3.2.1.2.2: Taxas de Crescimento Real do Sector Não-Petrolífero entre 2006 e 2012 (%)

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
PIB Não-Petrolífero	-5,7%	11,4%	14,3%	12,9%	9,5%	14,7%	7,8%
Agricultura, Florestas e Pescas	5,2%	-3,3%	0,3%	8,1%	-2,9%	-17,9%	14,6%
Construção Civil	-44,6%	94,3%	139,8%	50,0%	6,9%	52,7%	-6,6%
Comércio Grossista e Retalhista	-3,2%	8,6%	13,1%	8,5%	4,4%	4,2%	7,3%
Administração Pública	10,5%	13,1%	5,7%	31,7%	13,1%	19,1%	11,0%
Outros Sectores	-9,9%	9,0%	6,4%	9,5%	13,1%	6,4%	6,4%

Fonte: Contas Nacionais de Timor-Leste 2000-2012, Direcção-Geral de Estatísticas

Inflação

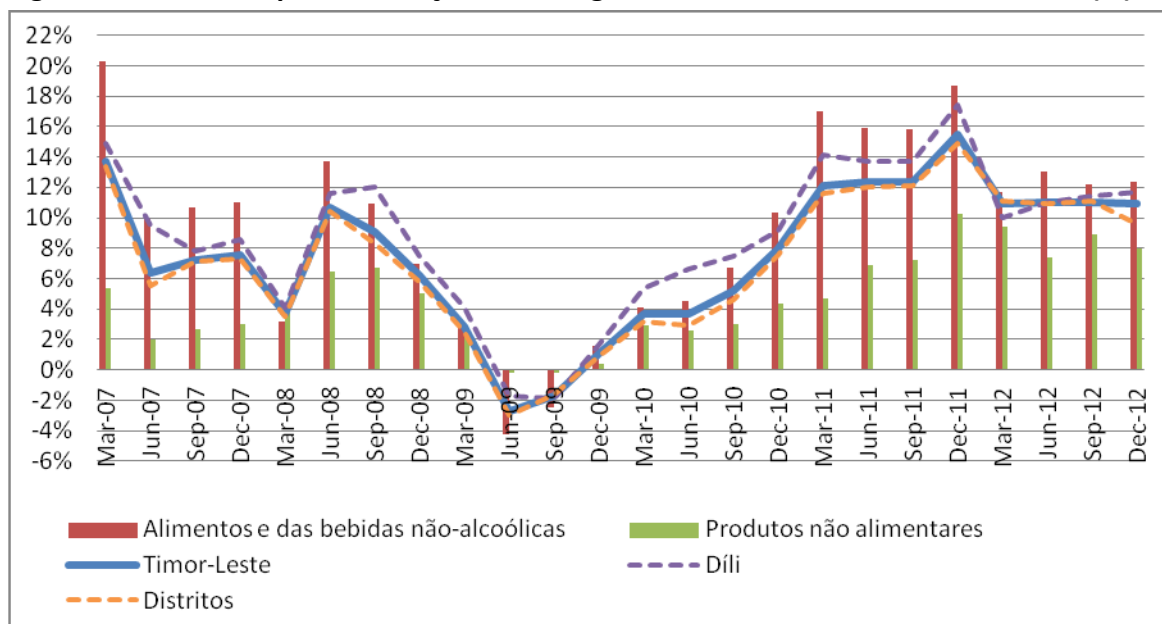
O PED estabelece um alvo de inflação de 4,0% a 6,0%. Tal como se pode ver na figura 2.3.2.1.2.2, a inflação oscilou consideravelmente entre 2007 e 2012, situando-se sobretudo acima do alvo. A inflação registada nas primeiras fases deste período pode ser atribuída em parte aos efeitos sobre a oferta associados às perturbações civis em 2006.

Após um período breve de deflação em finais de 2008 e princípios de 2009, a inflação homóloga⁶ começou a subir gradualmente, atingindo o seu pico nos 15,5% em Dezembro de 2011. Este aumento acentuado na inflação pode ser atribuído a três causas principais. Em primeiro lugar, os aumentos nos preços internacionais dos alimentos podem ter conduzido à subida do preço dos alimentos importados. Em segundo lugar, o dólar americano desvalorizou em relação às moedas dos principais parceiros comerciais de Timor-Leste, conduzindo também provavelmente à subida do preço das importações. Por fim, o aumento nas despesas recorrentes do Governo pode ter aumentado a procura na economia, criando uma pressão inflacionária.

Ao longo deste período, a tendência global na inflação foi conduzida por alterações nos preços dos alimentos e das bebidas não-alcoólicas. Os preços nesta categoria aumentaram 50,6% entre Junho de 2009 e Dezembro de 2012. É provável que, ao longo deste período a inflação no preço dos alimentos e das bebidas não-alcoólicas tenha exercido uma pressão descendente sobre o poder de compra dos consumidores. A inflação em Díli e nos distritos seguiu a mesma tendência durante o período, embora a taxa de inflação tenha sido no geral um pouco mais elevada em Díli.

⁶ A alteração nos preços ao longo de um período de 12 meses.

Figura 2.3.2.1.2.2: Tipos de Inflação Homóloga em Timor-Leste entre 2007 e 2012 (%)



Fonte: Publicação mensal do IPC, Direcção-Geral de Estatísticas

Resumo do Desempenho da Economia Doméstica entre 2007 e 2012

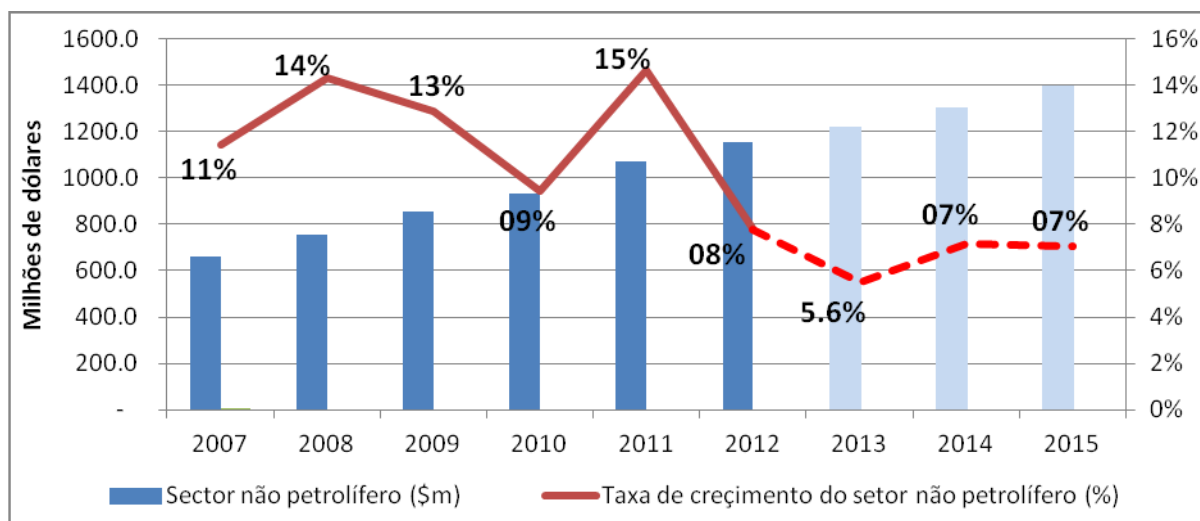
Entre 2007 e 2012, a economia doméstica de Timor-Leste apresentou um crescimento forte. O crescimento económico, entre 2007 e 2011, resultou em grande parte de aumentos nas despesas governamentais, enquanto em 2012 o crescimento foi derivado de outros factores, tais como o consumo das famílias e as exportações de bens. Ao longo do período, a inflação oscilou de forma significativa, porém tem estado essencialmente acima do alvo de 4,0% a 6,0%, especialmente na segunda metade do período, quando as condições internacionais eram desfavoráveis e as despesas governamentais eram elevadas. O consumo das famílias aumentou durante o período, mas não à mesma taxa que o crescimento do PIB não-petrolífero.

2.3.2.2: Panorama a Médio Prazo entre 2013 e 2015

Crescimento Económico entre 2013 e 2015

O MF prevê que o PIB não-petrolífero vá crescer entre 5,6% e 7,1% no período de 2013 a 2015 (ver figura 2.3.2.2.1.). Apesar de estar abaixo do percurso de crescimento registado entre 2007 e 2011, estas taxas de crescimento económico continuam a ser elevadas segundo os padrões internacionais e a estar em linha com a Ásia emergente e em desenvolvimento, como se pode ver na tabela 2.3.1.1.1.

Figura 2.3.2.2.1: PIB não-petrolífero real concreto entre 2007 e 2012 e previsão para 2013 a 2015



Fonte: Direcção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças e Contas Nacionais de Timor-Leste 2000-2012, Direcção-Geral de Estatísticas

Em 2013, a taxa de crescimento do PIB não-petrolífero foi prevista em 5,6%. Esta projecção abaixo da tendência resultou da baixa execução de despesas governamentais com capital, motivada em parte pelas melhorias no ciclo de gestão de importações. As importações de bens e serviços⁷ aumentaram de forma acentuada e contribuíram também para a previsão de crescimento abaixo da tendência. Todavia, prevê-se que se mantenham as fortes taxas de crescimento registadas nos últimos anos em relação ao investimento por parte do sector privado e ao consumo das famílias.

Estima-se que o PIB não-petrolífero cresça 7,1% em 2014 e 7,0% em 2015. A projecção de crescimento para 2014 resulta sobretudo dos aumentos no consumo das famílias e nas despesas recorrentes do Governo. Já em 2015, a taxa de crescimento é motivada por um forte crescimento no consumo das famílias e no investimento por parte do sector privado. O crescimento do investimento privado em 2015 resulta de propostas firmes de projectos por parte de várias multinacionais que pretendem fazer negócios em Timor-Leste.

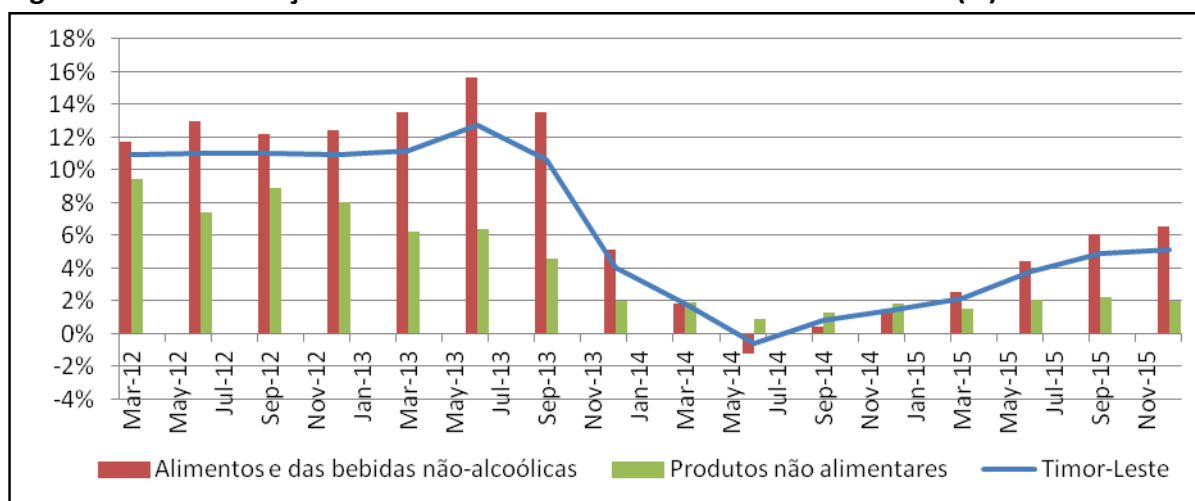
Inflação entre 2013 e 2015

A inflação homóloga em Timor-Leste, em Dezembro de 2013, foi 4,0%. Isto está dentro do alvo do PED de 4,0% a 6,0% e representa uma redução considerável relativamente à inflação com dois algarismos registada entre 2010 e 2012. Esta tendência de descida continuou em 2014, estando previsto que a inflação homóloga fique abaixo do alvo do Governo em 2014 e que regresse ao alvo em 2015.

⁷ Excluindo despesas relacionadas com o projecto de electricidade.

Em Dezembro de 2013, a inflação homóloga foi de 5,1% relativamente a alimentos e bebidas não-alcoólicas e de 2,0% relativamente ao IPC excluindo alimentos. A inflação nestas duas categorias está significativamente abaixo das taxas registadas entre 2011 e 2012. Tal como, durante o período de 2007 a 2012, a taxa de inflação neste período resulta sobretudo da inflação dos alimentos e das bebidas não-alcoólicas, com a inflação de produtos não alimentícios a permanecer mais estável.

Figura 2.3.2.2.2: Inflação do IPC concreta e estimada entre 2012 e 2015 (%)



Fonte: Direcção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças e Publicação mensal do IPC, Direcção-Geral de Estatísticas, Ministério das Finanças

As taxas de inflação mais baixas durante este período, conforme se pode ver na figura 2.3.2.2.2, podem ser explicadas por uma combinação de factores internacionais e domésticos. Entre 2013 e 2014, o dólar americano valorizou-se contra as moedas dos principais parceiros comerciais, em especial a rupia indonésia, o que virá provavelmente a exercer uma pressão de descida nos preços dos bens importados. Além disso, os preços internacionais de alimentos e do petróleo têm permanecido relativamente estáveis, estando previsto que esta estabilidade se mantenha.

Os factores domésticos podem também ter tido um papel na redução da taxa de inflação. As taxas de inflação mais baixas em 2013 e 2014 podem ser o resultado do abrandamento das despesas governamentais em 2013, o qual se traduziu no abrandamento da procura interna. Já o aumento previsto nas despesas recorrentes em 2014 contribui para a previsão de inflação mais elevada em 2015. Do lado da oferta, é possível que os aumentos na oferta de alimentos domésticos ou a remoção de limites à capacidade de importação sejam em parte responsáveis pelas reduções na taxa de inflação. Todavia, a análise do lado da procura está seriamente limitada por condicionalismos em termos de dados.

Crescimento menor, porém com qualidade mais elevada

Embora a previsão do crescimento do PIB não-petrolífero entre 2013 e 2015 esteja abaixo da tendência de crescimento de 2007 a 2011, é provável que este crescimento tenha uma qualidade mais elevada, devido a quatro razões.

Em primeiro lugar, existem sinais de que a economia timorense começou a fazer a transição de um crescimento conduzido por despesas a curto prazo para um crescimento mais sustentável a longo prazo conduzido pelo sector privado. A taxa de crescimento elevada registada entre 2007 e 2011 foi resultado de grandes aumentos nas despesas governamentais, derivados do acelerar da política governamental de antecipação de despesas. Em contrapartida, no período de 2013 a 2015 prevê-se que o crescimento das despesas governamentais abrande e que o crescimento no sector privado comece a conduzir o crescimento do PIB não-petrolífero.

Em segundo lugar, em linha com o crescimento forte conduzido pelo sector privado, as projecções mostram que o investimento privado vai tendo um papel cada vez mais importante na condução do crescimento do PIB não-petrolífero. Prevê-se que o investimento privado atinja níveis sem precedentes em 2015, como resultado de propostas sólidas de várias multinacionais que querem fazer negócios em Timor-Leste. Isto está directamente de acordo com a política governamental de criar as condições necessárias para atrair investimento por parte do sector privado.

Em terceiro lugar, prevê-se que as actuais taxas reduzidas de inflação continuem durante o resto do período de 2013 a 2015. Estas taxas apresentam um contraste acentuado com a inflação elevada registada durante o período de 2007 a 2012. A inflação mais baixa pode ajudar a aumentar o poder de compra dos vencimentos dos cidadãos e a reduzir a pobreza. Além disso, a inflação mais baixa levará a aumentos mais baixos nos custos empresariais. Isto ajudará a melhorar a competitividade internacional de Timor-Leste, o que se traduzirá no aumento das exportações e do investimento.

Por fim, prevê-se que o consumo das famílias continue a aumentar acentuadamente. O montante que a família média consome é uma forma alternativa de medir os níveis de vida.

2.4: Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

Os ODMs consistem em oito objectivos económicos e sociais ambiciosos que o Governo está determinado a atingir até 2015.

Objectivo 1: Erradicar a Pobreza e a Fome

O ENVTL de 2007 indicou que 49,9% dos timorenses viviam abaixo da linha nacional de pobreza de 0,88 dólares por dia. A incidência da pobreza, conforme medida pelo BM em 2010, desceu para cerca de 41,0%. Esta redução foi atribuída em grande medida ao crescimento económico pós-2007. Estão a ser feitos esforços com vista a obter uma estimativa mais recente da pobreza em Timor-Leste.

A má-nutrição infantil tem vindo a cair consideravelmente desde a independência, porém ainda permanece elevada. Mais especificamente, a prevalência de crianças abaixo dos cinco anos com peso inferior ao normal desceu dos 45,8% em 2002 para os 37,7% em 2013. O

Governo está a procurar reduzir ainda mais a má-nutrição infantil através do aumento da produção agrícola, do encorajamento dos cidadãos a melhorar as suas dietas e do fornecimento de merendas nutritivas às crianças nas escolas.

Objectivo 2: Alcançar o Ensino Primário Universal

Registou-se uma melhoria acentuada nas taxas de matrícula no ensino primário. Mais especificamente, a taxa líquida de matrículas aumentou dos 65,6% em 2007 para os 91,9% em 2013.⁸ A taxa líquida de matrículas é agora também mais elevada para as raparigas do que para os rapazes, tanto no ensino primário como no ensino secundário.

Continuar a alargar e a melhorar a qualidade do ensino é uma prioridade para o Governo. As políticas principais incluem a melhoria do acesso e a qualidade das escolas, a redução do absentismo, a implementação de um novo currículo e a melhor preparação das crianças para o ensino primário, através de melhorias a nível do ensino pré-primário.

Objectivo 3: Promover a Igualdade de Género e a Autonomização da Mulher

A igualdade de género melhorou em Timor-Leste, sendo que as mulheres ocupam actualmente 38,5% dos assentos parlamentares, superando assim o alvo governamental de 35%.

O Governo está empenhado em continuar a fazer reformas a nível de instituições, política, tomada de decisões políticas e educação, a fim de melhorar a igualdade de género. As actividades principais incluem, entre outras: condução de uma campanha de sensibilização sobre leis e políticas sensíveis à questão do género, estabelecimento de um congresso feminino a nível de distrito e contratação de mais professoras do sexo feminino, para serem modelos positivos para as raparigas.

Objectivo 4: Reduzir a Mortalidade Infantil

Timor-Leste já concretizou o seu objectivo de reduzir em dois terços a mortalidade de crianças com menos de cinco anos. De acordo com o EDS de 2009-2010, a taxa de mortalidade infantil desceu para os 44,0 por cada 1.000 nados vivos, superando assim o alvo de 53,0 por cada 1.000 nados vivos.

O Governo está empenhado em continuar a melhorar a saúde infantil. As políticas principais incluirão o fortalecimento de serviços de saúde e a continuação da melhoria das taxas de vacinação.

Objectivo 5: Melhorar a Saúde Materna

A mortalidade materna caiu desde a independência, porém continua a ser elevada quando comparada com a de outros países na região. Houve 557 mortes maternas por 100.000

⁸ EAN em Timor-Leste de 2013.

nados vivos em 2009/2010⁹, comparativamente com 660 mortes por 100.000 nados vivos em 2000.

A política de saúde materna é uma área que tem registado progressos consideráveis em Timor-Leste. As políticas têm incidido na sensibilização sobre questões de saúde materna, reforço dos recursos humanos no sector da saúde, garantia de que as unidades de saúde estão bem equipadas, melhoria da situação nutricional das mães e fortalecimento dos serviços de planeamento familiar.

Objectivo 6: Combater o VIH/SIDA, a Malária e outras Doenças

A malária continua a ser uma das principais preocupações a nível de saúde pública, uma vez que mais de 80% da população estão em risco elevado e que uma alta percentagem dos casos diz respeito a crianças. A malária tem sido combatida através do aumento do conhecimento e da sensibilização sobre as suas causas, do reforço da recolha de dados, da distribuição de redes mosquiteiras e do emprego de voluntários para detectar e tratar esta doença.

O primeiro caso de VIH/SIDA foi detectado em Timor-Leste, em 2003. Desde então, o número de casos aumentou para 426, tendo já morrido 41 pessoas. Isto implica que a prevalência do VIH/SIDA em Timor-Leste, apesar de reduzida, tem vindo a aumentar. As políticas principais nesta área têm sido campanhas de saúde pública para sensibilizar as pessoas sobre o VIH/SIDA e reforço da capacidade do sistema de saúde para diagnosticar e tratar esta doença.

Objectivo 7: Garantir a Sustentabilidade Ambiental

O Censo de 2010 sugere que mais de 90,0% da população utilizam lenha com fonte de energia para cozinhar, o que pode estar a contribuir para a ligeira perda de cobertura florestal registada entre 2001 e 2009, passando dos 51% para os 50%. A recente expansão da rede nacional eléctrica pode reduzir a procura por lenha e a consequente desflorestação. Existem igualmente planos para plantar sândalo, mogno e teca, o que contribuirá directamente para a reflorestação.

A percentagem da população que utiliza uma fonte de água melhorada e a percentagem da população que utiliza uma instalação de saneamento melhorada aumentaram em Timor-Leste desde 2001. O Governo melhorou a água e o saneamento através do fortalecimento do planeamento, da construção de novas instalações e do aumento da capacidade das comunidades para manter estas instalações. O Governo pretende construir um total de 65.000 latrinas para famílias vulneráveis até 2017, bem como desenvolver planos gerais de água para todos os distritos.

⁹ Este valor é retirado do EDS de 2009/2010.

Objectivo 8: Criar uma Parceria Global para o Desenvolvimento

O Governo está a encorajar os parceiros de desenvolvimento a utilizar sistemas nacionais no que diz respeito a Ajudas Externas ao Desenvolvimento. Recentemente, o Governo da Austrália e a UE mostraram a sua confiança nos sistemas nacionais através da provisão de apoio directo ao orçamento.

Timor-Leste reforçou o seu relacionamento com a comunidade internacional através do seu papel de liderança no G7+ e da presidência da CPLP.

O Governo reconhece também que, no contexto de uma economia globalizada, é importante promover novas tecnologias, uma vez que isto será a chave para Timor-Leste concretizar os seus objectivos de desenvolvimento. Nesta área, Timor-Leste tem assistido a grandes melhorias, com aproximadamente metade da população a ter actualmente acesso a telemóvel. Houve igualmente melhorias semelhantes a nível do acesso à internet, com aproximadamente 25% da população a ser capaz de aceder.

2.5: Despesas e Compromissos dos Parceiros de Desenvolvimento

As fontes combinadas do Orçamento do Estado para 2015 totalizam 1.735,5 milhões de dólares. Este total é composto por 1.570,0 milhões em despesas governamentais (incluindo empréstimos) e 165,5 milhões a partir dos parceiros de desenvolvimento.

O total das despesas governamentais (excluindo empréstimos) em 2015 é apenas 2,1% superior ao total registado em 2014. O Governo está a estabilizar as despesas com vista a garantir sustentabilidade fiscal, despesas com boa qualidade e uma melhor execução orçamental. O baixo crescimento das despesas governamentais é também consistente com o maior crescimento económico conduzido pelo sector privado e pela baixa inflação.

2.5.1: Despesas por Fundo

As despesas governamentais estão espalhadas pelo FCTL, FI, FDCH e empréstimos. As despesas do FCTL e do FI em 2015 (incluindo empréstimos) aumentaram 1,1% e 7,8%, respectivamente, em comparação com o orçamento para 2014; já as despesas do FDCH descenderam 19,7% comparativamente com o valor no orçamento para 2014.

Os gastos do FI aumentaram apenas de forma modesta em 2015, uma vez que o Governo reviu todas as propostas de projectos e só aprovou projectos com taxas de retorno económico elevadas. Isto deverá aumentar a execução orçamental e fomentar retornos de investimentos.

As actividades do FDCH foram revistas e os gastos foram reformulados de modo a garantir uma boa relação qualidade-custo. O crescimento das despesas do FCTL tem sido condicionado para garantir sustentabilidade fiscal e melhorar a execução orçamental.

As despesas financiadas por empréstimos aumentaram para mais do dobro comparativamente com o orçamento para 2014, chegando aos 70,0 milhões de dólares em 2015.

Tabela 2.5.1.1: Despesas por Fundo (\$m)

	Conc. 2013	LO1 2014	Orçam. 2015	2016	2017	2018	2019
Orçamento de Fontes Combinadas	1.341,7	1.742,8	1.735,5	2.122,0	2.012,2	1.783,9	1.571,9
Despesas Governamentais por Fundo	1.081,4	1.500,0	1.570,0	2.046,1	1.990,8	1.777,7	1.569,9
FCTL	836,0	1.091,4	1.103,9	1.148,1	1.194,0	1.241,7	1.291,4
FDCH	34,5	40,0	32,1	44,0	44,0	45,0	45,0
FI (excluindo empréstimos)	204,7	337,5	364,0	659,6	617,3	331,1	183,5
Empréstimos	6,3	31,1	70,0	194,4	135,5	159,9	50,0
Compromissos de Parceiros de Desenvolvimento	260,3	242,8	165,5	75,9	21,5	6,2	1,9

Fontes: Direcção Nacional do Orçamento e Unidade de Gestão de Parceiros de Desenvolvimento.

2.5.2: Despesas do FCTL

O FCTL é a conta central do Governo e inclui todas as despesas para ministérios operacionais e agências autónomas, com a excepção do FI e do FDCH. Dentro do FCTL, as despesas recorrentes e de capital estão espalhadas por cinco categorias de dotação, tal como se pode ver na tabela 2.5.2.1.

É esperado que as despesas no FCTL aumentem ligeiramente (1,1%) em 2015. As despesas recorrentes aumentarão 4,7% e as despesas de capital descerão 23,0% em 2015, comparativamente com os valores orçamentados para 2014.

Tabela 2.5.2.1: Despesas do FCTL por Fundo (\$m)

	Conc. 2013	LO1 2014	Orçam. 2015	2016	2017	2018	2019
Total das Despesas do FCTL	836,0	1.091,4	1.103,9	1.148,1	1.194,0	1.241,7	1.291,4
Recorrentes	696,4	952,5	996,9	1.036,8	1.078,2	1.121,4	1.166,2
Salários e Vencimentos	141,8	176,8	184,1	191,4	199,1	207,0	215,3
Bens e Serviços	357,5	440,3	472,6	491,5	511,1	531,6	552,8
Transferências Públicas	197,0	335,5	340,3	353,9	368,0	382,7	398,1
Capital	139,6	138,9	107,0	111,3	115,8	120,4	125,2
Capital Menor	40,0	52,1	36,7	38,2	39,7	41,3	42,9
Capital e Desenvolvimento	99,6	86,8	70,3	73,1	76,1	79,1	82,3

Fonte: Direcção Nacional do Orçamento

O Governo aumentou as despesas recorrentes apenas de forma ligeira, uma vez que será difícil reverter quaisquer aumentos no futuro. Por exemplo, aumentar a dimensão da função pública é uma acção difícil de reverter mais tarde. Este crescimento condicionado das despesas recorrentes é necessário para garantir a sustentabilidade fiscal.

As despesas de capital no FCTL foram reduzidas em 2015, sobretudo em resultado de uma redução de 29,6% nos gastos com capital menor. O Governo fez esta poupança através da revisão das despesas com capital menor e da eliminação de gastos desnecessários. Isto deverá aumentar a eficiência das despesas públicas no futuro.

2.5.2.1: Salários e Vencimentos

É esperado que as despesas com salários e vencimentos tenham um crescimento modesto de 4,1% em 2015. As medidas principais para 2015 são:

- 2,3 milhões de dólares para o Ministério da Educação para o aumento dos salários dos professores, sobretudo aqueles colocados em áreas remotas. Esta despesa permitirá atrair mais e melhores professores, melhorando assim a qualidade do ensino no país inteiro.
- 2,0 milhões de dólares para o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação para o aumento das despesas de vida de Embaixadores timorenses no estrangeiro. Isto permitirá aos Embaixadores representar melhor os cidadãos e as empresas timorenses em países estrangeiros.
- 1,4 milhões de dólares para a PNTL, Ministério da Saúde e Tribunais para pagar os vencimentos de novos elementos da PNTL na Austrália e na Indonésia, bem como parteiras e médicos e uma nova auditoria nacional nos tribunais. Isto encorajará a adesão de trabalhadores qualificados a sectores fundamentais, como a defesa, a justiça e a saúde.

2.5.2.2: Bens e Serviços

Os bens e serviços são a maior categoria de dotação no FCTL, indo chegar aos 472,6 milhões de dólares em 2015. Isto supera em 7,3% o valor orçamentado para 2014. Esta secção começa por descrever as medidas sob esta categoria de dotação, após o que passa a classificar os investimentos.

Medidas

As medidas principais relativas a bens e serviços incluem:

- 115,6 milhões de dólares para o Ministério das Obras Públicas para combustível e manutenção dos geradores eléctricos. O fornecimento de electricidade a todo o país foi um dos maiores feitos do Governo, sendo esperado que suporte o desenvolvimento económico futuro. Garantir a manutenção efectiva dos geradores e o fornecimento adequado de combustível é essencial para assegurar um fornecimento regular de electricidade.
- 20,0 milhões de dólares em serviços jurídicos. Isto contribuirá para o melhor funcionamento da administração pública.
- 17,8 milhões de dólares para o Ministério da Educação para o programa de merendas escolares em escolas públicas e para bolsas de estudo. A nutrição adequada e suficiente das crianças melhorará a sua saúde e os seus resultados escolares.
- 15,3 milhões de dólares para o Ministério da Saúde para comprar medicamentos e alimentos para pacientes. Estas despesas irão ajudar a melhorar a qualidade dos serviços de saúde prestados no país.
- 14,5 milhões de dólares para o Ministério da Justiça com vista ao programa Ita Nia Rai e ao registo cadastral. Estes programas são importantes para melhorar os direitos de terras em Timor-Leste, o que por sua vez contribuirá para a segurança e para o crescimento económico.
- 8,5 milhões de dólares para o Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente, para a importação de arroz e venda de produtos locais. Isto ajudará o mercado nacional do arroz, contribuirá para os programas de merendas escolares e de auxílio a desastres, e garantirá acesso básico a alimentos por parte da população.
- 7,5 milhões de dólares para Todo o Governo para o pagamento de quotas e para o censo de 2015. Este estudo dá informações importantes sobre a população e sobre os níveis de vida em Timor-Leste.
- 5,5 milhões de dólares para Todo o Governo para o Fundo Contrapartido. Este fundo paga a contribuição do Governo em projectos realizados com parceiros de desenvolvimento para fomentar o crescimento económico e reduzir a pobreza.

- 3,7 milhões de dólares para o Ministério da Agricultura e Pescas Ministério da Agricultura e Pescas para a compra de sementes. Isto contribuirá para o desenvolvimento da agricultura e para melhorar a segurança alimentar.
- 3,0 milhões de dólares para Todo o Governo para reforçar a Lei Tributária. A melhoria das receitas fiscais é uma estratégia essencial do Governo, de modo a permitir a diversificação dos fluxos de receitas. Esta despesa contribuirá para este objectivo e ajudará o Governo a aumentar a eficácia da administração e cobrança tributárias.
- 2,0 milhões de dólares para o Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente para a celebração do 500º aniversário de Oe-cusse.
- 1,8 milhões de dólares para o Ministério da Solidariedade Social para entretenimento e contribuições para combatentes da libertação nacional para honrar os sacrifícios feitos em prol da independência de Timor-Leste.
- 1,6 milhões de dólares para a Comissão Nacional de Eleições para o programa de eleição de Chefes de Suco. A promoção da democracia e do desenvolvimento rural é de grande importância para o Governo, de modo a assegurar crescimento inclusivo e a manter a segurança em todo o território.
- 1,5 milhões de dólares para o Ministério da Administração Estatal para a eleição de líderes comunitários. O fortalecimento das comunidades locais contribuirá para o desenvolvimento rural e para a segurança.
- 1,5 milhões de dólares para Todo o Governo para a CPLP. Esta verba ajudará Timor-Leste durante a sua presidência da CPLP e na promoção de diálogo e comércio entre países lusófonos. O papel de liderança de Timor-Leste na CPLP permitirá ao país ter uma maior influência na comunidade global.
- 1,4 milhões de dólares para o Ministério da Agricultura para apoiar grupos de agricultores. A promoção da produção local é uma prioridade para o Governo e ajudará a garantir acesso sustentável a alimentos.
- 1,3 milhões de dólares para o Ministério dos Transportes e Comunicações para a compra de combustível para o ferry Berlin Nakroma. Esta despesa contribuirá para a melhoria dos transportes, que são uma parte importante da estratégia governamental de crescimento económico.
- 1,2 milhões de dólares para a Presidência da República para promover e apoiar comunidades rurais.
- 1,0 milhões de dólares para o Ministério da Justiça para passaportes biométricos. Esta despesa facilitará as deslocações dos cidadãos timorenses ao estrangeiro.

- 1,0 milhões de dólares para o Programa do Triângulo de Crescimento entre Indonésia, Timor-Leste e Austrália. Esta despesa contribuirá para a melhoria das relações com os parceiros vizinhos, fomentando comércio e laços regionais mais estreitos.

Investimentos

O Governo considera que muitas despesas ao abrigo dos bens e serviços do FCTL são investimentos que contribuem para o desenvolvimento. Mais especificamente, 43,0% do total das despesas com bens e serviços no FCTL são classificados como investimentos físicos, sociais ou em capital humano.

Investimentos Físicos

Os investimentos físicos totalizam 129,1 milhões de dólares, o que representa 27,3% das despesas do FCTL com bens e serviços. Isto inclui contribuições contrapartidas, compra de sementes, combustível e manutenção para os geradores e combustível para o ferry Berlin Nakroma.

Investimentos Sociais

Os investimentos sociais têm resultados positivos directos no bem-estar da população. Estes investimentos totalizam 73,5 milhões de dólares, o que representa 15,6% da despesa total com bens e serviços. As maiores medidas classificadas como investimentos sociais são a importação de arroz, o programa de merendas escolares, o registo cadastral, programas de apoio às comunidades e de liderança comunitária, actividades relativas ao 500º aniversário de Oe-cusse, alimentos e medicamentos para pacientes, passaportes biométricos, contribuições para os combatentes da libertação nacional e o censo.

Investimentos em Capital Humano

Os investimentos em capital humano aumentam as qualificações e a produtividade da população activa. Das despesas do FCTL com bens e serviços, considera-se que 0,8 milhões de dólares contribuem directamente para o desenvolvimento de capital humano. Estas despesas incluem programas de formação de professores e de educação vocacional.

2.5.2.3: Transferências Públicas

As transferências públicas englobam todo o dinheiro que o Governo gasta em concessões públicas e pagamentos consignados. São a segunda maior categoria nas despesas recorrentes, estando previsto que atinjam 340,3 milhões de dólares em 2015.

Esta secção descreve as medidas principais para esta categoria e a sua classificação em diferentes tipos de investimento.

Medidas

As medidas principais relativamente a transferências públicas incluem:

- 176,4 milhões de dólares para o Ministério da Solidariedade Social para programas sociais, incluindo pensões para combatentes da libertação nacional, idosos e inválidos, bem como o programa Bolsa de Mãe. Estes programas dão apoio a grupos vulneráveis e merecedores e contribuem para a redução da pobreza.
- 20,0 milhões de dólares para o Gabinete do Primeiro-Ministro para apoio de emergência à reabilitação de escolas e clínicas de saúde por todo o território. A melhoria da saúde e da educação em Timor-Leste é uma prioridade do Governo.
- 17,8 milhões de dólares para o Ministério da Administração Estatal para apoiar o PNDS. Este programa contribui significativamente para o desenvolvimento rural.
- 14,0 milhões de dólares para o Gabinete do Primeiro-Ministro para o apoio a ONGs. O sector das ONGs em Timor-Leste presta um serviço valioso ao país e ao seu povo.
- 11,5 milhões de dólares para o Ministério do Petróleo e Recursos Minerais para apoiar a ANP, o Timor GAP e o IPG. Este dinheiro é necessário para garantir que Timor-Leste retira o máximo de benefícios dos seus recursos naturais.
- 10,5 milhões de dólares para a SEPFOPE para emprego rural, indústria da cerâmica, programa de construção de cinco casas, alterações rodoviárias e programa de emprego por conta própria e formação móvel. Isto contribuirá para a promoção da criação de emprego e do crescimento económico.
- 10,0 milhões de dólares para Todo o Governo para a capitalização do Banco Central de Timor-Leste. Isto facilitará o aumento do crédito para o sector privado e contribuirá para o desenvolvimento do sector financeiro do país.
- 9,9 milhões de dólares para o Conselho de Minsitros para a Zona Especial de Economia Social de Mercado em Oecusse.
- 8,3 milhões de dólares para o Ministério da Saúde para tratamentos no estrangeiro, uma nova clínica cardiovascular e actividades de apoio a nível de saúde pública e SISKa. Estes investimentos são importantes para garantir que a qualidade dos serviços de saúde prestados à população continua a melhorar.
- 7,3 milhões de dólares para o Ministério da Administração Estatal para subsidiar o Conselho de Sucos e custos operacionais de limpezas em Díli.
- 6,5 milhões de dólares para a Secretaria de Estado da Juventude e Desporto para apoiar actividades a nível de desporto e artes. A promoção da cultura e do desporto é importante para a moral e para a promoção das tradições timorenses.

- 6,2 milhões de dólares para o Ministério da Educação para apoio a universidades, instituições salesianas de ensino e programa de merendas escolares em escolas privadas.
- 6,0 milhões de dólares para Todo o Governo para pensões para antigos Primeiros-Ministros, Presidentes da República, Presidentes do Parlamento, Ministros de Governo e Deputados.
- 6,0 milhões de dólares para a Comissão Nacional de Eleições para apoiar partidos políticos. Estas despesas contribuirão para o processo democrático em Timor-Leste.
- 4,8 milhões de dólares para o Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente para apoiar cooperativas, grupos comerciais, grupos industriais e grupos de protecção ambiental.
- 4,0 milhões de dólares para Todo o Governo destinados a contribuições financeiras.
- 4,0 milhões de dólares para a UNTL para bolsas de estudo através de organizações parceiras internacionais. Isto garantirá que os timorenses têm acesso a universidades de renome mundial.
- 2,7 milhões de dólares para o Ministério da Solidariedade Social para apoiar órfãos, sem-abrigo e deficientes. O Governo está empenhado em apoiar estes e outros grupos vulneráveis na sociedade.
- 2,5 milhões de dólares para o secretariado do g7+. O trabalho deste secretariado garante que a voz dos estados frágeis é ouvida e que resulta em acções por parte da comunidade internacional.
- 1,5 milhões de dólares para a SEAPRI para o centro de bambu e para apoiar o sector privado nas áreas da agricultura e do turismo. Estas iniciativas são importantes para promover a diversificação económica e para apoiar novas indústrias.
- 1,5 milhões de dólares para o Ministério das Obras Públicas para apoiar a instalação de painéis solares em comunidades sem acesso a electricidade. Isto contribuirá para o compromisso do Governo de fornecer electricidade a todo o território e para promover o uso de energias renováveis.
- 1,2 milhões de dólares para o Ministério da Solidariedade Social e para o Gabinete do Vice-Primeiro-Ministro para os programas da Cruz Vermelha e do VIH/SIDA. Isto apoiará a provisão de cuidados de saúde em Timor-Leste.
- 1,0 milhões de dólares para o Ministério do Turismo destinados a eventos nacionais e internacionais.

Investimentos

Os investimentos para transferências públicas em 2015 totalizam 332,3 milhões de dólares, o que representa 97,7% do total das despesas orçamentadas com transferências públicas.

Investimentos Físicos

O Governo classificou 65,0 milhões de dólares de gastos com transferências como investimentos físicos, representando 19,1% das despesas com transferências públicas. As medidas classificadas como investimentos físicos incluem as referentes ao PNDS, emprego rural, construção de cinco casas por aldeia, apoio a cooperativas e indústrias que protejam o ambiente, reabilitação de escolas e postos de saúde e apoio à instalação de painéis solares para as comunidades.

Investimentos Sociais

O Governo classificou 238,2 milhões de dólares, ou 70,0% dos gastos com transferências, como investimentos sociais. As medidas classificadas sob esta categoria incluem fundos para apoiar inválidos, órfãos e sem-abrigo, apoio a ONGs, contribuições para finanças internacionais, a Zona Especial de Economia Social de Mercado, o secretariado do g7+, apoio a actividades e saúde na SISKa e o novo centro de cardiologia, subsídios para tratamentos no estrangeiro, subsídios para o programa de merendas escolares em escolas privadas, subsídios para sucos, eventos nacionais e internacionais, apoio a actividades desportivas e o centro de bambu.

Investimentos em Capital Humano

O Governo classificou 29,1 milhões de dólares, ou 8,6% das transferências, como investimentos em capital humano. Estes incluem medidas para subsídios a universidades e instituições salesianas e bolsas de estudo com parceiros de desenvolvimento. Outras despesas classificadas nesta categoria incluem o programa de capacitação de meios de comunicação social e de jornalistas, o programa de emprego por conta própria e formação móvel, o programa Casa de Saber para educação de crianças, a promoção de escolas privadas e concessões para ciência e tecnologia nos treze distritos.

2.4.2.4: Capital Menor

O Capital Menor inclui despesas com veículos, mobiliário e outros equipamentos. O orçamento para 2015 destinado a esta categoria desceu 29,6% comparativamente com o orçamento para 2014, em resultado da eliminação de algumas despesas ineficazes.

Esta secção começa por descrever as medidas principais relativamente a esta categoria, passando de seguida a classificá-las em diferentes tipos de investimento.

Medidas

As medidas principais relativamente a capital menor são delineadas de seguida:

- 12,0 milhões de dólares para o Ministério dos Transportes para a compra de um novo ferry.
- 3,0 milhões de dólares para o Ministério das Obras Públicas para a provisão de equipamento de água e instalação de electricidade em todo o território. A provisão de infra-estruturas adequadas é um objectivo fundamental do governo e uma pedra basilar do desenvolvimento futuro.
- 1,7 milhões de dólares para camiões de bombeiros e veículos especiais em os Ministerios de Saúde, Justiça, Adminitração Estatal, Obras Públicas, Tranportes e Comunicações e a Secretaria de Estado de Segurança. Esta despesa contribuirá para o aumento da segurança das populações.
- 1,2 milhões de dólares para o Ministério da Saúde para equipamentos médicos, incluindo laboratórios, equipamentos de raio-X e camas. Estas despesas ajudarão a melhorar a qualidade dos serviços de saúde prestados no país.

Investimentos

O Governo considera que 18,8 milhões de dólares do orçamento de capital menor são investimentos sociais. Isto representa 51,2% do total das despesas projectadas de capital menor em 2015. As despesas de capital menor classificadas como investimentos sociais incluem a compra de camiões de bombeiros e de veículos especializados por parte do Ministério dos Transportes e Comunicações, novos laboratórios para o Ministério da Saúde, máquinas de pré-pagamento para a EDTL, equipamentos de pesca e um novo ferry.

2.5.2.5: Capital e Desenvolvimento

O FCTL inclui todas as despesas de capital e desenvolvimento abaixo de 1,0 milhões de dólares. De acordo com a tabela 2.5.2.5.1, estas estão orçamentadas nos 70,3 milhões de dólares em 2015, uma redução de 19,0% comparativamente com o valor orçamentado em 2014. As despesas dividem-se em 34,4 milhões de dólares para o PDID e 35,9 milhões para outros projectos de capital e desenvolvimento em diversos ministérios operacionais.

Tabela 2.5.2.5.1: PDID e Outras Despesas de Capital e Desenvolvimento (\$m)

	Conc. 2013	LO1 2014	Orçam. 2015	2016	2017	2018	2019
Total de Capital e Desenvolvimento	99,6	86,8	70,3	73,1	76,1	79,1	82,3
Programas de Desenvolvimento nos Distritos	51,4	39,4	34,4	35,8	37,2	38,7	40,2
Ministérios / Agências	48,2	47,4	35,9	37,4	38,9	40,4	42,0

Fonte: Direcção Nacional do Orçamento e ADN

2.5.3: Fundo de Infra-estruturas

O PED delinea a política governamental de construir infra-estruturas essenciais para impulsionar o crescimento económico e o desenvolvimento. O FI foi estabelecido em 2011 para gerir todos os projectos de infra-estruturas plurianuais e de grande escala. Os principais programas, tais como geração de electricidade e construção de estradas, foram financiados através do FI.

Em linha com a melhor prática, o FI utiliza um orçamento plurianual (ver tabela 2.5.3.1). O saldo por gastar no fundo é transportado de um ano para o seguinte. Isto garante a circunscrição do dinheiro para pagar a adjudicatários, simplifica a orçamentação (não é necessário recalcular os orçamentos dos projectos todos os anos) e reduz o risco de não-pagamento a adjudicatários.

O orçamento total do FI em 2015 (excluindo empréstimos) deverá atingir os 364,0 milhões de dólares (mais 7,8% do que no orçamento para 2014) e está dividido em diversos programas. Os maiores destes em 2015 são o desenvolvimento de Oecusse (17,2% do orçamento total), o programa de estradas (16,4% do orçamento total) e o programa da electricidade (16,0% do orçamento total). Estas despesas estão em linha com as prioridades do Governo definidas no PED. A Zona Especial de Economia Social de Mercado de Oecusse é uma de seis zonas económicas especiais previstas no PED, que se espera venham a promover o crescimento económico mediante o aumento das importações e da produção industrial. O programa de estradas e o programa da electricidade são dois investimentos-chave para o desenvolvimento do país, indo melhorar directamente os níveis de vida e estimular os negócios.

A Tabela 2.5.3.2. resume as projecções para os próximos anos relativamente ao FI. O padrão das despesas no FI é consistente com a política governamental de antecipação das despesas. As despesas aumentam em 2016 como resultado do aumento na construção de infra-estruturas essenciais. Em 2017, 2018 e 2019, as despesas com infra-estruturas caem de forma acentuada, à medida que o período de antecipação das despesas começa a chegar ao fim e que o total das despesas começa a descer para o nível necessário para garantir a inexistência de levantamentos acima do RSE no longo prazo.

Tabela 2.5.3.1: Cálculo das Despesas do Fundo de Infra-estruturas por Programa (\$m)

	Orçamento Original para 2014	Concreto em 2014	Transporte de 2014 para 2015	Novas Dotações	Orçamento para 2015
Total das Infra-estruturas (excluindo empréstimos)	337,5	337,5	0,0	364,0	364,0
Agricultura e Pescas	5,8	11,0	0,0	7,2	7,2
Água e Saneamento	6,7	3,9	0,0	5,6	5,6
Desenvolvimento Urbano e Rural	5,5	6,2	0,0	9,6	9,6
Edifícios Públicos	16,1	20,3	0,0	17,5	17,5
Sector Financeiro	50,1	21,6	0,0	19,6	19,6
Juventude e Desporto	1,8	1,5	0,0	2,8	2,8
Educação	7,2	5,0	0,0	8,0	8,0
Electricidade	56,4	76,8	0,0	58,1	58,1
Tecnologias de Informação	4,2	1,5	0,0	1,4	1,4
Objectivos de Desenvolvimento do Milénio	15,0	8,3	0,0	11,0	11,0
Saúde	4,7	2,0	0,0	4,0	4,0
Segurança e Defesa	17,0	8,3	0,0	12,5	12,5
Solidariedade Social	0,8	1,2	0,0	0,0	0,0
Projecto do Tasi Mane	26,3	7,5	0,0	37,6	37,6
Estradas	49,9	66,7	0,0	59,8	59,8
Pontes	18,7	13,4	0,0	9,8	9,8
Aeroportos	25,6	17,6	0,0	19,0	19,0
Portos	9,2	8,3	0,0	8,9	8,9
Desenvolvimento de Oe-cusse	6,8	50,7	0,0	62,5	62,5
Sector do Turismo	2,0	3,8	0,0	1,0	1,0
Preparação, Concepção e Supervisão de Novos Projectos	7,8	2,0	0,0	8,2	8,2

Fonte: Secretariado dos Grandes Projectos

Tabela 2.5.3.2: Despesas do Fundo de Infra-estruturas por Programa (\$m)

	Orçam. 2015	2016	2017	2018	2019
Total das Infra-estruturas (excluindo empréstimos)	364,0	659,6	617,3	331,1	183,5
Agricultura e Pescas	7,2	15,1	12,2	8,5	2,3
Água e Saneamento	5,6	23,0	21,3	17,2	5,5
Desenvolvimento Urbano e Rural	9,6	3,5	2,0	0,0	0,0
Edifícios Públicos	17,5	56,8	51,1	34,7	10,3
Sector Financeiro	19,6	15,3	12,1	6,5	0,0
Juventude e Desporto	2,8	6,3	5,6	4,5	1,1
Educação	8,0	42,7	47,7	25,7	11,5
Electricidade	58,1	22,9	2,3	0,0	0,0
Tecnologias de Informação	1,4	1,6	0,0	0,0	0,0
Objectivos de Desenvolvimento do Milénio	11,0	55,5	36,5	10,0	0,0
Saúde	4,0	5,4	2,9	0,5	0,0
Segurança e Defesa	12,5	32,9	24,6	13,6	3,8
Solidariedade Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Projecto do Tasi Mane	37,6	86,0	155,0	112,0	40,0
Estradas	59,8	117,6	65,1	17,0	1,9
Pontes	9,8	7,0	6,9	0,7	0,0
Aeroportos	19,0	74,6	88,2	55,2	102,5
Portos	8,9	46,4	44,7	10,8	0,0
Desenvolvimento de Oe-cusse	62,5	41,1	33,4	10,9	1,2
Sector do Turismo	1,0	2,5	2,2	0,0	0,0
Preparação, Concepção e Supervisão de Novos Projectos	8,2	3,5	3,5	3,5	3,5

Fonte: Secretariado dos Grandes Projectos

2.5.4: Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano

O FDCH é o segundo dos dois fundos especiais criados pelo Governo em 2011. A sua função é prestar apoio ao desenvolvimento de qualificações entre a população timorense, sendo composto por quatro programas principais: formação vocacional, formação técnica, bolsas de estudo e outros tipos de formação. A Tabela 2.5.4.1 apresenta as projecções gerais para 2015 relativas ao FDCH e discrimina-as por programa.

Tabela 2.5.4.1: Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano por Programa (\$m)

	2014 Orçam.	Transporte de 2014 para 2015	Dotações Adicionais em 2015	Orçam. Final p/ 2015	2016	2017	2018	2019
Total do FDCH (por Programa)	40,0	2,1	30,0	32,1	44,0	44,0	45,0	45,0
Formação Vocacional	10,1	0,3	9,8	10,1	15,4	15,4	15,9	15,9
Formação Técnica	4,5	0,1	3,7	3,8	7,3	7,3	7,7	7,7
Bolsas de Estudo	22,2	1,6	14,3	15,9	17,3	17,3	17,4	17,4
Outros Tipos de Formação	3,1	0,1	2,1	2,2	3,9	3,9	4,0	4,0

Fonte: Secretariado do FDCH

O total do orçamento para 2015 referente ao FDCH é 32,1 milhões de dólares, o que representa uma redução de 19,7% comparativamente com o orçamento para 2014. O Governo reviu e reduziu o orçamento do FDCH para garantir o máximo de retorno por cada dólar gasto. Todos os quatro programas tiveram orçamentos menores para 2015, à excepção da formação vocacional, que permanece no mesmo nível que tinha no orçamento para 2014. O Governo tenciona conduzir uma avaliação de impacto de todos os programas do FDCH desde 2011 e redigir um mapa de recursos humanos por distrito. Despesas mais baixas e mais bem executadas, juntamente com análises detalhadas do progresso de diferentes programas, servirão para apoiar fortemente os objectivos do FDCH no futuro, providenciando maiores retornos para o investimento em educação e qualificações em Timor-Leste.

2.5.5: Despesas por Projetos Financiados por Empréstimos

A tabela 2.5.5.1 mostra as previsões do total das despesas para os projetos financiados por empréstimos. Em 2015 o montante total ascende a 70,0 milhões de dólares e a secção 2.7 descreve estes projetos em detalhe.

Tabela 2.5.5.1: Despesas por Projetos Financiados por Empréstimos (\$m)

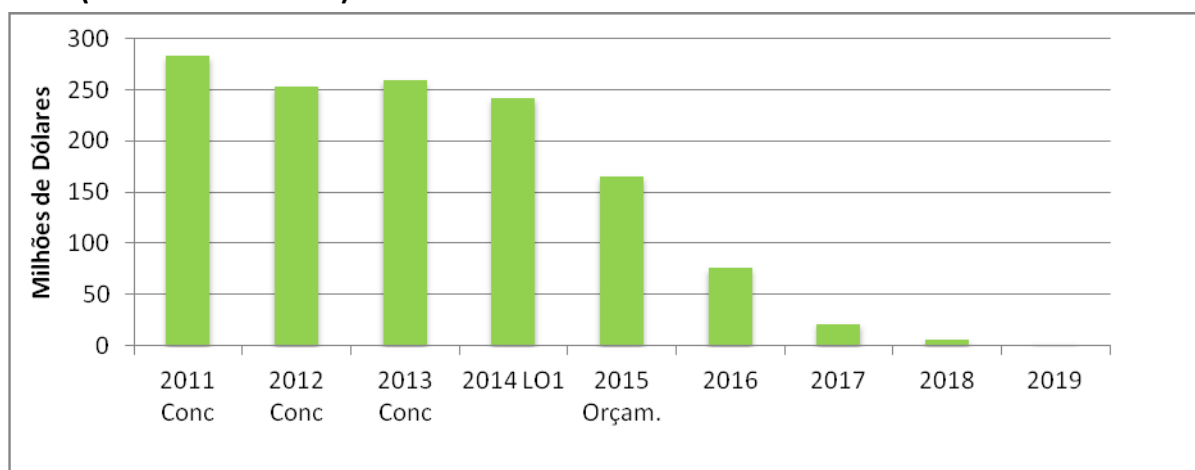
	2014 Orçam.	Projec 2014	Transporte de 2014 para 2015	Dotações Adicionais em 2015	Orçam. Final p/ 2015	2016	2017	2018	2019
Despesas dos Empréstimos	31,1	25,0	6,1	64,0	70,0	194,4	135,5	159,9	50,0

Fonte: Direcção Nacional do Orçamento

2.5.6: Compromissos dos Parceiros de Desenvolvimento

Os Parceiros de Desenvolvimento deverão contribuir com 165,5 milhões de dólares em 2015. Os detalhes destes compromissos constam do Livro Orçamental 5. Note-se que estes valores não incluem empréstimos.

Figura 2.5.6.1: Compromissos Indicativos dos Parceiros de Desenvolvimento para 2011 a 2019 (milhões de dólares)



Fonte: Unidade de Gestão de Parcerias de Desenvolvimento

2.6: Receitas

2.6.1: Panorama das Projeções de Receitas

A tabela 2.6.1.1 mostra as previsões do total das receitas (soma das receitas domésticas com as receitas petrolíferas) até 2019. É esperado que o total das receitas desça devido à redução das receitas petrolíferas. Este declínio era esperado, uma vez que a produção petrolífera do Bayu-Undan já ultrapassou o seu pico em termos de níveis de produção. Prevê-se que as receitas domésticas vão aumentar todos os anos entre 2015 e 2019.¹⁰

Tabela 2.6.1.1: Total das Receitas entre 2013 e 2019 (\$m)

	Conc. 2013	LO1 2014	Projeção p/2015	2016	2017	2018	2019
Total das Receitas	4.057,8	2.684,1	2.445,4	2.360,7	2.272,8	2.047,8	1.945,9
Receitas Domésticas	151,1	166,1	170,4	182,0	193,7	205,6	217,7
Receitas Petrolíferas	3.906,7	2.518,0	2.275,0	2.178,7	2.079,0	1.842,2	1.728,2

Fontes: Direcção Nacional de Política Económica e Unidade de Administração do FP.

¹⁰ As Receitas Petrolíferas incluem juros.

2.6.2: Receitas Domésticas

2.6.2.1: Panorama

A política do Governo consiste em aumentar a cobrança de receitas domésticas para que no futuro o financiamento dos serviços públicos passe a depender menos de levantamentos acima do RSE a partir do FP. As receitas domésticas têm registado um crescimento constante ao longo dos próximos anos, sendo esperado que este crescimento continue em 2015 (ver tabela 2.6.2.1.1). Mais especificamente, está previsto que as receitas domésticas aumentem 2,6% comparativamente com 2014.¹¹ Esta subida é mais modesta do que em anos anteriores, mas tal não se deve a menor actividade doméstica, a taxas fiscais mais baixas ou a uma administração tributária mais ineficaz. Deve-se antes à redução das receitas provenientes da venda de arroz e à baixa inflação. Excluindo as receitas provenientes da venda de arroz, as receitas domésticas irão crescer 5,6% de 2014 para 2015, o que está mais ao nível dos aumentos no passado. A redução nas receitas das vendas de arroz devem-se a uma política deliberada do Governo em reduzir o programa de subsídio ao arroz, como resultado do aumento da oferta de arroz em Timor-Leste. Estes argumentos são discutidos de forma mais detalhada nas subsecções seguintes, as quais abrangem todos os componentes das receitas domésticas, nomeadamente impostos, taxas e pagamentos, juros e serviços e fundos autónomos.

Tabela 2.6.2.1.1: Receitas Domésticas entre 2013 e 2019 (\$m)

	Conc. 2013	LO1 2014	Projecção 2015	2016	2017	2018	2019
Total das Receitas Domésticas	151,1	166,1	170,4	182,0	193,7	205,6	217,7
Impostos	104,8	120,0	125,5	134,4	143,5	152,6	161,9
Taxas e Pagamentos	24,1	41,2	37,2	39,6	42,0	44,4	46,9
Juros	0,1	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Serviços e Fundos Autónomos	22,2	4,8	7,6	7,9	8,2	8,6	8,9

Fonte: Direcção Nacional de Política Económica

2.6.2.2: Impostos

Em Timor-Leste, os impostos representaram 69,3% do total das receitas domésticas em 2013. Os impostos incluem impostos directos, impostos indirectos e outras receitas fiscais. A Tabela 2.6.2.2.1 resume as suas projecções.

¹¹ Foram feitos todos os esforços para que estas previsões sejam o mais rigorosas possível, utilizando todos os dados disponíveis, considerando as tendências no passado e consultando entidades relevantes. Todavia, em face da mudança dos padrões a nível de crescimento económico, das alterações nas políticas e da incerteza inerente a qualquer previsão, todos os valores apresentados devem ser encarados com cautela.

Tal como se pode ver na Tabela 2.6.2.2.1, prevê-se que os aumentos na cobrança de impostos continuem, atingindo os 125,5 milhões de dólares em 2015 (um aumento de 4,6% relativamente ao orçamento para 2014). O Governo está a procurar promover uma maior cobrança fiscal e para tal está a considerar diversas alterações ao sistema tributário em Timor-Leste, incluindo a assinatura de uma convenção com Portugal em Julho de 2014 para melhorar a administração fiscal.

Prevê-se que os impostos directos aumentem 1,1% em 2015, comparativamente com o valor no orçamento para 2014. Isto deve-se sobretudo aos níveis melhorados de cumprimento, bem como à reclassificação das categorias 'Rendimentos Individuais' e 'rendimentos Individuais – Outros' aplicadas desde 2014, a fim de distinguir melhor entre funcionários públicos e outros trabalhadores. Em contraste, é esperado que os impostos de retenção e os impostos colectivos desçam comparativamente com os valores no orçamento para 2014.

Prevê-se que os impostos indirectos aumentem 6,9% em 2015, devido à subida do imposto sobre o consumo e dos direitos de importação. O aumento nas receitas provenientes destes impostos é resultado do aumento do poder de compra da população, da importação de materiais para grandes projectos de infra-estruturas e da melhoria do cumprimento.

Estes aumentos contrariam a redução ligeira esperada nos impostos sobre serviços e sobre vendas em 2015, comparativamente com os valores obtidos em 2014. É esperado que as cobranças sob estes dois impostos sejam superiores às cobranças concretas em 2013. Prevê-se que esta tendência de crescimento se mantenha no futuro.

Todavia, a cobrança destes impostos deve também continuar no futuro próximo com o fortalecimento do sector privado e dos mecanismos administrativos à sua volta.

Tabela 2.6.2.2.1: Total das Receitas Fiscais entre 2013 e 2019 (\$m)

	Conc. 2013	LO1 2014	Projecção 2015	2016	2017	2018	2019
Total dos Impostos	104,8	120,0	125,5	134,4	143,5	152,6	161,9
Impostos Directos	40,2	45,1	45,7	47,6	49,6	51,7	53,8
Imposto s/ Rendimentos	8,8	9,4	18,3	19,2	20,0	20,9	21,9
<i>Rendimentos Ind.</i>	0,9	3,7	1,2	1,4	1,6	1,7	1,9
<i>Rendimentos Ind. – Outros</i>	7,9	5,7	17,1	17,8	18,5	19,2	20,0
Imposto Colectivo	8,9	13,5	7,8	8,1	8,5	8,8	9,2
Imposto de Retenção	22,5	22,2	19,5	20,3	21,1	21,9	22,8
Impostos Indirectos	64,4	74,6	79,7	86,6	93,7	100,7	107,9
Imposto sobre Serviços	3,5	4,1	3,6	3,7	3,9	4,0	4,2
Imposto sobre Vendas	14,0	17,8	15,8	16,4	17,1	17,8	18,5
Imposto s/ o Consumo	34,3	37,3	44,4	49,9	55,5	61,0	66,6
Direitos de Importação	12,5	15,3	15,9	16,6	17,2	17,9	18,6
Outras Receitas Fiscais	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2

Fonte: Direcção Nacional de Política Económica

2.6.2.3: Taxas e Pagamentos

As taxas e pagamentos incluem uma vasta selecção de categorias que contribuem para as receitas domésticas a partir de fontes não fiscais. Estas são compostas por taxas administrativas, pagamentos de utilização e rendas para o Governo resultantes de recursos naturais que não o petróleo. Tal como se pode ver na Tabela 2.6.2.3.1, a maior parte das categorias representam pequenos montantes, os quais são arredondados para zero em alguns casos.¹² A lista também é actualizada frequentemente com novas categorias, reflectindo assim alterações regulares ao sistema de cobrança de receitas em Timor-Leste, resultando de melhorias na eficiência administrativa e de uma nova delineação de responsabilidades entre ministérios operacionais. A Tabela 2.6.2.3.1 mostra as projecções.

¹² As categorias que não apresentam receitas na Tabela 2.5.2.3.1 correspondem a cobranças de rendimentos abaixo dos 0,5 milhões de dólares, sendo assim arredondadas para 0,0 dólares.

Tabela 2.6.2.3.1: Projecções de Taxas e Pagamentos entre 2013 e 2019 (\$m)

	Conc. 2013	LO1 2014	Projecção 2015	2016	2017	2018	2019
Total de Taxas e Pagamentos	24,1	41,2	37,2	39,6	42,0	44,4	46,9
Taxas de Registo de Empresas	0,8	1,5	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4
Taxas Postais	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Rendas de Propriedades	2,6	3,1	3,4	3,5	3,6	3,8	3,9
Pagamentos de Água	0,1	0,0	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Propina da Universidade Nacional	0,5	0,6	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7
Taxas de Registo de Veículos	1,0	1,3	1,1	1,2	1,2	1,3	1,3
Taxas de Inspeção de Veículos	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6
Inspeções de Veículos Importados	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Taxas de Cartas de Condução	0,4	0,2	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5
Taxas de <i>Franchising</i> de Transportes Públicos	0,1	0,1	0,7	0,8	0,8	0,8	0,9
Coimas e Transportes	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2
Outras Taxas de Transportes	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
BIs e Passaportes	0,9	0,9	0,9	1,0	1,0	1,1	1,1
Taxas de Vistos	2,6	1,2	2,7	2,8	3,0	3,1	3,2
Taxas Hospitalares e Médicas	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Coimas – Profissionais de Saúde	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Taxas de Tribunal	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Dividendos, Lucros e Ganhos	0,6	4,5	1,0	1,1	1,1	1,2	1,2
Coimas e Indemnizações	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Minas e Pedreiras	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Taxas de Rádio e Televisão	0,3	0,0	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5
Receitas de Documentos de Concursos	0,0	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Leilões	0,5	0,1	1,0	1,1	1,1	1,1	1,2
Taxas de Embaixadas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Produtos Florestais	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Rendas de Propriedades do Governo	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
EAIP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Taxas de Registo de Investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Taxas de Serviços de Saneamento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Receitas de Jogos Sociais	0,3	0,2	1,0	1,0	1,0	1,1	1,1
Rice Sales	4,2	6,4	1,7	1,8	1,9	2,0	2,0
Vendas de Produtos Agrícolas Locais/Centru Bambú	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Vendas de Produtos Não-Agrícolas Locais	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Receitas de Electricidade	0,0	19,0	18,8	20,5	22,1	23,7	25,4
Outras Receitas Não-Fiscais	7,9	0,5	1,0	1,0	1,1	1,1	1,2

Fonte: Direcção Nacional de Política Económica

Prevê-se que o total das taxas e pagamentos desça 9,7% em 2015 comparativamente com os valores no orçamento para 2014. Isto deve-se sobretudo à quebra nas receitas esperadas

provenientes das vendas de arroz, taxas de registo de empresas e dividendos, lucros e ganhos.

A redução das vendas de arroz reflecte um menor programa de importação de arroz e uma menor intervenção governamental no mercado do arroz. Esta menor intervenção governamental é em si o resultado de uma estabilização dos preços do arroz e do aumento da oferta do arroz em 2014 comparativamente com anos anteriores (situação que se prevê que continue em 2015).

A redução nas taxas de registo de empresas em 2015 deriva de alterações ao processo administrativo resultantes do Balcão Único (SERVE). A descida nos dividendos, lucros e ganhos resulta de lucros menores do prestador de telecomunicações Timor Telecom desde a liberalização do mercado das telecomunicações.

Apesar de uma redução global nas taxas e pagamentos, é esperado que muitas das suas categorias aumentem em 2015. Destacam-se aqui os pagamentos de água, os produtos florestais, as taxas de vistos, o *franchising* de transportes públicos, as taxas da RTTL e as receitas provenientes dos jogos sociais. Todos os ministérios operacionais relevantes para estas categorias atribuíram as melhorias a avanços ao nível de monitorização, novas tecnologias, administração ou legislação melhorada. O aumento nos jogos sociais resulta do maior número de jogos e lotarias disponíveis em Timor-Leste.

2.6.2.4: Juros

Os juros reflectem os pagamentos de juros recebidos a partir do dinheiro mantido no FCTL, FDCH e FI (ver tabela 2.6.2.1.1). Prevê-se uma diminuição ligeira em 2015 resultante da redução das reservas de dinheiro nestas contas. Estas reservas de dinheiro menores devem-se à política governamental de esgotar os saldos de dinheiro antes de recorrer a levantamentos a partir do FP. Esta política maximiza os retornos dos investimentos, uma vez que as aplicações do FP têm uma rentabilidade superior à das taxas de juro do dinheiro mantido nas contas do Governo.

2.6.2.5: Serviços e Fundos Autónomos

A Tabela 2.6.2.5.1 estabelece as previsões de receitas para os quatro serviços e fundos autónomos actualmente a operar em Timor-Leste (antigamente havia cinco, porém a EDTL foi incorporada no Ministério das Obras Públicas em 2014).

Tabela 2.6.2.5.1: Receitas dos Serviços e Fundos Autónomos entre 2013 e 2019 (\$m)

	Conc. 2013	LO1 2014	Projecção 2015	2016	2017	2018	2019
Total dos Serviços e Fundos Autónomos	22,2	4,8	7,6	7,9	8,2	8,6	8,9
Gestão de Equipamentos	0,2	0,3	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2
Aviação	2,2	1,4	2,1	2,2	2,2	2,3	2,4
Portos	3,6	3,1	5,4	5,6	5,8	6,1	6,3
EDTL	16,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
SAMES	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Direcção Nacional de Política Económica

No geral prevê-se que as receitas dos serviços e fundos autónomos aumentem 59,5% de 2014 para 2015. A subida nas receitas dos portos e aeroportos deve-se ao aumento no fluxo de pessoas e bens a entrar e a sair do país, o que está em linha com níveis superiores de importações.

É esperado que as receitas destes serviços e fundos autónomos continuem a aumentar em anos futuros, com a subida das importações e a expansão do Aeroporto Internacional Nicolau Lobato. Prevê-se que a Gestão de Equipamentos vá subindo lentamente durante o período estimado, com melhorias na sua administração e a compra de novos equipamentos em 2015. As receitas da EDTL passam agora a ser registadas sob outros fluxos de receitas, conforme delineadas na secção anterior. Por fim, o SAMES continuará a ter um fluxo de receitas irrisório em anos mais distantes, excepto se houver novas alterações às suas funções.

2.6.3: Receitas Petrolíferas e Fundo Petrolífero

Actualmente as receitas petrolíferas financiam indirectamente a maior parte do Orçamento do Estado. O FP contribuirá para uma gestão sensata dos recursos petrolíferos, em benefício das gerações actuais e futuras.

2.6.3.1: Fluxos das Receitas Petrolíferas

Os factores que conduzem o fluxo de receitas petrolíferas são os preços, a produção e os custos. Comparativamente com o Orçamento do Estado para 2013 e 2014, assume-se que o preço do petróleo é em média um pouco inferior ao longo do período de previsão. Os custos estão a aumentar, ao passo que há uma redução ligeira na produção. Tal como já foi dito em documentos orçamentais anteriores, estima-se que as receitas petrolíferas do Bayu-Undan e do Kitan tenham atingido o seu pico nos 3.559,1 milhões de dólares em 2012, devendo agora começar a descer, primeiro ligeiramente em 2013, e depois de forma mais significativa, passando para 1.705,0 milhões de dólares em 2014 (ver tabelas 2.6.3.1.1 e 2.6.3.1.2).

Tabela 2.6.3.1.1: Receitas Petrolíferas do Bayu-Undan e do Kitan entre 2013 e 2019 (\$m)

	Conc. 2013*	Estimativa 2014**	Orçam. 2015	2016	2017	2018	2019
Total das Receitas Petrolíferas	3.906,7	2.518,0	2.275,0	2.178,7	2.079,0	1.842,2	1.728,2
Juros do FP recebidos	864,9	813,0	900,7	966,5	1.005,5	1.041,9	1.070,6
Total das Receitas Petrolíferas, Excluindo Juros	3.041,8	1.705,0	1.374,3	1.212,2	1.073,5	800,3	657,6
BU*** – FTP/Direitos	205,9	134,4	108,0	98,7	81,8	68,4	56,8
BU – Petróleo de Lucro	1.441,0	835,8	652,3	589,7	533,4	371,6	295,1
BU – Imposto s/ Rendimentos	503,3	362,3	243,3	198,0	181,4	130,5	94,3
BU – Imposto s/ Lucro Adicional	491,3	256,1	267,9	233,1	215,6	158,1	151,1
BU – IVA	8,9	28,1	23,7	32,7	18,9	26,0	20,4
BU – Imposto s/ Vencimentos	16,2	13,7	11,3	15,4	8,7	11,7	9,1
BU – Pagamentos do Gasoduto	8,4	8,4	8,4	8,4	8,4	8,4	8,4
BU – Outros Pagamentos	17,2	52,5	38,3	25,4	25,4	25,4	22,4
BU – Imposto de Retenção	9,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Kitan	340,6	13,8	21,1	10,7	0,0	0,0	0,0

Fonte: Unidade de Administração do FP

* Fluxo de dinheiro concreto para 2013

** Estimativa para 2014 em Junho de 2014. Começando em 2012 o BU – Imposto de Retenção do BU passa a ser incluído no BU – IVA.

*** BU: Bayu Undan

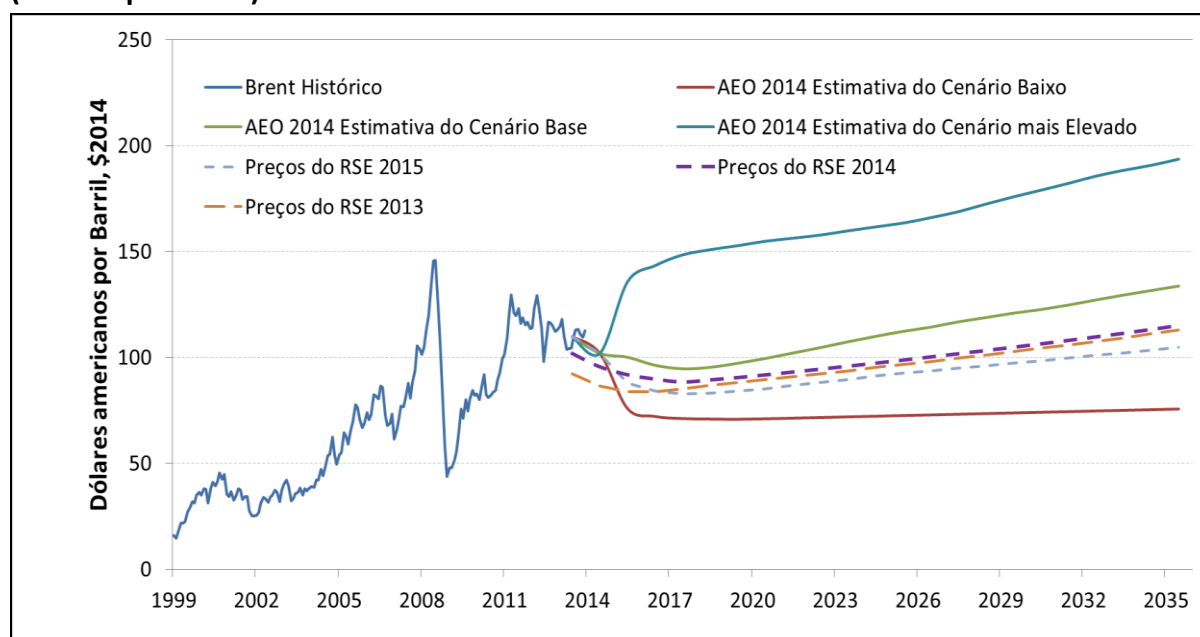
Preços do petróleo

Tal como no ano transacto, utiliza-se o índice de referência do petróleo bruto Brent para calcular a riqueza petrolífera, uma vez que este se revelou um indicador melhor do preço dos produtos líquidos (condensado e GPL) do Bayu-Undan e do Kitan do que o WTI utilizado em anos anteriores.¹³ A Secção 2.6.3.2 sobre a Riqueza Petrolífera e o Cálculo do RSE discute esta alteração em maior detalhe.

As estimativas de receitas petrolíferas no Orçamento do Estado para 2015 assentam num preço de índice de referência petrolífero de 107,9 dólares por barril em 2014, comparativamente com 107,5 dólares por barril no Orçamento do Estado para 2014. Nos anos posteriores a 2014 prevê-se que o preço do petróleo seja ligeiramente inferior ao que tinha sido estimado anteriormente (ver figura 2.6.3.1.1).

¹³ Os preços futuros dos produtos líquidos (condensado e GPL) do Bayu-Undan e do Kitan são estimados com base em relacionamentos históricos, com um preço de referência e com a previsão de referência. Os preços do Gás Natural Liquefeito (GNL) são estimados utilizando a fórmula provisória de preço negociada entre vendedores e compradores. A fórmula de preço é renegociada a cada três anos.

Figura 2.6.3.1.1: Alterações Históricas e Projecções Futuras no Preço do Petróleo Brent (dólares por barril)



Fonte: Unidade de Administração do FP

Produção Petrolífera

Estima-se que a produção de líquidos (condensado e GPL) do Bayu-Undan vá descer ligeiramente em comparação com as projecções no Orçamento do Estado para 2014. O total da produção petrolífera do Bayu-Undan (incluindo também o GNL) deve também ter atingido o pico em 2011, com 59 milhões de dólares em barris de equivalentes a petróleo, estando agora previsto que comece a descer até cessar em 2020 (ver tabela 2.6.3.1.2). A redução no panorama da produção resulta de uma penetração de gás pobre acima do esperado, da diminuição da pressão e da produção de água no reservatório.

O Plano para o Desenvolvimento do Campo de Kitan foi aprovado em 2010, tendo a produção arrancado no 4.º trimestre de 2011. A produção total do Kitan é modesta quando comparada com a do Bayu-Undan. O orçamento para 2015 prevê que o cenário baixo do Kitan é de 37,1 milhões de barris de petróleo ao longo do tempo de vida do projecto, até 2016. O fluxo total de receitas com base no Cenário de Produção Baixa está estimado nos 695 milhões de dólares, o que equivale a menos de 3% do Bayu-Undan.

Custos

O Orçamento do Estado para 2015 estima os custos do projecto do Bayu-Undan ligeiramente acima dos valores indicados no Orçamento do Estado para 2014. Esta subida deve-se sobretudo a despesas de capital relacionadas com o programa “Asset Integrity Maintenance” e outras questões operacionais.

Tabela 2.6.3.1.2: Cálculos do Rendimento Sustentável – Pressupostos dos Preços Petrolíferos, Produção e Receitas Concretas entre 2002 e 2013, com estimativas para o período entre 2014 e 2020

Sector Petrolífero de Timor-Leste				
	Preço médio do petróleo, dólares por barril	Produção, milhões de barris de equivalentes a petróleo	Total das Receitas Petrolíferas Descontadas (Factor de 5,7%), milhões de dólares	Total das Receitas Petrolíferas Não Descontadas, milhões de dólares
Total		768,9	4.716,1	25.331,5
Total desde 1 de Janeiro de 2014		236,0	4.716,1	7.027,6
até 2002	0,0	0,0	0,0	14,8
2003	0,0	0,0	0,0	10,2
2004	41,5	16,9	0,0	172,4
2005	56,6	29,0	0,0	333,4
2006	66,1	57,1	0,0	611,9
2007	72,3	57,7	0,0	1.258,5
2008	99,7	64,2	0,0	2.284,2
2009	62,0	61,8	0,0	1.660,2
2010	79,5	57,3	0,0	2.117,2
2011	94,9	61,7	0,0	3.240,1
2012	111,6	68,0	0,0	3.559,1
2013	108,6	59,4	0,0	3.041,8
2014	107,9	43,8	0,0	1.705,0
2015	89,6	45,3	1.338,5	1.374,3
2016	87,0	42,7	1.118,0	1.212,2
2017	86,8	34,8	937,0	1.073,6
2018	88,4	31,5	660,6	800,3
2019	90,7	26,7	513,2	657,6
2020	93,5	11,2	109,7	148,7
2021	96,6	0,0	39,1	56,0
2022	99,8	0,0	0,0	0,0
2023	103,2	0,0	0,0	0,0
2024	106,6	0,0	0,0	0,0
2025	109,9	0,0	0,0	0,0

Fonte: Unidade de Administração do FP

2.6.3.2: Riqueza Petrolífera e Cálculo do RSE

De acordo com a Lei do FP, o RSE é o montante máximo que pode ser dotado a partir do FP num determinado ano fiscal deixando recursos suficientes no FP para permitir o levantamento de um montante de valor real idêntico todos os anos, para sempre. O RSE está definido nos 3% da riqueza petrolífera. Todavia o Governo pode levantar montantes acima do RSE caso explique que essas despesas servem os interesses a longo prazo de Timor-Leste e caso o Parlamento Nacional dê o seu aval.

A Riqueza Petrolífera, que engloba o saldo do fundo e o valor actual líquido das receitas petrolíferas futuras, está estimado nos 21.283,3 milhões de dólares a 1 de Janeiro de 2015. Deste modo, o RSE está estimado nos 638,5 milhões de dólares para 2015. Isto é mais ou menos o mesmo do RSE para 2015 estimado no orçamento para o ano anterior. A tabela 2.6.3.2.1 apresenta os principais pressupostos por detrás dos cálculos.

Tabela 2.6.3.2.1: Principais pressupostos por detrás do RSE

Reconhecimento de activos	As receitas petrolíferas estimadas só são incluídas para projectos com planos de desenvolvimento aprovados. Isto inclui o Bayu-Undan e o Kitan.
Estimativas de Reservas Petrolíferas e de Produção Petrolífera	As estimativas de produção são fornecidas pelos operadores dos projectos. Utiliza-se o cenário baixo, o que significa que há 90% de probabilidade dos valores reais serem superiores aos valores estimados.
Estimativa do preço do petróleo	O RSE referente ao Orçamento para 2015 é preparado utilizando a média do cenário baixo da Agência de Informações sobre Energia (EIA) e do caso de referência do Brent.
Preços para produtos petrolíferos específicos	O Bayu-Undan produz condensado, Gás Petrolífero Liquefeito (GPL) e Gás Natural Liquefeito (GNL), ao passo que o Kitan produz apenas condensado. Os pressupostos estimados para cada produto derivam dos diferenciais históricos observados com o Brent. Os preços do Gás Natural Liquefeito (GNL) são estimados utilizando a fórmula provisória de preço negociada entre a Darwin LNG (DLNG) e os compradores de GNL japoneses. A fórmula de preço é renegociada a cada três anos.
Custos de produção	Estimativa central dos custos futuros com capital e com despesas operacionais conforme dados fornecidos pelos operadores dos projectos.
Taxa de desconto	De acordo com o Anexo 1 da Lei do FP, a taxa de juro utilizada para descontar receitas petrolíferas futuras é a taxa esperada de retorno da carteira das aplicações financeiras detidas pelo Fundo. As directivas de investimento do Fundo foram alteradas recentemente,

	passando a ser 60% títulos e 40% acções.
--	--

Fonte: Unidade de Administração do FP

A Tabela 2.6.3.2.2 mostra a estimativa da Riqueza Petrolífera e do RSE de 2014 em diante, assumindo que os levantamentos a partir do FP são consistentes com o Orçamento do Estado para 2015.

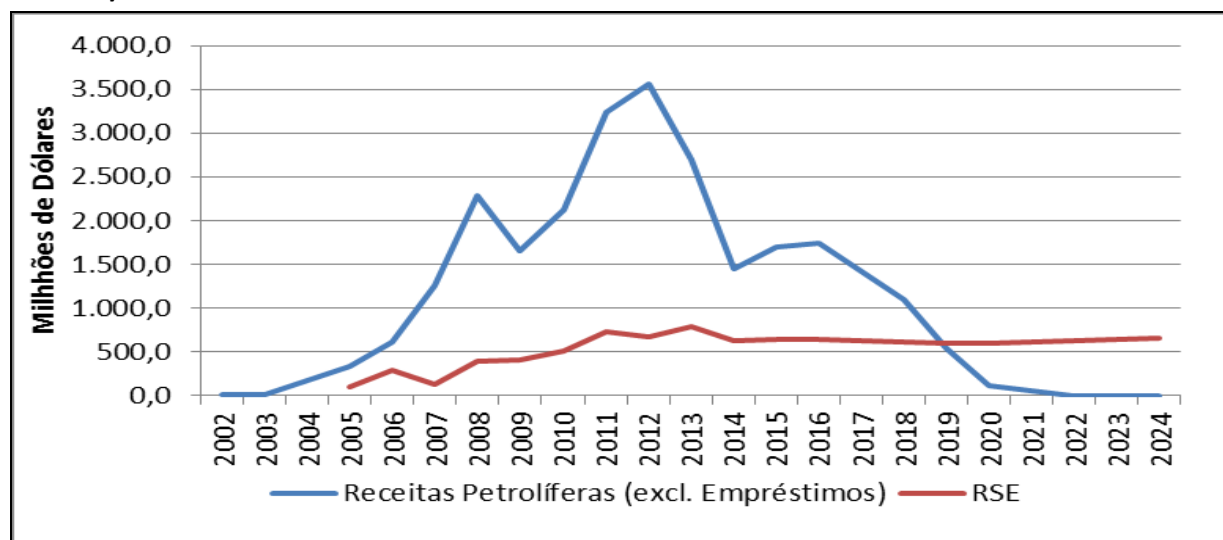
Tabela 2.6.3.2.2: Riqueza Petrolífera e RSE (\$m)

	LO1 2014	Orçam. 2015	2016	2017	2018	2019
Rendimento Sustentável Estimado (RPx3%)	632,3	638,5	632,4	616,3	600,0	590,9
Total da Riqueza Petrolífera (RP)	21.076,3	21.283,3	21.078,4	20.542,1	19.999,3	19.696,0
Saldo de Abertura do FP	14.058,5	16.567,2	17.514,7	18.023,8	18.441,2	18.871,2
Valor Actual Líquido das Receitas Futuras	7.017,8	4.716,1	3.563,7	2.518,3	1.558,1	824,8

Fonte: Unidade de Administração do FP

A Figura 2.6.3.2.1 retrata a principal justificação para se utilizar o RSE como ferramenta na política fiscal, nomeadamente a compensação dos rendimentos petrolíferos temporariamente elevados. O percurso de extracção de um recurso não-renovável tende a ser em forma de sino, com oscilações consideráveis a curto prazo. O RSE pretende ser uma protecção contra esta volatilidade e salvaguardar o desenvolvimento sustentável das finanças públicas.

Figura 2.6.3.2.1: Receitas Petrolíferas de Timor-Leste e RSE entre 2002 e 2025 (milhões de dólares)



Fonte: Unidade de Administração do FP

Alterações no RSE entre 2014 e 2015

A Figura 2.6.3.2.2 mostra as principais alterações incrementais no RSE de 2015 desde o Orçamento para 2014. Os principais factores incluem os rendimentos concretos em 2013, o preço do petróleo, a produção petrolífera e os custos.

Dados concretos de 2014

O actual RSE de 2015 incorpora o desenvolvimento concreto em 2013, que aumenta o RSE de 2015 em 26 milhões de dólares. Esta alteração deve-se sobretudo a uma combinação da movimentação nos preços concretos do petróleo, produção e custos, bem como a retornos de investimentos do FP superiores ao esperado em 2013.

Levantamentos concretos a partir do FP em 2014

O RSE de 2015, conforme estimado no Orçamento para 2014, assenta no pressuposto de que em 2014 o Governo só levantará do FP o RSE. Em 2014 o Parlamento aprovou 902,9 milhões de dólares em levantamentos do FP. Isto significa que o Governo pode levantar 270.6 milhões de dólares em excesso do RSE. O aumento dos levantamentos em 2014 reduz o RSE para 2015 em 8 milhões de dólares.

Preços do petróleo

Tal como no orçamento do ano passado, a actual estimativa do RSE assume um índice de referência (Brent) do preço do petróleo de 107,9 dólares por barril em 2014, com base no desenvolvimento concreto durante a primeira metade do ano e nas estimativas da EIA sobre o Brent no futuro.¹⁴ A estimativa de referência do petróleo utilizada para o RSE de 2015 é ligeiramente inferior à estimativa utilizada para o RSE de 2014, com as duas estimativas eventualmente a convergirem no fim do período estimado. A alteração na previsão do índice de referência do Brent resulta numa redução de 4 milhões de dólares no RSE de 2015.

Diferenciais de preço relativamente a líquidos (condensado e GPL)

O preço dos produtos de condensado do Bayu-Undan é previsto com base no relacionamento histórico com um preço de referência. Este relacionamento histórico, o chamado diferencial de preço, é então projectado na estimativa de referência (conforme determinado pela EIA) para dar uma estimativa do preço futuro dos produtos vendidos no Mar de Timor. Os diferenciais de preço utilizados nos cálculos do RSE de 2015 dão um preço mais elevado para os produtos do Bayu-Undan do que davam os diferenciais de preço utilizados no RSE de 2014. O resultado destes novos diferenciais de preço é um aumento no RSE de 6 milhões de dólares.

Produção de Líquidos

¹⁴ Estas estimativas são reportadas pela EIA e estão também disponíveis no Panorama Anual sobre Energia de 2013: <http://www.eia.doe.gov/oiaf/aeo/index.html>.

O orçamento para 2015 estima que a produção em 2014 seja inferior em 7% ao que havia sido previsto no orçamento para 2014. Estas descidas modestas reduzem o RSE de 2015 em 21 milhões de dólares.

As causas principais para esta revisão em baixa na estimativa da produção prendem-se com a penetração de gás pobre, pressões baixas e produção de água no reservatório. Está também prevista uma suspensão de trabalho em grande escala em 2014, o que deverá resultar numa produção menor durante esse período.

Custo

Os custos de produção dos dois operadores (COP e ENI) são aqui previstos ligeiramente acima do que tinham sido no Orçamento para 2014. O aumento nas previsões de custos reduz o RSE de 2015 em 12 milhões de dólares.

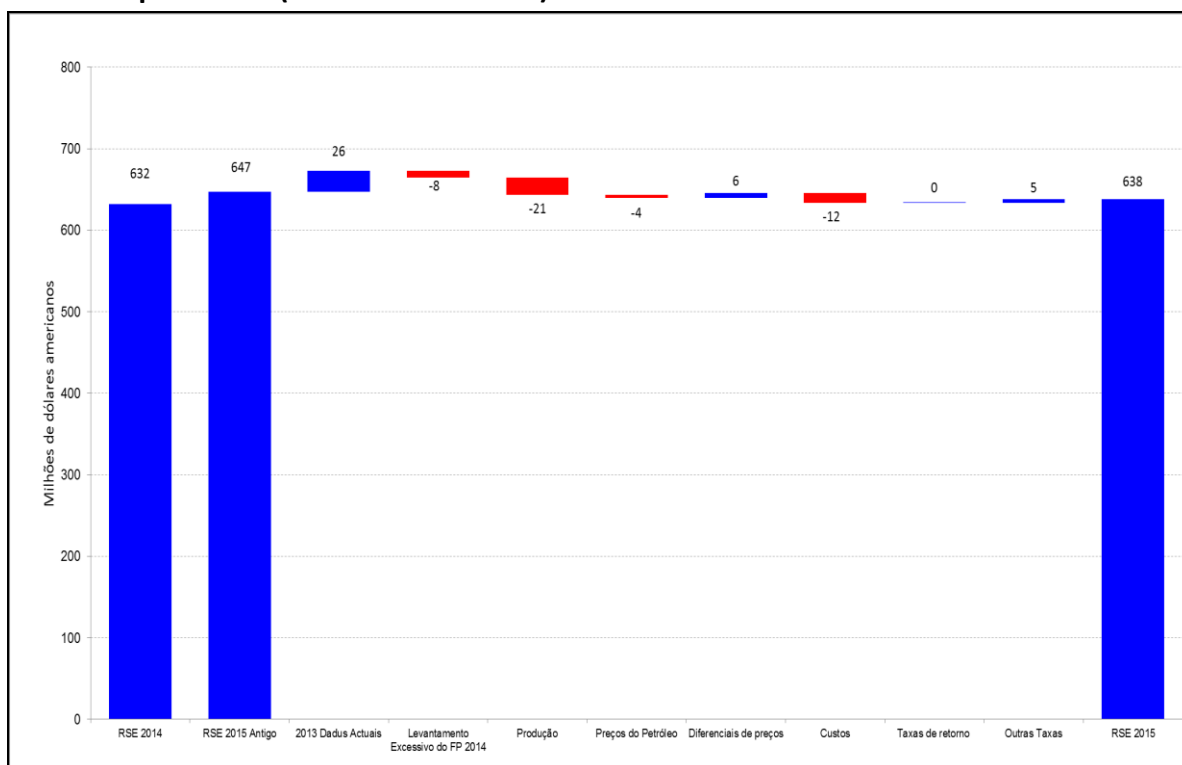
Taxa de Desconto

Conforme estabelecido no Anexo 1 da Lei do FP, a taxa de desconto utilizada no cálculo do Valor Actual Líquido (VAL) das receitas petrolíferas futuras deve ser igual à taxa de retorno prevista para a carteira do FP. O retorno nominal a longo prazo previsto para a carteira permanece inalterado em relação à estimativa do ano anterior, nos 5,7% nominais, havendo agora uma maior alocação em acções.

Outras Taxas

Outros impostos incluem impostos sobre vencimentos, cobrança de impostos a partir de sub-adjudicatários e perfurações de exploração. Estes impostos são previstos para o Orçamento para 2015 com base numa análise de cobranças recentes e levando em conta os compromissos a nível de trabalhos de exploração aconselhados pela Autoridade Nacional do Petróleo (ANP). A alteração na previsão de outros impostos aumenta o RSE de 2013 em 5 milhões de dólares.

Figura 2.6.3.2.2: Alterações no RSE entre o Orçamento do Estado para 2014 e o Orçamento do Estado para 2015 (milhões de dólares)



Fonte: Unidade de Administração do FP

Análise de Sensibilidade

O objectivo do Governo é preparar um RSE que seja no geral prudente, tal como é exigido pela Lei do FP. Embora os cálculos assentem nas melhores informações disponíveis e nos pareceres de peritos, cada elemento está por inerência sujeito a uma incerteza considerável. A Figura 2.6.3.2.3 mostra como o RSE de 2015 muda quando se alteram individualmente os pressupostos principais.

A análise da sensibilidade começa com o RSE de 2015 no valor de 638,5 milhões de dólares e mostra quanto o RSE mudaria caso se usasse um pressuposto diferente para cada variável principal. O RSE está a ser cada vez menos afectado directamente pelo sector petrolífero, uma vez que a riqueza petrolífera está a ser transferida do subsolo marítimo para o FP. Esta realocação da riqueza é muito célere. Em 2007, 95% da riqueza petrolífera estavam no subsolo. Em 2014, restam no subsolo menos de 30% da riqueza petrolífera, com os restantes 70% a estarem no fundo. Com base neste relatório, a totalidade da riqueza petrolífera terá sido transferida para o fundo até 2022. A realocação da riqueza petrolífera para uma carteira de aplicações financeiras bem diversificadas e a restrição dos levantamentos a partir do fundo de acordo com o RSE são mecanismos importantes para que a economia de Timor-Leste seja menos vulnerável a alterações no preço do petróleo.

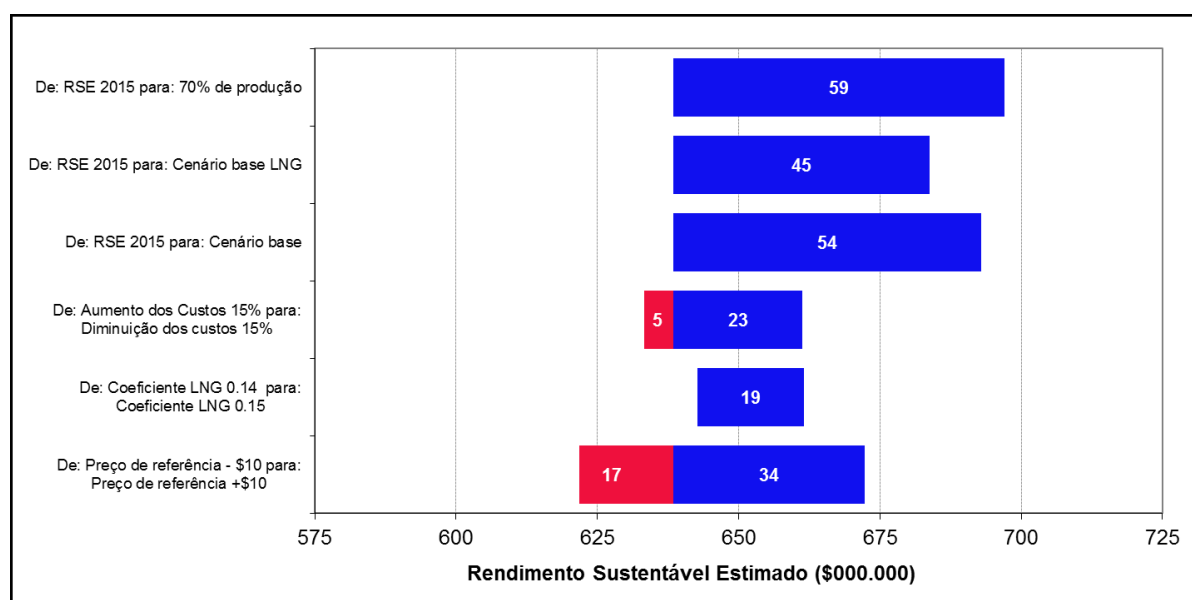
Tal como se pode ver na Figura 2.6.3.2.3, a utilização do Cenário Base de GNL ou do Cenário Base de Líquidos mudaria o RSE em aproximadamente 37 a 46 milhões de dólares, respectivamente.

Cada 15% de alteração nos custos de produção terão um impacto no RSE de 13 a 14 milhões.

A alteração no coeficiente da curva do GNL entre 0,14 e 0,15 terá um impacto modesto no RSE, entre 4 e 11 milhões de dólares, respectivamente.

Além disso, por cada 10 dólares de alteração no preço Brent (comparativamente com a estimativa utilizada no RSE, que é a média dos Cenários Baixo e de Referência), o RSE terá uma alteração de aproximadamente 25 milhões de dólares. Caso utilizassem os preços Brent do Cenário Baixo, o RSE teria uma alteração de 25 milhões.

Figura 2.6.3.2.3: Análise da Sensibilidade – RSE (milhões de dólares)

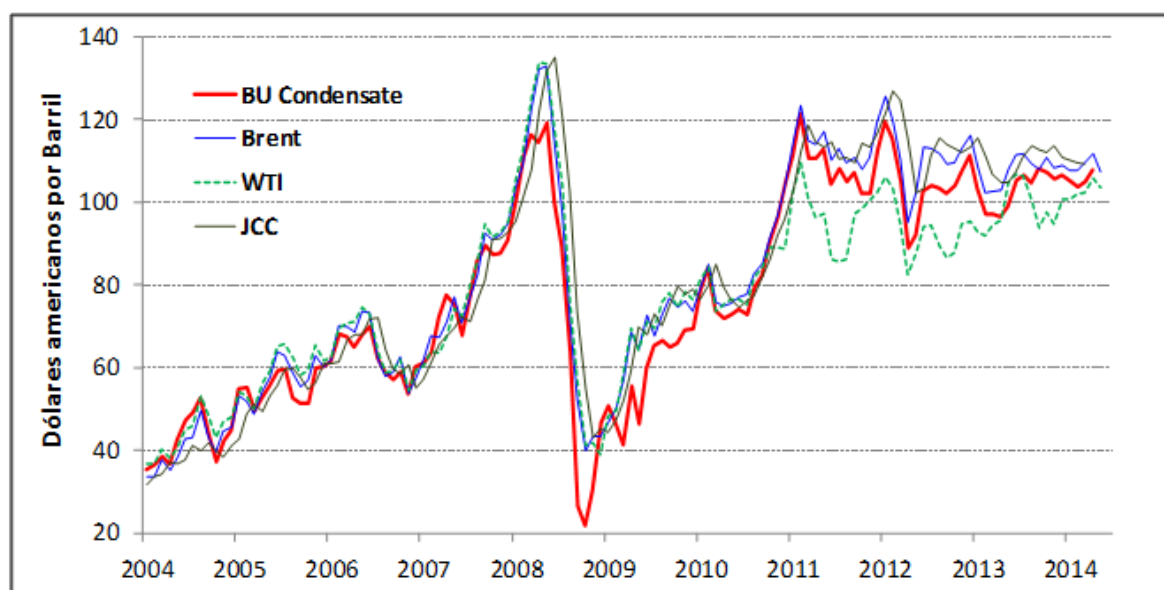


Fonte: Unidade de Administração do FP

Análise da metodologia

O Anexo 1 da Lei do FP requer que o RSE seja estimado utilizando pressupostos prudentes que reflectam a melhor prática internacional e que assentem em padrões internacionais reconhecidos. O MF realizou uma análise abrangente à metodologia para o RSE preparado para o Orçamento para 2011, com assistência técnica do FMI. Este ano não há alteração à metodologia de previsão. A alteração no índice de referência do preço do petróleo ocorrida no ano transacto, da WTI para o Brent, veio mostrar que o Brent acompanha melhor os produtos do Bayu-Undan em anos recentes (ver figura 2.6.3.2.4).

Figura 2.6.3.2.4: Preços do Condensado do BU contra Preços Mundiais do Petróleo (USD)



Fonte: Unidade de Administração do FP

Estimativa da Produção

O RSE foi originalmente estimado com base nas estimativas do P90 (estimativa baixa) em relação aos preços do petróleo e à produção petrolífera, consistentes com uma probabilidade de 90% de os valores concretos ultrapassarem as estimativas. Em 2011, a metodologia para previsão dos preços do petróleo foi alterada, passando-se a usar a média das estimativas baixa e base (P50), já que a estimativa baixa era considerada demasiado conservadora para ser consistente com uma boa gestão (prudente). A metodologia para estimar a produção petrolífera não sofreu alterações. O MF continuará a analisar a metodologia de estimativa da produção e falará disso no relatório do próximo ano.

2.6.3.3 Gestão do FP

O Modelo do FP

A Lei do FP visa contribuir para a boa gestão dos recursos petrolíferos de Timor-Leste, em benefício das gerações actuais e das gerações futuras. O FP é uma ferramenta que facilita uma política fiscal sólida que atribui uma consideração e um peso apropriados aos interesses a longo prazo dos cidadãos de Timor-Leste. O FP ajuda os decisores políticos a tomar decisões orçamentais bem-informadas, num cenário de rendimentos petrolíferos flutuantes que se encontram temporariamente num nível elevado. A decisão sobre quanto gastar e quanto poupar (para gastar mais tarde) é tomada no Orçamento do Estado, o qual mede todas as prioridades governamentais umas contra as outras.

O mecanismo do FP implica que as receitas petrolíferas são transferidas para o fundo na sua totalidade e investidas em aplicações financeiras no estrangeiro. A política de investimento do Fundo visa maximizar os retornos ajustados aos riscos. A única forma de sair dinheiro do

fundo é através de transferências para o orçamento central, as quais requerem aprovação por parte do Parlamento. O montante que pode ser transferido para o orçamento é orientado pelo RSE, que é definido como 3% da riqueza petrolífera. O objectivo implícito do investimento do Fundo é assim colocado nos 3% de retorno real como sendo a condição necessária para permitir sustentabilidade do lado da despesa em termos de manter o poder de compra da riqueza petrolífera quando a despesa está limitada ao RSE.

Governança do FP

Com base nos “Princípios de Santiago¹⁵”, o modelo de governação do Fundo Petrolífero apresenta um elevado nível de transparência e de divulgação de informação. Isto ajuda a granjear apoio do público à boa gestão das receitas petrolíferas e a reduzir o risco de má governação. A transparência garante que é possível usar as informações para medir o desempenho das autoridades e precaver quaisquer usos indevidos de poderes. Um dos elementos fundamentais da estrutura de governação do Fundo é que não há uma só pessoa ou instituição responsável por tomar e implementar decisões de investimento, dado que cada parte é formalmente responsável para com outra pelo seu papel no processo decisório. Este nível de transparência serve para encorajar consenso e permitir responsabilização, o que significa que as autoridades e quem quer que lide com dinheiros públicos podem ser responsabilizados pelas suas acções.

O Governo, na qualidade de Executivo e através do MF, é responsável pela gestão global do FP em nome do povo de Timor-Leste. A Lei do FP responsabiliza o Governo perante o Parlamento através de vários requisitos de reporte. A gestão operacional é conduzida pelo Banco Central, que investe o capital do fundo segundo as directivas estabelecidas pelo MF e os mandatos desenvolvidos pelo Comité de Assessoria para o Investimento (CAI). O MF está obrigado a solicitar pareceres do CAI antes de tomar decisões a respeito de qualquer matéria relacionada com a estratégia de investimento ou com a gestão do FP.

Política de Investimento do FP

O FP foi estabelecido em 2005 com uma estratégia de investimento simples que na sua maioria limitava os investimentos a títulos com classificação elevada, denominados em dólares americanos e emitidos ou garantidos por Governos. Isto era considerado necessário para evitar exposição a riscos e situações de volatilidade enquanto se ia criando capacidade. Foi também considerado importante dar tempo para conseguir o apoio do público e evitar turbulência em termos de perdas de mercado antes de a administração ter adquirido um certo grau de integridade, credibilidade e reputação de profissionalismo.

¹⁵ “Fundos de Riqueza Soberana: Princípios e Práticas Geralmente Aceites” do Grupo de Trabalho Internacional, também conhecidos como Princípios de Santiago. Os Princípios identificam um quadro de princípios e práticas geralmente aceites que reflectem devidamente os acordos de governação e responsabilização, bem como a conduta de práticas de investimento por parte de Fundos de Riqueza Soberana (FRS), numa base prudente e sólida.

As emendas à Lei do FP em 2011, que se seguiram a um processo longo e rigoroso que envolveu todos os intervenientes, permitiram alocação até 50% em acções públicas, pelo menos 50% em rendimentos fixos e não mais de 5% em instrumentos alternativos. Houve duas razões para estas alterações:

Diversificação; este é o processo de expor a carteira a um número de diferentes classes de aplicações (por exemplo, títulos e acções) em vez de a concentrar numa só classe. A chave para o processo de diversificação é que as diferentes classes de aplicações por norma não se movem juntas. A combinação de aplicações com retornos que não estejam correlacionados de forma perfeita pode assim mitigar a volatilidade global.

Possibilitação de despesas sustentáveis; o Governo acredita que uma alocação de 40% em acções ao longo do tempo permitirá ao Fundo gerar com uma probabilidade razoável um retorno real de 3%. Esta será uma condição necessária para garantir a sustentabilidade da despesa pública, a qual é orientada pelo RSE, definido nos 3% da riqueza petrolífera. Ao mesmo tempo, o Governo nota que a maior alocação em classes de activos tradicionalmente mais voláteis de acções públicas envolverá menos flutuações a curto prazo nos retornos do investimento do fundo. Tendo um horizonte de investimento a longo prazo, o Governo está pronto a aceitar este risco acrescido a curto prazo em prol de um melhor desempenho a longo prazo do que os títulos.

Para tal, a primeira prioridade do Governo foi aumentar gradualmente a alocação em acções, passando dos 5% no final de 2011 para os 40% no final de 2014. Isto deverá permitir, entre outras coisas, anular quaisquer efeitos adversos que pudessem resultar de um mau *timing* de mercado. No final do 2.º trimestre de 2014 a alocação do fundo de 40% em acções foi concluída. O Governo reduziu também a concentração de títulos do Tesouro dos EUA, alocando 10% do fundo a títulos soberanos com notação de investimento de mercados desenvolvidos que não os EUA.

A evolução da alocação do investimento do FP envolve um processo sólido e responsável de introdução de novos mandatos de investimento e gestores externos. A Tabela 2.6.3.3.1 mostra a carteira e a estrutura de gestores do FP em Junho de 2014. O Governo está consciente de que aumentar o número de classes e subclasses de activos requer um quadro de monitorização mais sofisticado, de modo a garantir que cada gestor tem um desempenho satisfatório e de acordo com as suas orientações. Em termos gerais, o desenvolvimento gradual da estrutura e das capacidades de governação é um pré-requisito para o desenvolvimento com sucesso da estratégia de investimento.

Tabela 2.6.3.3.1: Carteira e Estrutura de Gestores do FP

Número	Gestores e Mandatos, em Junho de 2014	Peso	Valor de Mercado, milhões de USD	Retorno desde a criação
Total da Carteira do FP		100,0%	16.634	4,6%
Carteira de juros fixos internacionais (Títulos)		60,2%	10.012	3,2%
1	Banco Central de Timor-Leste – BCTL (Títulos do Tesouro dos EUA a 3 a 5 anos)	40,1%	6.663	0,88%
2	Banco de Compensações Internacionais – BIS (Títulos do Tesouro dos EUA a 5 a 10 anos)	10,1%	1.672	1,2%
3	Gestor Interino (Mercados Desenvolvidos de Tesouros Globais ex EUA, 30% Zona Euro e tecto de 10% por país)	10,1%	1.677	8,1%
Carteira de acções internacionais		39,8%	6.622	13,5%
4	Schroders Investment Management – Schroders (MSCI mundo)	5,3%	887	13,9%
5	State Street Global Advisors - SSgA (MSCI mundo)	17,9%	2.977	18,2%
6	BlackRock Investment Management (MSCI mundo)	16,6%	2.758	19,7%

Fonte: Relatório do BCTL – FP 2.º Trimestre de 2014

* As datas em que os diferentes gestores começaram a trabalhar não são equivalentes, pelo que os retornos desde o início não são directamente comparáveis.

No ano de 2013, podemos ver que as acções globais tiveram um retorno de investimento de 27%, o melhor retorno anual desde a crise financeira global¹⁶. Já a carteira de rendimento fixo (títulos) teve o seu primeiro retorno anual negativo, com -1,4%. O fundo gerou um rendimento líquido de investimento de 6,6% em 2013, o equivalente a 864,9 milhões de dólares, o que representa quase o dobro do anterior retorno anual de 3,9%.

O desempenho dos mercados financeiros em 2013 vem comprovar a validade da estratégia de diversificação do Governo. A maior alocação em acções, que historicamente têm um bom desempenho quando os mercados de títulos estão em queda, providenciou uma almofada contra o desempenho negativo da carteira de títulos. Porém, não se deve esperar que estes resultados positivos se mantenham indefinidamente. A natureza volátil dos mercados financeiros implica que a seu tempo acabarão por surgir resultados negativos.

Tendo decidido que a primeira prioridade era aumentar a exposição a acções e a diversificação da carteira de títulos, o Governo está agora a explorar formas de continuar a

¹⁶ O Relatório Anual do FP de 2013, publicado em www.MoF.gov.tl, contém mais detalhes sobre o desempenho dos investimentos do FP.

diversificar a carteira de acções de modo a melhorar o seu perfil de retorno-risco, mediante a inclusão de outras abordagens a nível de acções públicas.

Desenvolvimento projectado do FP

O saldo do FP era de 16.634 milhões de dólares em Junho de 2014. Isto representa um aumento de 1.681 milhões desde o início do ano. Prevê-se que o saldo do fundo seja de 16.567,2 milhões até final de 2014, após deduzir o levantamento em 2014 adoptado pelo Parlamento.

Tal como se pode ver na tabela 2.6.3.3.2, está actualmente previsto que o valor total do fundo seja de 17.514,7 milhões de dólares até ao final de 2015 e de 19.297,2 milhões até ao final de 2019.

Tabela 2.6.3.3.2: Poupanças Estimadas do FP entre 2011 e 2016 (\$m)

	Conc. 2013	Estimat. 2014	Orçam. 2015	2016	2017	2018	2019
Saldo Inicial do FP	11.775,3	14.952,1	16.567,2	17.514,7	18.023,8	18.441,2	18.871,2
Receitas Petrolíferas (excl. juros do FP)	3.041,8	1.705,0	1.374,3	1.212,2	1.073,5	800,3	657,6
Juros do FP, Líquidos *	864,9	813,0	900,7	966,5	1.005,5	1.041,9	1.070,6
Total de Levantamentos	730,0	902,9	1.327,5	1.669,7	1.661,6	1.412,2	1.302,2
Saldo Final do FP	14.952,1	16.567,2	17.514,7	18.023,8	18.441,2	18.871,2	19.297,2

Fonte: Unidade de Administração do FP

*Líquido de gestão e reavaliação de mercado

Tal como já foi aqui discutido, os dados actuais indicam que mais de 70% da riqueza petrolífera proveniente do Bayu-Undan e do Kitan se encontram actualmente na forma de aplicações financeiras (o FP). Isto significa que, de futuro, o nível de levantamentos a partir do fundo e os retornos dos seus investimentos serão os principais motores da dimensão do FP, e por conseguinte da riqueza petrolífera.

2.7: Financiamento

2.7.1: Definição de Financiamento

O total da despesa orçamentada é superior às receitas domésticas para 2015. Isto resulta num défice não-petrolífero (receitas domésticas menos despesas), o qual é financiado por levantamentos a partir do FP, empréstimos e uso de saldos de dinheiro. A Tabela 2.7.1.1 mostra o montante de cada item de financiamento. O montante total de financiamento é igual ao défice não-petrolífero. O Orçamento do Estado para 2015 mostra assim de forma clara que o total das despesas será financiado por receitas domésticas ou itens de financiamento.

Os itens de financiamento e as receitas domésticas têm impactos económicos distintos. As receitas domésticas resultam de impostos e pagamentos cobrados a empresas e indivíduos em Timor-Leste. Caso tudo o resto seja igual, quanto mais altas forem as receitas domésticas, menos dinheiro estas empresas e indivíduos terão para investir. Consequentemente as despesas governamentais pagas pelas receitas domésticas não aumentam significativamente a procura global na economia, uma vez que o aumento na procura resultante das despesas é aproximadamente igual à diminuição na procura por parte das empresas e indivíduos que pagam impostos.

Em contraste, o financiamento de despesas através de levantamentos a partir do FP aumenta o nível global de procura na economia. O financiamento de despesas a partir de empréstimos contraídos junto de organizações internacionais também aumenta a procura no ano em que ocorre a despesa financiada por esse empréstimo. Haverá porém um impacto negativo na procura no futuro, quando o Governo começar a amortizar o empréstimo. Um aumento na procura pode causar também o aumento da inflação, caso não seja acompanhado por uma subida na capacidade da economia para produzir bens.

O Governo analisou o impacto do défice não-petrolífero sobre a procura, o crescimento económico e a inflação. Esta análise mostra que o défice não-petrolífero entre 2015 e 2019 é consistente com o crescimento económico forte e de qualidade elevada.

Tabela 2.7.1.1: Financiamento (\$m)

	2015	2016	2017	2018	2019
Total do Financiamento	1.399,6	1.864,1	1.797,0	1.572,1	1.352,2
Rendimento Sustentável Estimado (RSE)	638,5	632,4	616,3	600,0	590,9
Levantamentos acima do RSE a partir do FP	689,0	1.037,3	1.045,3	812,3	711,3
Uso de Saldos de Dinheiro	2,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Empréstimos	70,0	194,4	135,5	159,9	50,0

Fonte: Direcção Nacional de Política Económica

2.7.2: RSE e Levantamentos Acima do RSE

O RSE é equivalente a 3% da riqueza petrolífera, o que corresponde a 638,5 milhões de dólares em 2015. Podemos pensar no RSE como o montante que pode ser levantado do FP todos os anos, para sempre, sem que o fundo alguma vez fique sem dinheiro. A Secção 2.6.3 do presente Livro do Orçamento do Estado descreve o RSE e a riqueza petrolífera de forma detalhada.

O Governo tenciona levantar um total de 1.327,5 milhões de dólares a partir do FP em 2015. Este montante excede o RSE em 689,0 milhões (o levantamento acima do RSE). Os levantamentos acima do RSE a partir do FP reduzem a riqueza petrolífera e os RSEs futuros.

A Tabela 2.7.1.1 mostra claramente que o Governo está a implementar uma política de antecipação das despesas. Os levantamentos acima do RSE sobem em 2016 e 2017, porém

descem em 2018 e 2019, à medida que a antecipação de despesas se aproxima do fim. A política do Governo a longo prazo (após 2019) é de garantir que os levantamentos não ultrapassem o RSE.

2.7.3: Empréstimos

O Governo contrai empréstimos para financiar projectos-chave. Só em sectores prioritários se considera a possibilidade de contrair empréstimos. É feita uma análise detalhada do projecto a financiar mediante empréstimo, sendo que o dito projecto só é aprovado caso os seus benefícios superem consideravelmente os custos. Todos os empréstimos contraídos até à data prendem-se com a construção de infra-estruturas, dado que essa é uma prioridade do Governo. Todos estes projectos apresentam também taxas elevadas de retorno económico.

O Governo tem a opção de financiar projectos a partir de empréstimos ou de levantamentos acima do RSE. Os empréstimos têm um custo financeiro, já que precisam ser amortizados com juros. Os levantamentos também têm um custo, uma vez que reduzem o saldo do FP e o retorno total dos investimentos. O Governo conduz uma análise financeira detalhada relativamente a todos os projectos, só se recorrendo a empréstimos caso se considere provável que o empréstimo em questão tenha um custo inferior ao do levantamento de montante semelhante a partir do FP. Esta análise financeira leva em conta o facto de que, se por um lado o empréstimo terá de ser amortizado, por outro os retornos futuros do FP são incertos.

Relativamente a todos os empréstimos, é importante fazer a distinção entre o valor do empréstimo e o montante a desembolsar num ano. O valor do empréstimo é o montante total do empréstimo. Quando o acordo de empréstimo é assinado, o credor (por exemplo, o BasD, o BM ou a JICA) compromete-se a emprestar este valor ao Governo. O desembolso do empréstimo é o montante desembolsado num determinado ano para pagar as despesas do projecto. O total dos desembolsos ao longo de todos os anos do projecto não pode ultrapassar o valor do empréstimo, podendo ficar ligeiramente abaixo do mesmo. O limite máximo de dívida autorizado no artigo 5º da Lei do Orçamento Geral do Estado diz respeito ao valor total de todos os empréstimos que o Governo pode assinar em 2015. O valor total dos empréstimos assinados é indicado na tabela 2.7.3.1; ao passo que a tabela 2.7.3.2 indica os desembolsos esperados a partir de empréstimos entre 2015 e 2019.

A caixa seguinte define os principais termos financeiros para projectos financiados por empréstimos. De seguida, descreve-se de forma breve cada projecto financiado.

Principais Termos relacionados com Empréstimos

Valor do Empréstimo

O montante total que o credor (por exemplo, o BASD, o BM ou a JICA) aceita emprestar ao Governo.

Desembolso do Empréstimo

O montante do empréstimo que é desembolsado num determinado ano para financiar as despesas do projecto.

Denominação do Empréstimo

A moeda na qual o credor regista o valor devido pelo mutuário.

Direitos Especiais de Saque (DES)

Uma moeda utilizada pelo FMI e por outras organizações internacionais. O seu valor baseia-se num cesto de moedas internacionais.

Período de Graça

Período em que são acumulados juros mas em que não há lugar à amortização do montante principal.

Maturidade do Empréstimo

A data até à qual o empréstimo tem de ser amortizado por inteiro.

Libor

Por norma, refere-se à taxa de juros oferecida no mercado interbancário de Londres a seis meses. Esta é a taxa de juro a que os bancos emprestarão dinheiro a outros bancos.

Estradas entre Díli e Liquiçá e entre Tibar e Gleno, financiadas pelo BAsD

Este projecto visa reabilitar as estradas entre Díli e Liquiçá e entre Tibar e Gleno. A estrada entre Díli e Liquiçá apresenta um dos maiores volumes de trânsito em Timor-Leste, fazendo parte da rota principal utilizada por camiões que transportam bens importados a partir de Timor Ocidental. A sua reabilitação deve reduzir os custos do transporte destes bens. A reabilitação da estrada entre Tibar e Gleno é importante para a agricultura, uma vez que esta rota é utilizada para transportar café cultivado em Ermera para centros de processamento e embalamento a caminho do porto. A reabilitação destas estradas é uma prioridade para o Governo e deverá gerar uma taxa elevada de retorno económico.

Esta reabilitação rodoviária está a ser financiada pelo Governo e pelo BAsD. O financiamento a partir do BAsD é composto por um empréstimo do FAsD no valor de 9,0 milhões de dólares e um empréstimo de ROC no valor de 31,0 milhões. O empréstimo do FAsD tem um período de graça de 8 anos e uma maturidade de 32 anos. A taxa de juro está fixa nos 1,0% ao ano durante o período de graça e nos 1,5% ao ano durante o resto do período de maturidade. Este empréstimo é denominado em DES. O empréstimo de ROC tem um período de graça de 5 anos e uma maturidade de 25 anos. A taxa de juro cobrada é igual ao Libor +0,4% ao ano.

Estrada entre Manatuto e Natarbora, financiada pelo BAsD

Este projecto irá reabilitar a estrada entre Manatuto e Natarbora, que é uma prioridade para o Governo. É esperado que o projecto tenha uma boa taxa de retorno económico, sendo financiado pelo Governo e pelo BASD.

O financiamento a partir do BASD é composto por um empréstimo do FAsD no valor de 10,0 milhões de dólares e um empréstimo de ROC no valor de 40,0 milhões. O empréstimo do FAsD tem um período de graça de 5 anos e uma maturidade de 25 anos. A taxa de juro está fixa nos 2,0% e o empréstimo é denominado em DES. O empréstimo de ROC tem um período de graça de 5 anos, uma maturidade de 25 anos, uma taxa de juro variável igual ao Libor +0,5% ao ano e está denominado em dólares americanos.

Estrada entre Aileu e Ainaro, financiada pelo BM

A estrada entre Aileu e Ainaro está a ser reabilitada de forma substancial ao abrigo deste projecto. Esta estrada é uma rota importante para transportar produtos agrícolas para o mercado, estando previsto que a sua reabilitação reduza consideravelmente os custos com transportes. Forma também uma ligação rodoviária importante entre a costa norte, sobretudo Díli, e a área de desenvolvimento de Tasi Mane, incluindo a recém-concluída central eléctrica de Betano. É também esperado que a reabilitação desta estrada tenha uma taxa elevada de retorno económico.

Este projecto é financiado pelo Governo e pelo BM. O financiamento do BM virá na forma de 25,0 milhões de dólares da AID e de 15,0 milhões do BIRD. O empréstimo da AID tem um período de graça de 5 anos e uma maturidade de 25 anos, uma taxa de juro fixa de 2,0% ao ano e está denominado em dólares. O empréstimo do BID tem um período de graça de 8 anos, uma maturidade de 28 anos e está denominada em dólares. A taxa de juro deste empréstimo é fixa para cada desembolso aquando da realização desse desembolso com base na Libor à altura. Dado que, o valor da Libor pode mudar entre hoje e a data em que for recebido o desembolso final, não é possível indicar com exactidão a taxa fixa para o empréstimo. Todavia, a análise do Governo indica que será provável registar-se uma taxa de juro fixa média entre 3,4% e 4,0%.

Estrada entre Díli, Manatuto e Baucau, financiada pela JICA

Este projecto visa reabilitar a estrada entre Díli e Baucau. Há potencial considerável em termos de maior comércio e trânsito nesta estrada, que é a rota principal entre as duas maiores cidades de Timor-Leste. O projecto irá também contribuir de forma significativa para a melhoria do acesso ao leste do país, que tem potencial a nível de turismo e de agricultura pastorícia. A reabilitação desta estrada é uma prioridade para o Governo e é esperado que os benefícios económicos totais superem consideravelmente os custos.

Este projecto é financiado pelo Governo e por um empréstimo da JICA. O empréstimo tem um período de graça de 10 anos e uma maturidade de 30 anos. O empréstimo é

denominado em ienes japoneses, com uma taxa de juro fixa de 0,7% ao ano para construção civil e 0,01% ao ano para serviços de consultoria.

Tabela 2.7.3.1: Informações sobre Acordos de Empréstimos Assinados

Projecto	Credor	Valor Total do Projecto (m\$)	Contribuição contrapartida (m\$)	Assinatura	Fundo / Janela do Empréstimo	Montante do Empréstimo (m\$)	Moeda	Período de graça (anos)	Maturidade (anos)	Taxa de Juro	Outras Taxas	Taxa de Juro Fixa ou Variável
Estradas entre Díli e Liquiçá e entre Tibar e Gleno	BAsD	54	14	Maio 2012	FAsD	9	DES	8	32	1% durante o período de graça e 1,5% durante o restante da maturidade		Fixa
					ROC	31	USD	5	25	Libor + 0,4%	Cc: 0,15%	Variável
Estrada entre Manatuto e Natarbora	BAsD	123	73	Nov. 2012	FAsD	10	DES	5	25	2%		Fixa
					ROC	40	USD	5	25	Libor + 0,5%		Variável
Estrada entre Aileu e Ainaro	BM	92	52	Nov. 2013	AID	25	USD	5	25	2%	Cc: 0,5% (actualmente dispensada)	Fixa
					BIRD	15	USD	8	28	3,4% a 4% (provavelmente)	Taxa antecipada: 0,25%	Fixa aquando do desembolso
Estrada entre Díli, Manatuto e Baucau	JICA	146	77	Março 2012	N/D	69	JPY	10	30	0,7% para construção civil e 0,01% para serviços de consultoria	Cc: 0,1% ao ano e 2% ao ano sobre montantes em dívida acima do principal normal, juros e outros pagamentos	Fixa
TOTAL		415	216			199						

Fontes: Unidade de Gestão de Dívida

Os empréstimos assinados pelo Governo acarretam dois riscos principais. O primeiro risco, que se aplica somente a empréstimos do BIRD sob o BM e dos ROC sob o BAsD, é que a Libor aumente. Isto resultaria na subida da taxa de juro do empréstimo e do montante total que o Governo terá de amortizar. O segundo risco, que se aplica apenas a empréstimos denominados numa moeda estrangeira, é que o dólar americano se desvalorize contra essa moeda estrangeira. Isto resultaria no aumento das amortizações em dólares americanos. Para empréstimos denominados em DES, este risco é limitado, uma vez que os DES são compostos por um cesto de moedas, incluindo o dólar americano. Actualmente o dólar americano contribui com 42,0% do cesto dos DES. Digase também que entre 2004 e 2012 houve apenas uma diferença de 7,5% entre os DES mais baixos e mais altos relativamente à taxa de câmbio do dólar americano. Na prática, isto significa que é pouco provável que o dólar americano se vá desvalorizar significativamente contra os DES no futuro.

A Tabela 2.7.3.2 delinea e discute os riscos financeiros associados com cada empréstimo. Estes riscos foram analisados antes da assinatura dos empréstimos, sendo que o Governo considera que mesmo com estes riscos o financiamento oferecido por estes empréstimos é menos dispêndios do que o levantamento de dinheiro a partir do FP. Além disso, todos os empréstimos têm uma taxa de juro muito inferior à que o Governo poderia obter caso contraísse empréstimos junto do sector privado.

Tabela 2.7.3.2: Riscos Financeiros dos Empréstimos

Empréstimo	Risco	Comentários
Estradas entre Díli e Liquiçá e entre Tibar e Gleno (BAsD – FAsD) Estrada entre Manatuto e Natarbora (BAsD – FAsD)	O dólar americano pode desvalorizar contra os DES. Isto aumentaria o total das amortizações em dólares americanos.	Este risco limitado é superado pelas baixas taxas de juro dos empréstimos e pelos períodos de graça consideráveis.
Estrada entre Díli, Manatuto e Baucau (JICA)	O dólar americano pode desvalorizar contra o iene japonês. Isto aumentaria o total das amortizações em dólares americanos.	Este risco é superado pela taxa de juro muito baixa e pelo período de graça de 10 anos.
Estradas entre Díli e Liquiçá e entre Tibar e Gleno (BAsD – ROC) Estrada entre Manatuto e Natarbora (BAsD – ROC)	A taxa Libor pode aumentar. Isto aumentar consideravelmente as amortizações.	Este risco é superado pelo período de graça e pelo spread baixo da Libor.
Estrada entre Solamro e Ainaro (BM – BIRD)	A Libor pode aumentar antes da realização do desembolso final, provocando o aumento na taxa de juro fixa. Todavia é pouco provável que a Libor aumente até um ponto que pusesse em risco a previsão do Governo de que a taxa estará fixa entre os 3,4% e os 4,0%.	Este risco é superado pelo período de graça e pelo spread baixo da Libor.

Fonte: Unidade de Gestão de Dívida e Direcção Nacional do Crescimento Económico

O Governo está ainda a considerar outros dois empréstimos que podem ser assinados em 2014. O primeiro diz respeito a um projecto para financiar a construção de um esquema de drenagem que reduza as inundações sazonais em Díli. Prevê-se que este projecto tenha benefícios consideráveis a nível económico e social. O montante deste empréstimo devera rondar os 50 milhões de dólares. O empréstimo estará denominado em dólares americanos e terá uma taxa de juro fixa de 2,0%. É provável que o período de graça seja de 5 anos e que a maturidade seja de 15 a 20 anos.

O segundo empréstimo visa financiar o alargamento para quatro faixas e a reabilitação da estrada entre Tasitolu e Tibar. Este projecto é necessário, uma vez que o novo porto em Tibar irá aumentar consideravelmente o tráfego neste troço de estrada. O

empréstimo virá do fundo de ROC do BASD. O empréstimo será provavelmente de 12 milhões de dólares, com uma taxa de juro variável igual à Libor mais 0,6%, uma maturidade de 25 anos e um período de graça de 5 anos. O empréstimo estará denominado em dólares americanos.

A abela 2.7.3.3 mostra os desembolsos esperados a partir de empréstimos entre 2015 e 2019.

Tabela 2.7.3.3: Total dos Desembolsos de Empréstimos entre 2015 e 2019 (milhões de dólares)

	Total	2015	2016	2017	2018	2019
Empréstimos	524,7	70,0	194,4	135,5	159,9	50,0

Fonte: Unidade de Gestão de Dívida

Em jeito de conclusão, o Governo assinou empréstimos para financiar parcialmente quatro projectos e está a considerar outros empréstimos para o futuro. Só são utilizados empréstimos para financiar projectos prioritários com taxas elevadas de retorno económico e social.

2.7.4: Uso do Saldo de Dinheiro

Prevê-se que as despesas concretas do FDCH em 2014 estejam abaixo do aprovado no orçamento. Isto significa que haverá um saldo de dinheiro considerável neste fundo para financiar despesas transportadas em 2015. A tabela seguinte mostra o montante do saldo de dinheiro no FCTL, FDCH e FI que irá financiar despesas em 2015.

Tabela 2.7.4.1: Uso do Saldo de Dinheiro em 2015 (milhões de dólares)

Total	2,1
Transporte do Fundo de Infra-estruturas, excluindo empréstimos, líquido de deduções	0,0
Transporte do FDCH	2,1
Levantamento de Saldos de Dinheiro a partir da Conta do Tesouro	0,0

Fonte: Tesouro, Secretariado do FDCH e Secretariado dos Grandes Projectos

Estima-se actualmente que o saldo de dinheiro do FCTL no final de 2014 seja relativamente reduzido, não chegando para 3 meses de despesas. O Governo considera que é necessário manter este saldo de dinheiro para pagar despesas caso se verifique uma quebra inesperada nas receitas domésticas. É igualmente necessário manter um pequeno saldo de dinheiro para pagar despesas durante qualquer futuro regime de duodécimos. Assim sendo, o Governo não pretende utilizar o saldo de dinheiro do FCTL para financiar despesas no Orçamento do Estado para 2015.

2.7.5: Parcerias Público-Privadas

As Parcerias Público-Privadas (PPPs) são um relacionamento económico entre uma autoridade do sector público e uma empresa do sector privado, através da qual a empresa do sector privado fornece um bem ou serviço de interesse público e partilha os respectivos riscos financeiros, técnicos e operacionais. A justificação subjacente às PPPs em Timor-Leste deriva do facto de este tipo de acordos empresariais ter potencial para permitir ao Governo beneficiar dos conhecimentos especializados e do financiamento do sector privado, melhorando assim a qualidade e a eficiência e reduzindo os riscos suportados pelo Governo. Contudo, no caso de Timor-Leste, estes projectos só são realizados caso estejam alinhados com os objectivos de desenvolvimento do Governo e caso tenham taxas elevadas de retorno económico e social.

Tendo concluído um quadro político e jurídico de PPPs, Timor-Leste aprovou já uma PPP, nomeadamente em relação ao Porto de Tibar, e está a desenvolver estudos de viabilidade em relação a vários outros projectos. Os projectos no ciclo de projectos para 2015 dizem respeito aos sectores dos transportes, energia, saúde, educação e água. Durante 2014, seis projectos potenciais nessas áreas estão no ciclo de projectos de PPPs.

O Porto da Baía de Tibar é uma infra-estrutura vital para o desenvolvimento do país, bem como uma prioridade nacional. O projecto do Porto da Baía de Tibar foi aprovado em Conselho de Ministros a 2 de Agosto de 2013. O procedimento de aprovisionamento teve início em 2013, tendo sido pré-qualificados quatro concorrentes. Prevê-se que o procedimento de aprovisionamento seja concluído e que o parceiro privado seja seleccionado durante o ano de 2014. O desenho detalhado de engenharia necessário será igualmente realizado e arrancará em 2015. O Porto de Tibar deverá cumprir os padrões internacionais em áreas como a da eficiência e a das operações de mercadorias.

Deste modo, existe um consenso geral em que o Porto da Baía de Tibar irá aliviar o congestionamento e dar resposta a algumas das limitações do actual Porto de Díli, cujo potencial de expansão é muito limitado e só consegue receber embarcações pequenas. Isto é considerado uma necessidade em face do aumento esperado na procura por importações, em resultado do crescimento económico previsto para Timor-Leste. Em termos de construção o projecto tem três componentes principais: preparação do local, instalação das instalações portuárias e manutenção das mesmas, tanto durante como após a sua implementação.

É esperado que o Porto da Baía de Tibar seja financiado em parte através do FI e em parte através de empréstimos em condições favoráveis provenientes do BM, do BAsD e/ou de outros parceiros multilaterais.

O Sistema de Abastecimento de Água em Díli é outro projecto no ciclo de projectos de PPPs. O relatório final pré-viabilidade foi apresentado em Conselho de Ministros e aprovado para seguir para o estudo de viabilidade. Dentro desta modalidade o Governo irá procurar reabilitar e desenvolver as infra-estruturas e atribuir a responsabilidade das operações e da manutenção ao sector privado, durante um período de 5 anos. Prevê-se que o estudo de viabilidade seja concluído em inícios de 2015 e que siga para aprovisionamento. O contracto relativo à PPP deverá ser adjudicado em finais de 2015.

No sector da energia, o Governo fez um investimento muito considerável nos últimos anos. Foram construídas duas centrais eléctricas em Hera e Betano, as quais estão actualmente a produzir electricidade. A rede de cabos de transmissão que leva electricidade a todas as partes do país está quase concluída. Todavia, o Governo enfrenta agora outro desafio, nomeadamente como gerir, operar e manter estas instalações, e como transmitir e distribuir a electricidade de forma adequada ao povo timorense.

O Governo, com apoio do BAsD, está a realizar uma avaliação inicial com vista a determinar se são possíveis parcerias com o sector privado. Caso sejam, a realização de algumas destas actividades poderá contar com os conhecimentos especializados do sector privado. Esta avaliação inicial deverá estar concluída em 2014. Caso sejam identificados projectos como sendo viáveis, os estudos de viabilidade serão desenvolvidos durante o ano de 2015.

O Governo está também a procurar possíveis parcerias com o sector privado no sector da saúde. A melhoria dos resultados a nível da saúde é essencial para a estabilidade, crescimento económico e redução da pobreza em Timor-Leste. As principais questões em termos de saúde prendem-se com as taxas elevadas de mortalidade materna e infantil, má nutrição, doenças transmissíveis e doenças crónicas. Dar resposta a estas questões é fundamental para permitir às crianças aprender e para aumentar a participação económica, em especial por parte das mulheres, o que por sua vez é essencial para aumentar os rendimentos das famílias e fomentar o crescimento económico.

A Constituição de Timor-Leste estabelece que os cuidados médicos são um direito fundamental de todos os cidadãos e requer que o governo promova um sistema de

saúde nacional que seja universal, geral, gratuito e, dentro do possível, descentralizado e participativo.

O sistema de saúde foi reconstruído desde 1999, porém os serviços e os resultados a nível de saúde continuam a ser fracos. A prestação de serviços é condicionada pela capacidade reduzida – destacam-se aqui as insuficiências em termos de conhecimentos, qualificações e experiência – e pelas infra-estruturas pouco desenvolvidas. O Governo está ciente dos desafios que enfrenta e identificou já várias áreas onde acredita que as PPPs podem ser importantes na melhoria dos serviços de saúde.

Foi conduzida uma avaliação inicial com o apoio da CFI, uma das instituições do BM, tendo sido identificados alguns projectos possíveis. Irá ser escolhido um projecto-piloto inicial, após o que serão desenvolvidos estudos de viabilidade entre 2014 e 2015.

O Governo está igualmente a avaliar a viabilidade de alguns outros projectos possíveis de PPPs noutros sectores, tais como educação e edifícios públicos.

A unidade de PPPs foi estabelecida sob o MF, com o primeiro funcionário timorense inteiramente dedicado a esta unidade a ser recrutado em 2014, aumentando assim a capacidade da unidade. Contudo, existe ainda alguma desconfiança por parte de vários elementos do Governo relativamente à modalidade de PPPs e aos benefícios que podem ser gerados pela implementação de projectos de infra-estruturas ao abrigo desta modalidade. A Unidade de PPPs participou como orador em dois eventos internacionais sobre PPPs em 2014 e espera participar ou organizar mais eventos em 2015, como estratégia para apresentar e discutir as vantagens e desvantagens desta modalidade para o desenvolvimento de infra-estruturas vitais.

Durante o ano de 2014, foi igualmente desenvolvido um programa de formação (tanto em Timor-Leste como através da internet) relativamente à unidade de PPPs, visando melhorar a capacidade da unidade para ser capaz de lidar com projectos complexos de PPPs. Pretende-se organizar mais acções de formação como esta durante o ano de 2015.

Parte 3: Textu Lei Orsamentu Jeral Estadu



V GOVERNO CONSTITUCIONAL

Exposição de Motivos

Proposta de Lei que aprova o Orçamento Geral do Estado da República Democrática de Timor-Leste para 2015

Introdução

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 97.º e da alínea a) do n.º 2 do artigo 115.º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste, o Governo propõe ao Parlamento Nacional a presente Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2015.

A presente Proposta de Lei do OGE para 2015 engloba todas as receitas e despesas do Estado de Timor-Leste e cobre o período compreendido entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2015.

Continuidade dos programas de sucesso

O V Governo Constitucional está determinado em transformar Timor-Leste, até 2030, num país de rendimento médio-alto, com uma população saudável e instruída e que vive num clima de segurança, tal como fez constar no seu Plano Estratégico de Desenvolvimento.

No âmbito das políticas delineadas pelo respectivo Programa do Governo, o V Governo Constitucional tem efectuado melhorias profundas nos diversos sectores da governação, com particular incidência na implementação das reformas ao nível da gestão das finanças públicas, monitorização da economia e gestão do desempenho, continuando ao mesmo tempo a implementar actividades que permitam o desenvolvimento de infra-estruturas e o investimento no capital humano, redução da pobreza e a continuidade do clima de paz e segurança.

A presente Proposta de Lei do OGE contém a previsão das dotações orçamentais necessárias para implementar as políticas acima definidas.

O Fundo das Infra-Estruturas

Este fundo foi criado nos termos do artigo 32.º da Lei n.º 13/2009, de 21 de Outubro, sobre Orçamento e Gestão Financeira e do artigo 9.º da Lei n.º 1/2011, de 14 de Fevereiro, que aprova o OGE para 2011 e foi regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 8/2011, de 16 de Março e pelo Diploma Ministerial n.º 9/2011, de 18 de Maio.

Este mecanismo de financiamento continuará a ser utilizado pelo Governo na construção das infra-estruturas do país, como estradas, pontes, sistemas de electricidade e telecomunicações, entre outros, as quais são cruciais para a modernização do país e aumento da respectiva capacidade de produção económica.

O Fundo do Desenvolvimento do Capital Humano

O Governo, em 2011, regulamentou, através do Decreto-Lei n.º 12/2011, de 23 de Março, o Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano, estabelecido nos termos do artigo 32.º da Lei n.º 13/2009, de 21 de Outubro, sobre Orçamento e Gestão Financeira, e do artigo 9.º da Lei n.º 1/2011, de 14 de Fevereiro, que aprova o OGE para 2011.

Este instrumento permitirá ao Governo continuar a investir na sua maior fonte de riqueza: o Povo Timorense. Recursos humanos qualificados são a chave de sucesso de qualquer país que pretenda ser moderno e criativo no futuro.

Receitas Petrolíferas

O total de receita petrolífera estima-se em \$2.290,1 milhões a 1 de Janeiro de 2015. De acordo com a Lei do Fundo Petrolífero, o Rendimento Sustentável Estimado (RSE) é de 3% da Riqueza Petrolífera. Desta forma, o RSE para o ano financeiro de 2015 é de \$638,5 milhões propondo uma transferência acima do RSE no valor de \$689.

Uma condição necessária para que o RSE seja realmente sustentável é que a taxa real de rendimento do Fundo seja 3%. Por essa razão, a Lei do Fundo Petrolífero, na versão ultimamente dada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de Setembro, diversificou a carteira de investimentos face às receitas petrolíferas, de modo a proporcionar o aumento do retorno do nosso Fundo Petrolífero a médio e longo prazo.

Receitas Não Petrolíferas

Estima-se que as receitas não petrolíferas sejam de \$170,4 milhões em 2015, o que representa um aumento relativamente ao anterior Orçamento, onde foram de \$166,1 milhões.

Em 2015 está previsto que a cobrança de impostos represente \$125,5 milhões, o que consiste numa subida relativamente aos valores de 2014.

O Governo encontra-se consciente da importância do aumento das receitas não petrolíferas para financiamento de despesas futuras, tendo em conta que as receitas petrolíferas tenderão a entrar em declínio no futuro e que Timor-Leste deseja gradualmente diminuir os levantamentos do Fundo Petrolífero superiores ao RSE.

Dívida Pública

O artigo 20.º da Lei n.º 13/2009, de 21 de Outubro, sobre Orçamento e Gestão Financeira, assim como a Lei n.º 13/2011, de 21 de Fevereiro, sobre o Regime da Dívida Pública, dão a possibilidade do Governo contrair empréstimos.

É com esta base legal que o Governo vem apresentar ao Parlamento Nacional uma proposta do limite máximo, no montante de \$260 milhões, que o Governo fica autorizado para obtenção de empréstimos, os quais por obrigação legal devem destinar-se apenas à construção de infra-estruturas estratégicas para o desenvolvimento do País.

Parcerias Público-Privadas

O Decreto-Lei n.º 42/2012, de 7 de Setembro, aprova o Regime Jurídico das Parcerias Público-Privadas. O Governo encontra-se actualmente a preparar a regulamentação prevista no diploma atrás referido. Existe presentemente um projecto aprovado em Conselho de Ministros, a ser objecto de parceria público-privada, referente ao Porto de Tibar.

O Governo propõe-se a assinar contratos de parcerias público-privada até ao montante de \$500 milhões.

Despesas orçamentadas no Orçamento do Estado para 2015

Salários e Vencimentos

O total do orçamento para salários e vencimentos é de \$184,1 milhões em 2015.

As principais medidas nesta categoria são:

- 2,3 milhões de dólares para o Ministério da Educação para o aumento dos salários dos professores, sobretudo aqueles colocados em áreas remotas;
- 2,0 milhões de dólares para o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação para o aumento das despesas diárias de Embaixadores timorenses no estrangeiro;
- 1,4 milhões de dólares para a PNITL, Ministério da Saúde e Tribunais para pagar os vencimentos dos adidos da segurança na Austrália e na Indonésia, bem como parteiras e médicos e uma nova auditoria nacional nos tribunais.

Bens e Serviços

O total orçamentado para esta categoria é de \$504,7 milhões em 2015, dos quais \$32,1 milhões correspondem ao Fundo do Desenvolvimento do Capital Humano.

As principais medidas nesta categoria incluem, entre outras:

- 115,6 milhões de dólares para o Ministério das Obras Públicas para combustível e manutenção dos geradores eléctricos;
- 14,5 milhões de dólares para o Ministério da Justiça para o programa Ita Nia Rai e ao registo cadastral;
- 17,8 milhões de dólares no Ministério da Educação para o programa de merendas escolares em escolas públicas e para bolsas de estudo.

Transferências Públicas

O total orçamentado para esta categoria é de \$340,3 milhões em 2015.

As principais medidas nesta categoria são:

- 176,4 milhões de dólares para o Ministério da Solidariedade Social para programas sociais, incluindo pagamentos aos veteranos, aos idosos e inválidos e pagamentos relativos ao programa Bolsa de Mãe;
- 10,0 milhões de dólares para a continuação da capitalização do Banco Central de Timor-Leste;
- 17,8 milhões de dólares para o Ministério da Administração Estatal para apoiar o PNDS, programa que contribui significativamente para o desenvolvimento rural.

Capital Menor

O total orçamentado para esta categoria é de \$36,7 milhões em 2015.

As principais medidas nesta categoria incluem, entre outras:

- 12,0 milhões de dólares para o Ministério dos Transportes para a compra de um novo ferry;
- 3,0 milhões de dólares para o Ministério das Obras Públicas para o acesso a água canalizada e instalação de electricidade em todo o território;
- 1,7 milhões de dólares para camiões de bombeiros e veículos especiais em os Ministerios de Saúde, Justiça, Administração Estatal, Obras Públicas, Transportes e

Comunicações e a Secretaria de Estado de Segurança. Esta despesa contribuirá para o aumento da segurança das populações.

Capital de Desenvolvimento

O Governo propõe \$504,3 milhões incluindo empréstimos para esta categoria em 2015, dos quais \$434 milhões, incluindo empréstimos são afectos ao Fundo das Infra-estruturas.

A principal medida nesta categoria, no Fundo Consolidado de Timor-Leste, é:

- 34,4 milhões de dólares para o Programa de Desenvolvimento Integrado Distrital.

As principais medidas no Fundo das Infra-estruturas são:

- 62,5 milhões de dólares para o Programa de Desenvolvimento de Oe-cusse;
- 59,8 milhões de dólares para Construção de Estradas.

Aprovado em Conselho de Ministros de 02 de Outubro de 2014.

O Primeiro-Ministro,

Kay Rala Xanana Gusmão

A Ministra das Finanças,

Emília Pires



V GOVERNO CONSTITUCIONAL

Proposta de Lei nº/.....

de.....de.....

Orçamento Geral do Estado para 2015

O Orçamento Geral do Estado para 2015 engloba todas as receitas e despesas do Estado para o ano financeiro de 2015.

O Anexo I à Lei do Orçamento Geral do Estado para 2015, doravante designado por OGE, estabelece o total estimado das receitas do Estado de Janeiro a Dezembro de 2015 provenientes de todas as fontes: petrolíferas e não petrolíferas (fiscais, não fiscais e provenientes de empréstimos).

O total estimado de receitas é de **2.530,5** milhões de dólares.

O Anexo II à presente lei estabelece todas as dotações orçamentais, sistematizadas da seguinte forma:

1. **184,051** milhões de dólares para Salários e Vencimentos;
2. **504,672** milhões de dólares para Bens e Serviços;
3. **340,255** milhões de dólares para Transferências Públicas;
4. **36,713** milhões de dólares para Capital Menor;
5. **504,309** milhões de dólares para Capital de Desenvolvimento.

Excluindo os serviços e fundos autónomos, os fundos especiais e os empréstimos, o total das dotações orçamentais é de **1.014,6** milhões de dólares.

O OGE inclui todas as receitas e despesas a partir dos serviços e fundos autónomos, nomeadamente a Administração de Aeroportos e Navegação Aérea de Timor-Leste (ANATL), a Autoridade Portuária de Timor-Leste (APORTIL - incluindo Berlim-Nakroma), o Instituto de Gestão de Equipamento (IGE) e o Serviço Autónomo de Medicamentos e Equipamentos de Saúde (SAMES). As receitas dessas entidades estão incluídas na rubrica relativa às receitas próprias dos serviços e fundos autónomos no Anexo I, estando o orçamento de despesas inscrito no Anexo III.

O total das estimativas das despesas para os serviços e fundos autónomos em 2015 é de **19,3** milhões de dólares, dos quais **11,7** milhões de dólares são transferidos a partir do OGE, a fim de cobrir despesas superiores às suas receitas próprias.

O total da dotação orçamental para o Fundo das Infra-Estruturas é de **434** milhões de dólares, incluindo empréstimos, e de **364** milhões de dólares, excluindo empréstimos.

O total da dotação orçamental para o Fundo do Desenvolvimento do Capital Humano é de **32,1** milhões de dólares, dos quais o valor de **2,1** milhões de dólares corresponde ao saldo transitado do ano de 2014, nos termos da lei.

O total estimado das despesas do OGE é de **1.570,000** milhões de dólares.

O total máximo aprovado para financiamento com recurso ao endividamento público, em 2015, é de **70** milhões de dólares.

As receitas não petrolíferas estimadas, incluindo as dos serviços e fundos autónomos, são de **170.4** milhões de dólares.

Assim, o défice fiscal é de **1.399,6** milhões de dólares, o qual é financiado em **1.327,5** milhões de dólares, a partir do Fundo Petrolífero, dos quais **638,5** milhões de dólares corresponde ao RSE e **689** milhões de dólares acima do RSE, em **70** milhões de dólares através do recurso ao crédito público e **2,1** milhões de dólares correspondentes ao saldo transitado do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano.

O Governo apresenta ao Parlamento Nacional, ao abrigo da alínea c), do n.º 1 do artigo 97.º e do n.º 1 do artigo 145.º da Constituição da República, a seguinte Proposta de Lei:

Capítulo I

Definições e aprovação

Artigo 1.º

Definições

Para os efeitos da presente lei, entende-se por:

- a) "Categoria de Despesa" – O agrupamento das despesas sob as cinco categorias seguintes:
 - i) "Salários e Vencimentos", o montante global que um Órgão pode gastar com Salários e Vencimentos para os titulares dos cargos políticos e os funcionários permanentes e temporários;
 - ii) "Bens e Serviços", o montante global que um Órgão pode gastar na aquisição de Bens e Serviços;
 - iii) "Transferências Públicas", o montante global que um Órgão pode gastar em subvenções públicas e pagamentos consignados;
 - iv) "Capital Menor", o montante global que um Órgão pode gastar na aquisição de bens de Capital Menor;
 - v) "Capital de Desenvolvimento", o montante global que um Órgão pode gastar em projectos de Capital de Desenvolvimento;
- b) "Despesas Compensadas pelas Receitas", as despesas suportadas pelas receitas próprias cobradas pelos serviços e fundos autónomos, desde que o montante não exceda o valor total das receitas que deram entrada nas contas relevantes do Tesouro;
- c) "Dotação Orçamental", o montante máximo inscrito no OGE a favor de um Órgão com vista à realização de determinada despesa;
- d) "Órgão / Órgãos", o termo genérico adoptado no OGE para indicar o sector público administrativo sujeito à disciplina orçamental e que, segundo a classificação orgânica, se pode dividir em títulos, tais como Gabinete do Presidente da República, Parlamento Nacional, Governo (Gabinete do Primeiro-Ministro, Presidência do Conselho de Ministros, Ministérios e Secretarias de Estado), Tribunais e Procuradoria Geral da República, bem como outras instituições que constam do Anexo II;
- e) "Rúbricas de Despesa", as rúbricas de despesa desagregada dentro de cada Categoria de Despesa, com base na estrutura de código de contas de despesa mantida pelo Tesouro.

Artigo 2.º

Aprovação

É aprovado o Orçamento Geral do Estado para o período compreendido entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2015, nomeadamente:

- a) O total das receitas por agrupamentos, incluindo as receitas próprias dos serviços e fundos autónomos, dos fundos especiais e dos empréstimos, constantes do Anexo I à presente lei, dela fazendo parte integrante;
- b) O total das despesas por agrupamentos, incluindo as verbas a serem transferidas do Orçamento Geral do Estado para os serviços e fundos autónomos em 2015, constantes do Anexo II à presente lei, dela fazendo parte integrante;
- c) O total das despesas dos serviços e fundos autónomos a serem financiadas a partir das suas receitas próprias e do Orçamento Geral do Estado, constantes do Anexo III à presente lei, dela fazendo parte integrante;
- d) O total das despesas correspondentes à dotação do Fundo das Infra-Estruturas para 2015, incluindo saldos transitados e despesas financiadas através do recurso ao endividamento público, constantes do Anexo IV à presente lei, dela fazendo parte integrante;
- e) O total das despesas correspondentes à dotação do Fundo do Desenvolvimento do Capital Humano para 2015, incluindo saldos transitados, constantes do Anexo V à presente lei, dela fazendo parte integrante.

Capítulo II

Receitas

Artigo 3.º

Impostos e taxas

- 1. Durante o ano de 2015, o Governo está autorizado a cobrar os impostos e taxas constantes da legislação em vigor.
- 2. Não obstante o disposto no número anterior, em 2015 é suspensa a sujeição de armas e munições, para a PNTL e F-FDTL, a pagamento de imposto selectivo de consumo, nos termos do artigo 11.º e anexo II da Lei n.º 8/2008, de 30 de Junho (Lei Tributária).

Capítulo III

Autorização para transferência do Fundo Petrolífero

Artigo 4.º

Limite autorizado para financiamento do OGE

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 7.º da Lei n.º 9/2005, de 3 de Agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de Setembro (Lei do Fundo Petrolífero), o montante das transferências do Fundo Petrolífero para 2015 não excede **1.327,5** milhões de dólares, sendo a transferência de **638,5** milhões de dólares efectuada após o cumprimento do disposto no artigo 8.º e a transferência de **689** milhões efectuada após o cumprimento das alíneas a), b) e c) do artigo 9.º da Lei n.º 9/2005, de 3 de Agosto.

Capítulo IV

Constituição de dívida pública, parcerias público-privadas e garantia

Artigo 5.º

Montante máximo de endividamento autorizado

1. Com o objectivo de fazer face às necessidades de financiamento relacionadas com a construção de infra-estruturas estratégicas para o desenvolvimento do País, fica o Governo autorizado, nos termos do artigo 20.º da Lei n.º 13/2009, de 21 de Outubro, alterada pelas Leis n.ºs 9/2011, de 17 de Agosto, e 3/2013, de 7 de Agosto, sobre Orçamento e Gestão Financeira, e do artigo 3.º da Lei n.º 13/2011, de 28 de Setembro, sobre o Regime da Dívida Pública, a recorrer ao endividamento externo concessional até ao montante máximo de **260** milhões de dólares, com um prazo máximo de 40 anos.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, em 2015 o financiamento proveniente de empréstimos não excede **70** milhões de dólares.

Artigo 6.º

Montante máximo autorizado para acordos de parcerias público-privadas

1. Em 2015, o Governo fica autorizado a assinar acordos de parcerias público-privadas até ao montante máximo de **500** milhões de dólares.
2. Para efeitos do número anterior e da administração e gestão das participações do Estado, é competente a entidade responsável para tal, nos termos da lei.

Capítulo V

Execução orçamental

Artigo 7.º

Regras complementares de execução orçamental

1. A execução orçamental pelos Órgãos deve obrigatoriamente ser feita com recurso ao Sistema Informático de Gestão Financeira.
2. Em 2015, a fiscalização da execução orçamental pelo Parlamento Nacional incide particularmente sobre todas as despesas recorrentes.
3. A contratação pública por ajuste direto apenas é permitida a cada Órgão até 10% do total das respectivas dotações orçamentais para 2015, sem prejuízo da observância das normas legais sobre a sua admissibilidade.
4. O disposto no artigo anterior não se aplica no âmbito do Orçamento das Dotações para Todo Governo.
5. O Parlamento Nacional realiza um debate trimestral, sobre a execução orçamental de cada ministério, secretaria de Estado e serviço do fundo autónomo, com a presença dos respectivos membros do Governo e dirigentes máximo.
6. Quando o saldo da conta do Tesouro for inferior a 200 milhões de dólares, o Governo pode recorrer à transferência do Fundo Petrolífero acima do Rendimento Sustentável Estimado, informando previamente o Parlamento Nacional.
7. Os pedidos de uso da reserva de contingência devem ser devidamente justificados nos termos do n.º 3 do artigo 7.º e do artigo 37.º da Lei 13/2009, de 21 de Outubro, alterada pelas Leis n.ºs 9/2011, de 17 de Agosto, e 3/2013, de 7 de Agosto, sobre Orçamento e Gestão Financeira, e devem conter a descrição detalhada das actividades a realizar.

Artigo 8.º

Pagamento de impostos sobre importações

O Tesouro fica autorizado a estabelecer e implementar um mecanismo de contabilidade para o registo e controlo das receitas e despesas, correspondente ao pagamento de impostos sobre importações efectuadas pelos Órgãos ou em seu nome.

Artigo 9.º

Dotações para todo o Governo

De acordo com os critérios claros e precisos estabelecidos relativamente às despesas públicas, o Governo inscreve no orçamento das Dotações para Todo o Governo as seguintes dotações, cuja gestão fica a cargo do Ministério das Finanças:

- a) Fundo de Contrapartidas;

- b) Auditoria Externa;
- c) Reserva de Contingência;
- d) Quotas de Membro de Instituições Internacionais;
- e) Pensões aos Ex-Titulares e Ex-Membros dos Órgãos de Soberania;
- f) Construção dos Postos Integrados na Fronteira;
- g) Fundo de Contribuição às Instituições de Carácter Social;
- h) Provisão para g7+;
- i) Serviço de Registo e Verificação Empresarial;
- j) Secretariado dos Grandes Projectos;
- k) Provisão para Serviços Legais;
- l) Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP;
- m) Contribuição Financeira;
- n) Provisão para Actividades de Pesquisa Estatística;
- o) Provisão para Diagnóstico dos Recursos Humanos;
- p) Debate sobre Legislação Fiscal e Macro-economia;
- q) Provisão para Capitalização do Banco Central de Timor-Leste;
- r) Provisão de Fundos para Casa de Saber;
- s) Provisão para Centro de Paz e Reconciliação;
- t) Provisão de Oficina para Governo.

Capítulo VI

Serviços e fundos autónomos e fundos especiais

Artigo 10.º

Receitas próprias

1. As previsões das receitas a serem cobradas pelos serviços e fundos autónomos constam do Anexo I.
2. As receitas resultantes das transferências a partir do OGE para os serviços e fundos autónomos e para os fundos especiais, bem como a previsão das respectivas despesas, constam do Anexo II.

3. Os orçamentos por categoria de despesa relativos aos serviços e fundos autónomos parcialmente financiados por receitas próprias constam do Anexo III.
4. A dotação do Fundo das Infra-Estruturas consta do Anexo IV.
5. A dotação do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano consta do Anexo V.
6. Os Avisos de Autorização de Despesa a favor dos serviços e fundos autónomos, a partir das receitas próprias, só podem ser autorizados após recepção, por parte do Estado, das respectivas receitas, sendo as referidas autorizações obrigatoriamente de valor igual ou inferior.

Capítulo VII

Disposições Finais

Artigo 11.º

Financiamento através de doadores independentes

1. Cada Órgão só pode estabelecer acordos com doadores independentes para o fornecimento de recursos adicionais ou complementares ao financiamento contido nas afectações orçamentais na presente lei mediante parecer prévio obrigatório do ministro responsável pela área das Finanças.
2. A gestão do financiamento previsto no número anterior deve ser feita de acordo com as directivas emitidas pelo Ministério das Finanças e com os requisitos dos doadores.

Artigo 12.º

Responsabilidade

1. A assinatura de contratos sem cabimento orçamental gera responsabilidade política, financeira, civil e criminal, nos termos do artigo 46.º da Lei n.º 13/2009, de 21 de Outubro, alterada pelas Leis n.ºs 9/2011, de 17 de Agosto, e 3/2013, de 7 de Agosto, sobre Orçamento e Gestão Financeira.
2. Para efeitos de efectivação da responsabilidade financeira prevista no número anterior, considera-se que o titular do cargo político procede, com tal conduta, a um pagamento indevido, sujeito a condenação em reposição da quantia correspondente, nos termos dos artigos 44.º e seguintes da Lei n.º 9/2011, de 17 de Agosto, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3/2013, de 7 de Agosto, que aprova a Orgânica da Câmara de Contas do Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas.

Artigo 13.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2015.

Aprovada em 02 de Outubro de 2014.

O Primeiro-Ministro,

Kay Rala Xanana Gusmão

A Ministra das Finanças,

Emília Píres

ANEXO I

Estimativa de receitas a serem cobradas e financiamento das despesas do Orçamento Geral do Estado para 2015 (US \$ milhões)*

Tabela I - Estimativa de receitas

1	Receitas Totais	2,530.5
1.1	Receitas Petrolíferas	2,290.1
1.1.1	Imposto sobre Lucros Petrolíferos	652.3
1.1.2	Impostos do Mar de Timor (incluindo Kitan)	129.1
1.1.3	Imposto sobre o Rendimento	243.3
1.1.4	Imposto sobre Lucros Adicionais	267.9
1.1.5	Outros Impostos e Taxas Petrolíferas	81.8
1.1.6	Juros do Fundo Petrolífero	915.8
1.2	Receitas Não Petrolíferas	162.8
1.2.1	Impostos Directos	45.7
1.2.2	Impostos Indirectos	79.7
1.2.3	Outras Receitas e Taxas	0.2
1.2.4	Taxas e Encargos	37.2
1.2.5	Juros da Conta do Tesouro	0.0
1.3	Doações	-
1.4	Receitas Próprias dos Serviços e Fundos Autónomos	7.6
1.5	Empréstimos	70.0

*Valores arredondados

Tabela II – Financiamento das Despesas

Receitas não petrolíferas incluindo receitas próprias dos serviços e fundos autônomos	170.4
Transferências do Fundo Petrolífero	1327.5
Empréstimos	70.0
Saldo do Fundo do Desenvolvimento do Capital Humano	2.1
Total	1,570.0

*Valores arredondados

ANEXO II

Dotações Orçamentais para 2015 (US \$'000)

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Total Despesas Incluindo Empréstimo	184,051	504,672	340,255	36,713	504,309	1,570,000
Total Despesas Orçamento Geral Estado	184,051	504,672	340,255	36,713	434,309	1,500,000
Excluindo Serviços e fundos Autónomos, Fundos Especiais	182,351	467,014	340,255	24,668	70,314	1,084,603
Incluindo Serviços e Fundos Autónomos	184,051	472,572	340,255	36,713	70,314	1,103,905
Total Serviços e Fundos Autónomos	1,700	5,558	-	12,045	-	19,302
Total Fundos Especiais	-	32,100	-	-	363,995	396,095
Fundos Especiais - Nova Apropriação	-	30,000	-	-	363,995	393,995
Fundos Especiais - Saldo Transitado 2014	-	2,100	-	-	-	2,100
Total Empréstimo	-	-	-	-	70,000	70,000
Empréstimo - Nova Apropriação	-	-	-	-	58,900	58,900
Empréstimo - Saldo Transitado 2014	-	-	-	-	11,100	11,100
Presidência da República	848	6,670	-	1,097	200	8,815
Gabinete da Presidente da República	-	500	-	-	-	500
Casa Civil	812	4,684	-	278	200	5,974
Casa Militar	36	879	-	790	-	1,704
Secretariado Técnica Post CAVR	-	608	-	30	-	637
Parlamento Nacional	4,399	8,349	748	1,233	298	15,027

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Parlamento Nacional	3,347	2,351	-	16	-	5,714
Gabinete do Presidente do Parlamento	73	623	-	-	-	696
Bancadas Parlamentares	-	-	748	-	-	748
Gabinete do Secretário-Geral do Parlamento	-	113	-	-	-	113
Comissão A	-	272	-	-	-	272
Comissão B	-	117	-	-	-	117
Comissão C	-	243	-	-	-	243
Comissão D	-	186	-	-	-	186
Comissão E	-	225	-	-	-	225
Comissão F	-	254	-	-	-	254
Comissão G	-	60	-	-	-	60
Conselho de Fiscalização Sistema Nacional Inteligência de Timor-Leste (CFSNI-TL)	-	233	-	2	-	235
Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero	-	370	-	74	-	444
Grupo Mulheres Parlamentar de Timor Leste	-	125	-	-	-	125
Direcção de Administração	979	2,437	-	201	298	3,915
Direcção de Apoio Parlamentar	-	464	-	-	-	464
Direcção de Pesquisa e Informação Técnica	-	163	-	-	-	163
Divisão de Tecnologia de Informação Comunicação	-	113	-	940	-	1,053
Primeiro-Ministro	842	12,304	34,000	5,229	34,391	86,766
Gabinete do Primeiro-Ministro	84	-	-	-	-	84

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Secretariado do Primeiro-Ministro	24	1,562	-	-	-	1,586
Gabinete da Inspeção-Geral (GIG)	293	695	-	44	-	1,032
Direcção-Geral	10	21	-	-	-	31
Direcção Nacional de Administração e Finanças	104	1,047	-	69	-	1,220
Direcção Nacional de Recursos Humanos	54	64	-	-	-	118
Assessoria da Sociedade Civil	23	306	14,000	-	-	14,329
Residência Oficial do Primeiro-Ministro	-	66	-	-	-	66
Agência do Desenvolvimento Nacional (ADN)	-	2,430	20,000	4,586	34,391	61,407
Comissão Nacional de Aprovisionamento (CNA)	-	3,668	-	101	-	3,769
Serviço Nacional de Inteligência (SNI)	225	1,764	-	299	-	2,288
Agência Planeamento de Estratégico Investimento (APEI)	25	682	-	130	-	837
Vice Primeiro-Ministro, Coordenador dos Assuntos Sociais	178	886	700	45	-	1,809
Gabinete do Vice Primeiro-Ministro, Coordenador dos Assuntos Sociais	178	886	700	45	-	1,809
Ministro de Estado da Presidência do Conselho de Ministros	341	4,691	9,924	18	-	14,974
Gabinete do Ministro	77	708	-	-	-	785
Direcção Nacional de Administração e de Apoio ao Conselho de Ministros	153	1,568	-	-	-	1,721
Direcção Nacional dos Serviços de Tradução	59	226	-	-	-	285
Unidade de Apoio Jurídico	36	533	-	-	-	569
Comissão Ad hock Trilateral Timor-Leste, Australia & Indonésia	-	1,000	-	18	-	1,018
Centro de Formação e Técnica de Comunicação	6	218	-	-	-	224

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Gabinete do Director-Geral	10	93	-	-	-	103
Zona Económica Especial Social Mercado-ZEESM	-	-	9,924	-	-	9,924
Gabinete Porta-Voz do Governo	-	345	-	-	-	345
Secretaria de Estado do Conselho de Ministros	151	900	-	2,596	-	3,647
Gabinete do Secretário de Estado	65	652	-	146	-	863
Gráfica Nacional	86	248	-	2,450	-	2,784
Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares	88	93	-	-	-	181
Gabinete da Secretária de Estado	88	93	-	-	-	181
Secretaria de Estado da Comunicação Social	247	874	500	350	-	1,971
Gabinete do Secretário de Estado	78	342	160	-	-	579
Direcção de Disseminação de Informação	96	314	130	128	-	668
Centro de Rádio Comunitárias	61	177	210	206	-	654
Direcção Nacional Administração e Finanças	12	41	-	16	-	70
Secretario de Estado do Fortalecimento Institucional	114	931	500	42	-	1,587
Gabinete do Secretário de Estado	114	931	500	42	-	1,587
Secretaria de Estado para o Apoio e Promoção do Sector Privado	592	2,036	1,513	128	-	4,268
Gabinete da Secretária de Estado	139	915	1,019	84	-	2,157
Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial	447	556	-	10	-	1,013
Agência Especializada de Investimento	6	565	494	34	-	1,098
Secretaria de Estado para a Promoção da Igualdade	375	1,088	750	93	-	2,306

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Gabinete da Secretária de Estado	65	238	-	-	-	303
Direcção-Geral	51	137	-	-	-	188
Direcção Nacional da Administração, Logística e Finanças	145	320	-	93	-	558
Direcção Nacional de Política e Desenvolvimento do Género	100	376	750	-	-	1,226
Inspector e Auditor	14	17	-	-	-	31
Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto	486	1,030	6,500	56	595	8,667
Gabinete do Secretário de Estado	65	264	1,020	-	-	1,349
Direcção-Geral	10	17	-	-	-	27
Direcção Nacional de Administração e Finanças	179	621	-	56	595	1,451
Direcção Nacional da Juventude	43	10	703	-	-	756
Direcção Nacional da Educação Física e Desporto	47	22	3,717	-	-	3,786
Direcção Nacional da Política do Desenvolvimento	36	16	413	-	-	465
Direcção Nacional de Comunicação	48	49	305	-	-	402
Direcção Nacional de Arte	31	9	342	-	-	382
Gabinete de Inspeção e Auditoria Interna	27	22	-	-	-	49
Secretaria de Estado para a Política da Formação Profissional e Emprego	1,447	3,054	10,788	54	464	15,807
Gabinete do Secretário de Estado	69	278	-	-	-	347
Inspeção-Geral do Trabalho	189	181	-	-	-	370
Direcção-Geral	147	51	-	-	-	198
Direcção Nacional de Administração e Finanças	247	1,121	-	-	-	1,368

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Direcção Nacional do Aprovisionamento	21	32	-	54	464	571
Direcção Nacional da Condição do Trabalho	34	63	-	-	-	97
Direcção Nacional da Prevenção de Risco Profissional	28	56	-	-	-	84
Direcção Nacional da Colocação, Emprego e Protecção do Desemprego	28	35	-	-	-	63
Direcção Nacional da Segurança e Protecção Social	24	33	-	-	-	57
Direcção Nacional da Formação Profissional	114	71	-	-	-	185
Direcção Nacional de Emprego	101	789	10,778	-	-	11,668
Direcção Nacional das Relações de Trabalho	82	64	10	-	-	156
Secretaria de Apoio ao Conselho Nacional de Trabalho	41	29	-	-	-	70
Gabinete de Assistência Jurídica	8	24	-	-	-	32
Instituto Nacional do Desenvolvimento de Mão de Obra	19	66	-	-	-	85
Gabinete do Fundo de Emprego e Formação Profissional	10	21	-	-	-	31
Adido do Trabalho na Correia do Sul	204	73	-	-	-	277
Centro de Formação SENAI	81	68	-	-	-	149
Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação	13,438	14,975	-	376	-	28,789
Gabinete do Ministro	41	807	-	-	-	848
Gabinete de Inspeção-Geral e Auditoria	-	200	-	-	-	200
Instituto Diplomático	-	76	-	-	-	76
National Authorizing Officer-NAO	-	77	-	-	-	77
Agência de Cooperação Internacional de Timor-Leste-ACITL	-	232	-	-	-	232

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Gabinete do Vice-Ministro	33	226	-	1	-	260
Gabinete do Secretário de Estado para os Assuntos da ASEAN	29	755	-	-	-	784
Direcção-Geral para os Assuntos ASEAN	-	135	-	-	-	135
Secretário-Geral	13,335	3,875	-	67	-	17,277
Desvalorização do Dólar	-	346	-	-	-	346
Celebração dos Dias Nacionais	-	120	-	-	-	120
Direcção-Geral Protocolo	-	60	-	-	-	60
Direcção-Geral para os Assuntos Bilaterais da Ásia e Pacífico	-	536	-	33	-	569
Direcção-Geral para os Assuntos Bilaterais da América, Europa e África	-	101	-	-	-	101
Direcção-Geral para os Assuntos Multilaterais	-	125	-	-	-	125
Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Timorenses	-	205	-	-	-	205
Missão Permanente em Nova Iorque	-	430	-	-	-	430
Embaixada - Lisboa	-	285	-	-	-	285
Embaixada - Jacarta	-	226	-	-	-	226
Consulado - Denpasar	-	135	-	-	-	135
Consulado - Kupang	-	36	-	-	-	36
Embaixada - Washington	-	460	-	-	-	460
Embaixada - Canberra	-	214	-	-	-	214
Consulado - Sidney	-	86	-	-	-	86
Consulado - Darwin	-	176	-	-	-	176

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Embaixada - Kuala Lumpur	-	223	-	-	-	223
Embaixada - Bruxelas	-	328	-	1	-	329
Embaixada - Banguecoque	-	120	-	1	-	121
Embaixada - Tóquio	-	399	-	-	-	399
Embaixada - Pequim	-	229	-	-	-	229
Embaixada - Maputo	-	183	-	1	-	184
Embaixada - Havana	-	140	-	-	-	140
Embaixada - Manila	-	132	-	-	-	132
Embaixada - Genebra	-	291	-	1	-	292
Embaixada - Vaticano	-	213	-	-	-	213
Embaixada - Brasília	-	187	-	67	-	254
Embaixada - Seul	-	369	-	-	-	369
Embaixada - CPLP/Unesco	-	221	-	1	-	222
Embaixada Pretória	-	176	-	65	-	241
Embaixada - Luanda	-	216	-	65	-	281
Embaixada Singapura	-	403	-	-	-	403
Embaixada - Vietname	-	156	-	-	-	156
Agente Consulado Atambua	-	47	-	-	-	47
Embaixada-Londres	-	347	-	-	-	347
Consulado Nova-Zelândia	-	210	-	73	-	283

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Embaixada Laos	-	105	-	-	-	105
Embaixada Birmânia	-	113	-	-	-	113
Embaixada Cambódia	-	106	-	-	-	106
Embaixada Brunei	-	137	-	-	-	137
Ministério da Defesa e Segurança	26,597	40,389	-	3,046	1,316	71,348
Ministro da Defesa e Segurança	72	4,507		-	-	4,579
Gabinete do Ministro	72	4,507	-	-	-	4,579
Secretária de Estado da Defesa	1,048	4,826		1,404	654	7,931
Gabinete do Secretário de Estado	57	548	-	-	-	605
Direcção-Geral	14	49	-	-	-	63
Gabinete de Inspecção e Auditoria	27	52	-	-	-	79
Direcção Nacional de Administração e Finanças	32	565	-	-	-	596
Direcção Nacional de Planeamento e Intercâmbio Internacional	832	499	-	4	-	1,335
Direcção Nacional de Aprovisionamento	33	2,949	-	1,400	654	5,036
Direcção Nacional do Património	29	111	-	-	-	140
Direcção Nacional de Recursos Humanos	24	54	-	-	-	78
FALINTIL-Forças de Defesa de Timor-Leste	7,903	11,830		160	-	19,893
FALINTIL-Forças de Defesa de Timor-Leste	-	10,387	-	160	-	10,547
Quartel Geral das F-FDTL	7,903	1,443	-	-	-	9,346
Secretária de Estado de Segurança	4,037	5,026		406	522	9,991

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Gabinete do Secretário de Estado	65	57	-	-	-	122
Direcção-Geral	66	141	-	-	-	207
Gabinete de Inspeção e Auditoria	52	28	-	-	-	80
Direcção Nacional de Administração	130	684	-	-	122	936
Direcção Nacional de Finanças	58	20	-	-	-	78
Direcção Nacional de Protecção Civil	1,226	631	-	406	400	2,664
Direcção Nacional de Segurança de Edifícios Públicos	1,822	2,281	-	-	-	4,103
Direcção Nacional de Prevenção de Conflitos Comunitários	115	258	-	-	-	373
Direcção Nacional de Aprovisionamento	74	35	-	-	-	109
Serviços de Migração-Civil	429	890	-	-	-	1,319
Polícia Nacional de Timor-Leste	13,393	13,396		1,034	140	27,963
Direcção Nacional de Administração e Finanças	13,393	4,631	-	663	140	18,827
Unidade Especial da Polícia	-	2,275	-	-	-	2,275
Unidade de Patrulhamento das Fronteiras	-	1,286	-	122	-	1,408
Unidade Marítima	-	1,034	-	1	-	1,035
Comando Nacional de Operações	-	1,101	-	157	-	1,258
Centro da Formação da Polícia	-	1,240	-	91	-	1,331
Região I	-	751	-	-	-	751
Região II	-	500	-	-	-	500
Região III	-	474	-	-	-	474

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Região Oe-cusse	-	104	-	-	-	104
Instituto de Defesa Nacional	145	805	-	42	-	992
Instituto de Defesa Nacional	145	805	-	42	-	992
Ministério das Finanças	4,063	13,592	-	-	-	17,655
Gabinetes da Ministra e da Vice-Ministra	155	-	-	-	-	155
Direcção-Geral dos Serviços Corporativos	1,478	13,592	-	-	-	15,070
Direcção-Geral de Finanças do Estado	374	-	-	-	-	374
Direcção-Geral do Tesouro	291	-	-	-	-	291
Direcção-Geral de Impostos	338	-	-	-	-	338
Direcção-Geral das Alfândegas	672	-	-	-	-	672
Direcção-Geral de Estatística	615	-	-	-	-	615
Unidades Orgânicas do Ministério	142	-	-	-	-	142
Dotações para todo o Governo	-	68,751	23,341	1,148	-	93,240
Fundos de Contrapartidas	-	8,500	-	-	-	8,500
Auditoria Externa	-	3,000	-	-	-	3,000
Reserva de Contingência	-	22,320	-	-	-	22,320
Quotas de Membro de Instituições Internacionais	-	3,655	-	-	-	3,655
Pensões aos Ex-Titulares e Ex-Membros dos Órgãos de Soberania	-	-	5,991	-	-	5,991
Construção de Postos Integrados na Fronteira	-	1,037	-	39	-	1,076
Fundo de Contribuição às Instituições de Carácter Social	-	-	200	-	-	200

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Provisão para g7+	-	-	2,500	-	-	2,500
Serviço de Registo e Verificação Empresarial	-	1,102	-	81	-	1,183
Secretariado dos Grandes Projectos	-	1,855	-	40	-	1,895
Provisão para Serviços Legais	-	20,000	-	-	-	20,000
Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP	-	1,500	-	-	-	1,500
Contribuição Financeira	-	-	4,000	-	-	4,000
Provisão para Actividade de Pesquisa Estatística	-	4,488	-	509	-	4,997
Provisão para Diagnóstico dos Recursos Humanos	-	400	-	-	-	400
Debate sobre Legislação Fiscal e Macro-economia	-	200	-	-	-	200
Provisão para Capitalização do Banco Central de Timor-Leste	-	-	10,000	-	-	10,000
Provisão de Fundos para a Casa de Saber	-	-	150	-	-	150
Provisão para Centro de Paz e Reconciliação	-	-	500	-	-	500
Provisão de Oficina para Governo	-	695	-	479	-	1,174
Ministério da Justiça	4,391	19,844	450	256	1,350	26,291
Gabinete do Ministro	78	52	-	-	-	130
Gabinete do Vice-Ministro	65	46	-	-	-	111
Gabinete do Secretário de Estado de Terras e Propriedades	63	39	-	-	-	102
Direcção-Geral	40	197	-	-	-	237
Gabinete de Inspeção e Auditoria	69	85	-	4	-	158
Direcção Nacional de Administração e Finanças	268	15,667	-	12	-	15,946

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Direcção Nacional de Assessoria Jurídica e Legislação	97	60	-	-	-	157
Direcção Nacional dos Direitos Humanos da Cidadania	92	92	-	47	-	231
Direcção Nacional dos Registos e do Notariado	563	1,494	-	7	150	2,214
Direcção Nacional dos Serviços Prisionais e Reinserção Social	734	957	-	132	700	2,523
Centro de Formação Jurídica	92	85	-	-	-	177
Defensoria Pública	673	214	-	5	500	1,392
Direcção Nacional de Terras, Propriedades e Serviços Cadastrais	530	698	450	13	-	1,691
Comissão Nacional dos Direitos das Crianças	30	103	-	-	-	133
Polícia Científica de Investigação Criminal	998	55	-	37	-	1,089
Ministério da Saúde Incluindo Serviços e Fundos Autónomos	27,914	28,679	9,972	1,284	-	67,849
Ministério da Saúde Excluindo Serviços e Fundos Autónomos	27,687	28,316	9,972	1,239	-	67,214
Gabinete do Ministro	121	767	-	-	-	888
Gabinete da Vice-Ministra da Ética e Prestação de Serviços	64	139	-	-	-	203
Gabinete da Vice-Ministra para Gestão, Apoio e Recursos	64	147	-	-	-	211
Gabinete de Inspeção, Fiscalização e Auditoria	116	111	-	15	-	242
Direcção-Geral	128	257	-	15	-	400
Direcção Nacional de Administração e Recursos Humanos	1,505	1,788	4,250	15	-	7,558
Direcção Nacional Gestão Finanças e Aprovisionamento	253	935	50	132	-	1,370
Direcção Nacional de Saúde Pública	533	1,386	177	15	-	2,111
Direcção Nacional da Política Planeamento e Cooperação	162	143	995	15	-	1,315

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Direcção Nacional de Serviços Hospitalares	279	11,047	4,300	15	-	15,641
Laboratório Nacional	276	265	-	15	-	556
Hospital Nacional Guido Valadares	3,716	2,992	-	360	-	7,068
Hospital Referência de Baucau	1,189	1,126	-	186	-	2,501
Hospital Referência de Maliana	744	739	-	186	-	1,669
Hospital Referência de Maubisse	632	634	-	15	-	1,281
Hospital Referência de Oe-cusse	630	642	-	15	-	1,287
Hospital Referência de Suai	627	640	-	15	-	1,282
Serviços Distritais de Saúde de Aileu	1,000	264	-	15	-	1,279
Serviços Distritais de Saúde de Ainaro	904	270	-	15	-	1,189
Serviços Distritais de Saúde de Baucau	1,748	245	-	15	-	2,008
Serviços Distritais de Saúde de Bobonaro	1,240	302	-	15	-	1,557
Serviços Distritais de Saúde de Covalima	1,121	227	-	15	-	1,363
Serviços Distritais de Saúde de Díli	2,415	581	-	15	-	3,011
Serviços Distritais de Saúde de Ermera	1,237	359	-	15	-	1,611
Serviços Distritais de Saúde de Lautém	1,168	349	-	15	-	1,532
Serviços Distritais de Saúde de Liquiçá	990	213	-	15	-	1,218
Serviços Distritais de Saúde de Manatuto	1,243	402	-	15	-	1,660
Serviços Distritais de Saúde de Manufahi	1,020	300	-	15	-	1,335
Instituto de Ciências da Saúde	250	297	-	15	-	562

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Serviços Distritais de Saúde de Oe-cusse	824	276	-	15	-	1,114
Serviços Distritais de Saúde de Viqueque	1,424	386	-	15	-	1,825
Gabinete da Ética e Controlo de Qualidade	65	88	200	15	-	368
SAMES (Fundo Autónomo)	227	363	-	45	-	635
Ministério da Educação	59,366	34,115	6,300	85	-	99,866
Gabinete do Ministro	75	81	-	-	-	156
Gabinete do Vice-Ministro do Ensino Básico	65	36	-	-	-	101
Gabinete do Vice-Ministro do Ensino Secundário	65	39	-	-	-	104
Gabinete do Vice-Ministro do Ensino Superior e Ciência	65	36	-	-	-	101
Instituto Nacional Ciências Tecnologia	27	27	-	-	-	54
Gabinete do Inspector-Geral	124	59	-	-	-	183
Gabinete da Média Educativa e Serviços técnico Especial	30	27	-	-	-	57
Direcção-Geral dos Serviços Corporativos	64	52	-	-	-	116
Direcção-Geral do Ensino Superior	31	80	-	-	-	111
Direcção Nacional de Finanças e Logística	303	8,081	-	85	-	8,468
Direcção Nacional dos Recursos Humanos	10,568	209	-	-	-	10,776
Direcção Nacional de Aprovisionamento	43	144	-	-	-	187
Direcção Nacional do Ensino Superior Universitário	612	561	1,750	-	-	2,923
Direcção Nacional do Ensino Superior Técnico	65	141	-	-	-	206
Direcção Nacional de Desenvolvimento das Ciências e Tecnologias	39	71	-	-	-	110

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Direcção Nacioanl de Acção Social Escolar	103	14,162	2,709	-	-	16,974
Direcção Nacional do Currículo e Avaliação Escolar	78	2,149	-	-	-	2,227
Direcção Nacional de Educação Pré-Escolar	1,319	70	72	-	-	1,461
Direcção Nacional do Ensino Básico	34,873	593	521	-	-	35,987
Direcção Nacional do Ensino Secundário Geral	5,007	175	151	-	-	5,333
Direcção Nacional do Ensino Secundário Técnico-Vocacional	1,326	885	1,097	-	-	3,308
Direcção Nacional do Ensino Recorrente	196	1,213	-	-	-	1,410
Direcção Regional Oe-cusse	206	49	-	-	-	255
Instituto Nacional de Formação de Docentes e Profissionais da Educação (INFORDOPE)	1,369	2,898	-	-	-	4,267
Serviços Distritais de Educação de Díli	401	44	-	-	-	445
Serviços Distritais de Educação de Baucau	189	56	-	-	-	245
Serviços Distritais de Educação de Aileu	171	52	-	-	-	223
Serviços Distritais de Educação de Ainaro	208	47	-	-	-	255
Serviços Distritais de Educação de Bobonaro	259	59	-	-	-	318
Serviços Distritais de Educação de Ermera	177	66	-	-	-	243
Serviços Distritais de Educação de Lautém	169	66	-	-	-	235
Serviços Distritais de Educação de Liquiçá	174	52	-	-	-	226
Serviços Distritais de Educação de Manatuto	146	54	-	-	-	200
Serviços Distritais de Educação de Manufahi	193	58	-	-	-	251

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Serviços Distritais de Educação de Covalima	224	61	-	-	-	285
Serviços Distritais de Educação de Viqueque	170	63	-	-	-	233
Agência Nacional para Avaliação e Acreditação Académica (ANAAA)	21	129	-	-	-	150
Direcção-Geral Pré-Escolar e Ensino Básico	26	27	-	-	-	53
Direcção-Geral Ensino Secundário	21	78	-	-	-	99
Direcção Nacional Biblioteca Eskolar	34	45	-	-	-	79
Direcção Nacional Média Educativa e Centro de Impressão	65	441	-	-	-	506
Direcção Nacional do Currículo do Ensino Superior	66	523	-	-	-	589
Unidade de Infra-estruturas	-	360	-	-	-	360
Ministério da Administração Estatal	6,268	11,432	25,126	921	-	43,747
Gabinete do Ministro	77	88	-	-	-	165
Gabinete do Secretário de Estado da Descentralização Administrativa	64	1,618	-	-	-	1,682
Direcção-Geral da Descentralização Administrativa	20	31	-	-	-	51
Direcção Nacional do Planeamento e Finanças Municipais	43	35	-	-	-	78
Gabinete do Secretário do Estado do Desenvolvimento Local	64	94	-	-	-	158
Gabinete do Inspector-Geral	61	50	-	-	-	111
Direcção-Geral	14	72	-	-	-	86
Direcção Nacional da Administração e Finanças	78	3,883	-	921	-	4,882
Direcção Nacional de Planeamento, Avaliação e Cooperação Externa	51	51	-	-	-	102
Unidade de Aprovisionamento	21	38	-	-	-	59

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Direcção Nacional de Gestão e Recursos Humanos	50	40	-	-	-	90
Direcção Nacional de Protocolo e Comunicação Social (DNPCS)	47	51	-	-	-	98
Direcção Nacional de Logística e Informática	65	121	-	-	-	186
Arquivo Nacional	132	83	-	-	-	215
Secretariado Técnico da Administração Eleitoral	342	1,777	-	-	-	2,119
Direcção Nacional do Desenvolvimento Local	77	91	-	-	-	168
Secretariado Técnico do Programa Nacional Desenvolvimento de Sucos (STPNDS)	1,506	663	17,845	-	-	20,014
Direcção-Geral do Desenvolvimento	20	30	-	-	-	50
Direcção Nacional de Apoio a Administração de Sucos	52	100	-	-	-	152
Direcção Nacional da Administração Local	170	39	-	-	-	209
Administração do Distrito de Díli	777	1,186	991	-	-	2,954
Administração do Distrito de Baucau	143	112	904	-	-	1,159
Administração do Distrito de Aileu	342	99	451	-	-	892
Administração do Distrito de Ainaro	130	98	369	-	-	597
Administração do Distrito de Bobonaro	146	113	687	-	-	946
Administração do Distrito de Ermera	380	106	836	-	-	1,322
Administração do Distrito de Lautém	144	106	499	-	-	749
Administração do Distrito de Liquiçá	328	93	388	-	-	809
Administração do Distrito de Manatuto	147	111	379	-	-	637
Administração do Distrito do Manufahi	129	105	440	-	-	674

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Administração do Distrito de Oe-cusse	129	99	238	-	-	466
Administração do Distrito de Covalima	182	119	464	-	-	765
Administração do Distrito de Viqueque	140	106	637	-	-	883
Comissão Instaladora dos Municípios	197	25	-	-	-	222
Ministério do Comércio, Indústria e do Ambiente	2,339	17,869	4,800	308	-	25,316
Gabinete do Ministro	77	289	-	-	-	365
Gabinete do Vice-Ministro	65	100	-	-	-	165
Gabinete Secretário Estado do Comércio	63	78	-	-	-	141
Gabinete Secretário de Estado da Indústria e Cooperativas	63	78	-	-	-	141
Gabinete do Secretário de Estado do Meio Ambiente	63	149	-	-	-	212
Gabinete de Auditoria Interna	41	47	-	-	-	88
Gabinete Jurídico	14	275	-	-	-	289
Direcção-Geral Administração e das Finanças	528	3,817	2,630	308.00	-	7,283
Direcção-Geral do Comércio	587	1,511	250	-	-	2,348
Direcção-Geral da Indústria e Cooperativas	312	1,483	1,600	-	-	3,395
Direcção-Geral do Ambiente	374	980	270	-	-	1,624
Inspecção Alimentar e Económico	93	302	50	-	-	445
Fundo Segurança Alimentar	60	8,762	-	-	-	8,822
Ministério da Solidariedade Social	1,850	12,945	179,620	298	2,452	197,165
Gabinete da Ministra	78	149	500	-	-	727

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Gabinete do Vice-Ministro	66	117	-	-	-	183
Gabinete do Secretário de Estado para os Assuntos dos Antigos Combatentes da Libertação Nacional	64	223	-	-	-	287
Gabinete do Secretário de Estado da Segurança Social	63	63	-	-	-	126
Direcção Nacional de Regime Não Contributivo de Segurança Social	96	652	34,920	-	-	35,668
Direcção Nacional Regime Contributivo de Segurança Social	50	462	1,002	-	-	1,514
Inspeção e Auditoria Interna	40	104	-	-	-	144
Direcção-Geral	47	400	-	-	-	446
Centro Regional de Solidariedade Social de Díli	43	73	-	-	-	116
Centro Regional de Solidariedade Social de Baucau	106	141	-	-	-	247
Centro Regional de Solidariedade Social de Bobonaro	99	105	-	-	-	204
Centro Regional de Solidariedade Social de Ermera	76	76	-	-	-	152
Centro Regional de Solidariedade Social de Manatuto	44	51	-	-	-	95
Centro Regional de Solidariedade Social de Manufahi	69	83	-	-	-	151
Centro Regional de Solidariedade Social de Oe-cusse	77	84	-	-	-	161
Direcção Nacional de Administração e Finanças	156	808	-	298	630	1,892
Direcção Nacional de Administração e Recursos Humanos	85	1,018	-	-	-	1,103
Direcção Nacional dos Assuntos dos Antigos Combatentes da Libertação Nacional	137	4,873	130,447	-	1,822	137,279
Direcção Nacional da Assistência Social	165	1,142	860	-	-	2,166
Direcção Nacional de Reinserção Social	134	462	10,892	-	-	11,488

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Direcção Nacional de Gestão de Desastres	136	1,212	1,000	-	-	2,348
Centro Nacional de Reabilitação	21	647	-	-	-	668
Ministério das Obras Públicas Incluindo Serviços e Fundos Autónomos	5,529	126,317	1,500	3,475	20,607	157,428
Ministério das Obras Públicas Excluindo Serviços e Fundos Autónomos	4,598	124,110	1,500	3,475	20,607	154,290
Gabinete do Ministro das Obras Públicas	77	793	-	-	-	870
Secretaria de Estado Obras Públicas	63	36	-	-	-	99
Gabinete do Secretário de Estado da Eletricidade	63	41	-	-	-	104
Gabinete do Secretário de Estado de Água, Saneamento e Urbanização	63	25	-	-	-	88
Direcção-Geral dos Serviços Corporativos	314	2,419	1,500	3,475	20,607	28,315
Direcção-Geral das Obras Públicas	1,189	575	-	-	-	1,764
Direcção-Geral da Eletricidade	1,820	118,092	-	-	-	119,912
Direcção-Geral de Água, Saneamento e Urbanização	1,009	2,129	-	-	-	3,138
Instituto Público Gestão Equipamento (Agência Auto financiada)	931	2,207	-	-	-	3,138
Ministério dos Transportes e Comunicações Incluindo Serviços e Fundos Autónomos	1,730	5,231	-	12,671	2,714	22,346
Ministério dos Transportes e Comunicações Excluindo Serviços e Fundos Autónomos	1,189	2,243	-	671	2,714	6,817
Gabinete do Ministro	73	58	-	-	-	131
Gabinete do Vice-Ministro dos Transportes e Comunicações	69	67	-	-	-	136
Direcção-Geral dos Serviços Corporativos	252	1,489	-	514	500	2,755
Direcção-Geral dos Transportes e Comunicações	732	603	-	157	2,214	3,706
Autoridade da Aviação Civil de Timor-Leste (AACTL)	63	26	-	-	-	89

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Administração de Aeroportos e Navegação Aérea de Timor Leste (Agências Auto Financiada)	374	551	-	-	-	925
Autoridade Portuária de Timor-Leste (Agências Auto Financiada)	167	2,437	-	12,000	-	14,604
Ministério da Agricultura e Pescas	6,504	14,176	750	498	3,749	25,677
Gabinete do Ministro	78	70	-	-	-	148
Gabinete do Vice-Ministro	65	65	-	-	-	130
Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e Conservação da Natureza	63	60	-	-	-	123
Gabinete do Secretário de Estado das Pescas	63	60	-	-	-	123
Direcção-Geral das Florestas e Pescas	29	25	-	-	-	54
Direcção Nacional da Conservação da Natureza	-	201	-	-	-	201
Direcção Nacional de Gestão Recursos Aquáticos e Inspeção das Pescas	153	116	-	-	-	269
Gabinete do Secretário de Estado da Pecuária	63	60	-	-	-	123
Direcção-Geral da Agricultura e Pecuária	29	25	-	-	-	54
Direcção Nacional de Veterinária	-	402	-	48	-	450
Direcção-Geral dos Serviços Corperativos	29	25	-	-	-	54
Direcção Nacional de Recursos Humanos	97	154	-	-	-	251
Direcção Nacional de Aprovisionamento e Logística	154	505	-	-	-	659
Direcção Nacional de Agro-Comércio	73	118	-	-	-	191
Direcção Nacional da Administração e Finanças	306	568	-	127	-	1,001
Inspeção e Auditoria	33	25	-	-	-	58

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Gabinete do Jurídico	21	10	-	-	-	31
Direcção Nacional de Pesquisa e Serviços Especiais	210	381	-	-	-	591
Direcção Nacional de Quarentena e Biosegurança	244	176	-	-	-	420
Direcção Nacional de Formação Técnica Agrícola	557	341	-	23	-	921
Direcção Nacional de Política e Planeamento	82	138	-	-	-	220
Direcção Nacional Agricultura e Horticultura	205	4,225	-	-	2,000	6,430
Direcção Nacional de Plantas, Indústria e do Café	126	440	-	-	-	566
Secretariado de Segurança e Soberania Alimentar, Nutricional e Cooperação	50	1,042	-	-	-	1,092
Direcção Nacional de Florestas e Gestão Bacias Hidrográficas	257	254	-	-	-	511
Direcção Nacional de Irrigação e Gestão Utilização de Água	121	568	-	-	1,749	2,438
Direcção Nacional das Pescas e Aquicultura	253	586	-	300	-	1,139
Direcção Nacional de Pecuária	299	783	-	-	-	1,082
Direcção Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário Agrícola	139	1,466	750	-	-	2,355
Serviços de Agricultura do Distrito Aileu	109	61	-	-	-	170
Serviços de Agricultura do Distrito Ainaro	153	77	-	-	-	230
Serviços de Agricultura do Distrito Baucau	272	100	-	-	-	372
Serviços de Agricultura do Distrito Bobonaro	308	121	-	-	-	429
Serviços de Agricultura do Distrito Covalima	258	107	-	-	-	365
Serviços de Agricultura do Distrito Ermera	165	68	-	-	-	233
Serviços de Agricultura do Distrito Liquiçá	163	77	-	-	-	240

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Serviços de Agricultura do Distrito Lautém	260	105	-	-	-	365
Serviços de Agricultura do Distrito Manatuto	165	99	-	-	-	264
Serviços de Agricultura do Distrito Manufahi	252	105	-	-	-	357
Serviços de Agricultura do Distrito Oe-cusse	263	204	-	-	-	467
Serviços de Agricultura do Distrito Viqueque	281	113	-	-	-	394
Direcção dos Serviços de Agricultura do Distrito de Díli	56	50	-	-	-	106
Ministério do Turismo	860	4,535	1,000	9	768	7,172
Gabinete do Ministro	75	317	-	-	-	392
Gabinete de Inspeção e Auditoria Interna	34	30	-	-	-	64
Gabinete do Secretária de Estado da Arte e Cultura	63	93	-	-	-	156
Direcção-Geral do Turismo	55	86	-	-	-	141
Direcção Regional de Turismo I (Distritos Díli)	-	30	-	-	-	30
Direcção Regional de Turismo II (Distritos de Baucau)	-	30	-	-	-	30
Direcção Regional de Turismo III (Distrito de Ainaro)	-	30	-	-	-	30
Direcção Regional de Turismo IV (Distrito de Ermera)	-	30	-	-	-	30
Direcção-Geral da Cultura	76	137	150	-	-	363
Inspeção-Geral de Jogos	66	65	-	-	-	131
Direcção Nacional dos Museus e Biblioteca	49	32	-	-	-	81
Direcção Nacional do Património Cultural	53	117	-	-	-	170
Direcção Nacional de Artes, Cultura e Indústrias Criativas Culturais	40	46	-	-	-	86

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Direcção Nacional de Marketing do Turismo	35	79	-	-	-	114
Direcção Nacional do Plano e Desenvolvimento Turístico	29	97	-	-	768	894
Direcção Nacional de Empreendimentos, Actividades e Produtos Turísticos	39	87	850	-	-	976
Direcção Nacional dos Museus	48	35	-	-	-	83
Academia de Arte e Indústria Criativas Culturais	-	346	-	-	-	346
Gabinete do Direcção-Geral da Administração e Finanças	42	1,989	-	-	-	2,031
Direcção Nacional de Administração dos Recursos Humanos	31	73	-	-	-	104
Direcção Nacional de Gestão e Financeira	34	75	-	9	-	118
Direcção Nacional de Aprovisionamento e Logística	47	582	-	-	-	629
Direcção Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento	44	29	-	-	-	73
Centro de Convenções de Dili-CCD	-	100	-	-	-	100
Ministério do Petróleo e Recursos Minerais	253	2,147	11,500	9	-	13,909
Gabinete do Ministro	62	585	-	-	-	647
Direcção Nacional de Administração e Finanças	136	879	11,500	9	-	12,524
Secretariado TL- EITI	4	465	-	-	-	469
Direcção Nacional de Minerais	51	218	-	-	-	269
Tribunais	1,534	3,169	-	440	250	5,393
Conselho Superior da Magistratura Judicial	31	7	-	-	-	38
Tribunal de Recurso	1,162	2,951	-	440	250	4,803
Tribunais Distritais	341	212	-	-	-	553

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Procuradoria-Geral da República	1,423	1,720	-	136	460	3,738
Procuradoria-Geral da República	1,020	1,647	-	136	460	3,263
Procuradoria Distrital de Baucau	190	30	-	-	-	219
Procuradoria Distrital de Suai	135	26	-	-	-	161
Procuradoria Distrital de Oe-cusse	78	18	-	-	-	96
Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça	520	465	-	110	-	1,095
Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça	399	376	-	110	-	885
Direções Direitos Humanos e Boa Governação	121	89	-	-	-	210
Serviço Público de Radio Difusão, Televisão de Timor-Leste	734	1,117	-	267	-	2,117
Direcção de Informação	235	68	-	-	-	303
Direcção de Administração e Finanças	151	922	-	60	-	1,132
Direcção de Programação	149	70	-	96	-	314
Direcção de Apoio Técnico	200	56	-	111	-	367
Comissão Nacional de Eleições	542	2,185	6,000	37	-	8,764
Comissão Nacional de Eleições	542	2,185	6,000	37	-	8,764
Comissão Anti-Corrupção	388	929	-	164	-	1,481
Comissão Anti-Corrupção	388	929	-	164	-	1,481
Comissão da Função Pública	1,003	2,148	-	60	-	3,211
Comissão da Função Pública	684	2,064	-	60	-	2,808
Instituto Nacional de Administração Pública	319	84	-	-	-	403

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Universidade Nacional Timor Lorosa'e	6,697	2,940	3,974	174	700	14,485
Universidade Nacional Timor Lorosa'e	6,697	2,940	3,974	174	700	14,485

ANEXO III

Serviços e Fundos Autônomos parcialmente financiados por receitas próprias dentro do Orçamento Geral do Estado

	Despesas	Receitas Próprias	Dotação do OGE
ANATL			
Salário e Vencimento	374		
Bens e Serviços	551		
Transferência Públicas	-		
Capital Menor	-		
Capital de Desenvolvimento	-		
Total	925	2,077	(1,153)
APORTIL (Inc. Berlin Nakroma)			
Salário e Vencimento	167		
Bens e Serviços	2,437		
Transferência Públicas	-		
Capital Menor	12,000		
Capital de Desenvolvimento	-		
Total	14,604	5,392	9,212
IGE			
Salário e Vencimento	931		
Bens e Serviços	2,207		
Transferência Públicas	-		
Capital Menor	-		
Capital de Desenvolvimento	-		
Total	3,138	134	3,004
SAMES			
Salário e Vencimento	227		
Bens e Serviços	363		
Transferência Públicas	-		
Capital Menor	45		
Capital de Desenvolvimento	-		
Total	635	1	634
Total dos Serviços e Fundos Autônomos	19,302	7,604	11,698

ANEXO IV - Dotações Orçamentais para 2015 do Fundo das Infraestruturas (US\$'000)

Nome do Programas/Subprogramas	Despesas financiadas por saldo transitado de 2014	Salário e Vencimento	Bens e Serviços	Transferência Públicas	Capital Menor	Capital Desenvolvimento (reforço em 2015)	Total das Despesas
Total Incluindo Empréstimos	11,100	-	-	-	-	422,895	433,995
Total Excluindo Empréstimos	-	-	-	-	-	363,995	363,995
Total Empréstimos	11,100	-	-	-	-	58,900	70,000
Programa de Agricultura e Pescas	-					7,236	7,236
Programa de Água e Saneamento	-					5,598	5,598
Programa de Desenvolvimento Urbano e Rural	-					9,595	9,595
Programa de Edifícios Públicos	-					17,463	17,463
Programa de Sistema Financeiro e Suportas de Infra-estruturas	-					19,635	19,635
Programa do Sector Juventude e Desporto	-					2,750	2,750
Programa do Sector Educação	-					7,962	7,962
Programa de Electricidade	-					58,128	58,128
Programa Informático	-					1,400	1,400
Objectivo do Desenvolvimento Milénio						11,000	

	-		11,000
Programa do Sector de Saúde		3,996	
	-		3,996
Programa da Defesa e Segurança		12,528	
	-		12,528
Sub Programa de Segurança		8,389	
	-		8,389
Sub Programa de Defesa		4,139	
	-		4,139
Programa de Solidariedade Social		-	
	-		-
Programa de Desenvolvimento Tasi Mane		37,581	
	-		37,581
Programa de Estradas		59,800	
	-		59,800
Programa de Pontes		9,818	
	-		9,818
Programa de Aeroportos		19,000	
	-		19,000
Programa de Portos		8,855	
	-		8,855
Programa de Desenvolvimento Região Oe-cusse		62,461	
	-		62,461
Programa do Sector Turismo		1,000	
	-		1,000
Preparação de Desenhos e Supervisão-Novos Projectos		8,189	
	-		8,189
Programa de Empréstimos		58,900	
	11,100		70,000

ANEXO V - Dotações Orçamentais para 2015 do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano (US\$'000)

Nome do Programas/Subprogramas	Despesas financiadas por saldo transitado de 2014	Salário e Vencimento	Bens e Serviços (reforço em 2015)	Transferência Públicas	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Total	2,100	-	30,000	-	-	-	32,100
Formação Profissional	300		9,819				10,119
Formação Técnica	100		3,698				3,798
Bolsas de Estudo	1,600		14,340				15,940
Outros Tipos de Formação	100		2,143				2,243

Parte 4: Documentação de Apoio

4.1: Justificação para Transferências a partir do Fundo Petrolífero

[A justificação sera enviada por separado ao Parlamento Nacional e será incluída na versão final do Livro Orçamental]

4.2: Relatório 1 sobre o RSE: Necessidades relativas a Transferências a partir do Fundo Petrolífero para o RSE de 2015



República Democrática de Timor-Leste
Ministério das Finanças
Gabinete da Ministerial



"Seja um bom cidadão, seja um novo herói para a nossa Nação"

No: 497 / V/GMF / 2014-10 Dili, 8 October 2014

Sua Excelência
Senhor Kay Rala Xanana Gusmão
Primeiro-Ministro
República Democrática de Timor-Leste

ASSUNTO: REQUISITO PARA TRANSFERÊNCIAS A PARTIR DO FUNDO PETROLÍFERO

Sua Excelência,

O presente relatório é elaborado de acordo com as alíneas a) e b) do artigo 8.º da Lei n.º 9/2005, de 3 de Agosto, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de Setembro, Lei do Fundo Petrolífero. O Rendimento Sustentável Estimado é calculado nos termos do Anexo 1 da Lei do Fundo Petrolífero.

Estimativa do Rendimento Sustentável para o Ano Financeiro de 2015	Montante (USD) \$638,5 milhões
Estimativa do Rendimento Sustentável para o ano anterior 2014	Montante (USD) \$632,3 milhões

O Livro 1 de apoio ao Orçamento Geral do Estado para 2015 inclui uma análise da metodologia na que se baseiam os cálculos do Rendimento Sustentável Estimado.

De acordo com a alínea c) do artigo 8.º da Lei do Fundo Petrolífero, um Auditor Independente deverá certificar o montante da estimativa do Rendimento Sustentável Estimado. O relatório de certificação encontra-se em anexo em à presente carta.

Com os melhores cumprimentos,


Emília Pires
Ministra

Em nome da Ministra das Finanças



Santina J.R.F. Viegas Cardoso
Vice Ministra

Edifício 5, 1.º Andar,
Palácio do Governo,
Dili, Timor-Leste
Phone - +670 3339510
Fax - +670 3331204
Website - www.mof.gov.tl

4.3: Relatório 2 sobre o RSE: Necessidades relativas a Transferências a partir do Fundo Petrolífero para o RSE a médio prazo



República Democrática de Timor-Leste
Ministério das Finanças
Gabinete da Ministerial



"Seja um bom cidadão, seja um novo herói para a nossa Nação"

No: 498 / V/GMF / 2014-10 Dili, 8 October 2014

Sua Excelência
Senhor Kay Rala Xanana Gusmão
Primeiro-Ministro
República Democrática de Timor-Leste

ASSUNTO: REQUISITO PARA TRANSFERÊNCIAS A PARTIR DO FUNDO PETROLÍFERO

Sua Excelência,

O presente relatório é apresentado nos termos da alínea b), do artigo 9.º da Lei n.º 9/2005, de 3 de Agosto, conforme a redacção que lhe foi ultimamente dada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de Setembro, Lei do Fundo Petrolífero.

Como requerido na alínea b) do artigo 9.º, a tabela abaixo demonstra a redução do Rendimento Sustentável Estimado para os anos fiscais de 2014, em resultado da proposta de transferência do Fundo Petrolífero de um montante que excede o Rendimento Sustentável Estimado em 2015:

Ano Fiscal	Transferências a partir do Rendimento Sustentável Estimado em 2015	
	\$638,5 milhões	\$1327,5 milhões
2016	653.6	632.4
2017	670.0	648.3
2018	687.4	665.0
2019	705.7	682.7
2020	724.6	701.1
2021	744.0	719.9
2022	763.9	739.1
2023	784.4	759.0
2024	805.5	779.3
2025	827.1	800.2

Nos termos do disposto na alínea c) do artigo 9.º da supracitada Lei, o Auditor Independente deve confirmar as estimativas de redução do Rendimento Sustentável Estimado. O relatório de certificação encontra-se em anexo.

Todos os cálculos foram executados por técnicos especialistas do Ministério das Finanças e com recurso a assistência profissional externa.

Sem mais de momento, subscrevo-me com a minha mais elevada consideração e estima.

Emília Pires
Ministra

Em nome da Ministra das Finanças


Santina J.R.F. Viegas Cardoso
Vice Ministra



Edifício 5, 1.º Andar,
Palácio do Governo,
Dili, Timor-Leste
Phone - +670 3334510
Fax - +670 3331204
Website - www.mof.gov.tl

4.4: Relatório da Deloitte sobre o RSE



Deloitte Touche Tohmatsu
ABN 74 490 121 080

Level 11
24 Mitchell Street
Darwin NT 0800
GPO Box 4206
Darwin NT 0801 Australia

Tel: +61 (0)8 8998 3000
Fax: +61 (08) 8980 3501
www.deloitte.com.au

V. Excelência Emília Pires
Ministério das Finanças
República Democrática de Timor-Leste
Edifício N.º 5, Rés-do-Chão
Palácio do Governo, Díli, Timor-Leste

10 de Outubro de 2014

Estimada Ministra

Relatório de Conclusões Factuais relacionado com as estimativas da redução do Rendimento Sustentável Estimado (Artigo 9º)

De acordo com o Contrato RDITL 83683 e suas adendas subsequentes, executámos determinados procedimentos acordados unicamente com o propósito de fornecer ao Governo da República Democrática de Timor-Leste um relatório em conformidade com a alínea c) do Artigo 9º da Lei n.º 9/2005 *Lei do Fundo Petrolífero*, tal como alterada pela Lei n.º 12/2011 *Primeira Alteração à Lei do Fundo Petrolífero*. O nosso trabalho foi executado de acordo com a Norma Internacional Sobre Serviços Relacionados (ISRS) 4400 *Trabalhos Para Executar Procedimentos Acordados Respeitantes a Informação Financeira*. O presente relatório deve ser lido juntamente com o nosso contrato, o qual estabelece a base sobre a qual o nosso trabalho foi executado.

Âmbito do trabalho e declaração de responsabilidade

A pedido de V. Exas. e conforme acordado, executámos os procedimentos descritos na tabela abaixo. O âmbito do nosso trabalho limitou-se unicamente a esses procedimentos. V. Exas. são responsáveis por determinar se o âmbito do nosso trabalho é suficiente para os V. propósitos e não efectuamos quaisquer representações relativamente à suficiência destes procedimentos face aos V. propósitos. Caso tivéssemos efectuado procedimentos adicionais, outras matérias podiam ter chegado ao nosso conhecimento que teriam sido relatadas a V. Exas.

O presente relatório não deve dispensar quaisquer outras indagações e procedimentos que podem ser necessários para satisfazer os requisitos dos destinatários do relatório.

Os procedimentos executados não constituíram qualquer forma de revisão ou de auditoria e não expressámos qualquer opinião nem tirámos conclusões com base nos procedimentos executados. Não submetemos a informação constante no presente relatório ou que nos foi fornecida pelo Ministério das Finanças a procedimentos de conferência e verificação, excepto na medida do que é estritamente indicado abaixo. Isto é a prática normal na execução de tais procedimentos de âmbito limitado, contudo contrasta significativamente com, por exemplo, uma auditoria. Os procedimentos que executámos não foram desenhados com o intuito de identificar fraude ou representações incorrectas por parte do Ministério das Finanças e não é expectável que revelem tais situações. Consequentemente, não podemos aceitar responsabilidades pela detecção de fraude (quer por parte da administração, quer por parte de entidades externas) ou de representações incorrectas por parte da administração do Ministério das Finanças.

O presente relatório destina-se unicamente ao V. uso exclusivo e tem por finalidade única satisfazer os requisitos da alínea c) do Artigo 9º da Lei nº 9/2005 *Lei do Fundo Petrolífero*, tal como alterada pela Lei nº 12/2011 *Primeira Alteração à Lei do Fundo Petrolífero*. O nosso relatório não pode ser usado para qualquer outra finalidade, referido ou referido em qualquer documento, copiado ou disponibilizado (total ou parcialmente) a qualquer outra pessoa sem o nosso consentimento escrito prévio. Não aceitamos qualquer dever, responsabilidade ou obrigação perante outros em resultado do presente relatório ou deste trabalho.

Procedimentos e Situações Detectadas

Procedimentos	Situações Detectadas
1. Obtenção dos cálculos de suporte subjacentes ao relatório do Governo a ser fornecido ao Parlamento no seguimento da alínea b) do Artigo 9º;	1. Os cálculos de suporte subjacentes ao relatório do Governo a ser fornecido ao Parlamento no seguimento da alínea b) do Artigo 9º foram obtidos do Ministério das Finanças no dia 3 de Outubro de 2014.
2. Concordar a metodologia de cálculo com os cálculos do Rendimento Sustentável Estimado para o orçamento do ano fiscal de 2014, tal como previamente obtidos pela Deloitte;	2. A metodologia de cálculo foi concordada com os cálculos do Rendimento Sustentável Estimado para o orçamento do ano fiscal de 2014, tal como previamente obtidos pela Deloitte.
3. Obtenção do valor proposto da transferência do Governo, que consistem num montante em excesso relativamente ao Rendimento Sustentável Estimado pelo Governo para efeitos do orçamento do ano fiscal de 2014, e concordar o valor com o cálculo subjacente actualizado, que incorpora a transferência do Governo proposta;	3. O Ministério das Finanças comunicou à Deloitte uma transferência do Governo de 1,327,5 milhões de dólares dos Estados Unidos, constando-se que excede o Rendimento Sustentável Estimado de 638,5 milhões de dólares dos Estados Unidos, tal como previamente calculado pelo Governo para efeitos do orçamento de ano fiscal de 2015, em 689 milhões de dólares dos Estados Unidos. O montante de 1,327,5 milhões de dólares dos Estados Unidos foi incorporado no cálculo subjacente actualizado.
4. Re-execução dos cálculos da estimativa de redução do Rendimento Sustentável Estimado para o ano fiscal a iniciar-se em 1 de Janeiro de 2015, que resulta da proposta de transferência do Governo do Fundo Petrolífero no ano fiscal de 2014;	4. Foram re-executados os cálculos da estimativa de redução do Rendimento Sustentável Estimado para o ano fiscal a iniciar-se em 1 de Janeiro de 2016 sem terem sido detectadas excepções. A redução estimada em cada um dos anos futuros de 2016 a 2025 variou entre 21,2 e 26,9 milhões de dólares dos Estados Unidos, conforme estabelecido no Anexo A.
5. Fornecimento de um relatório ao Governo em conformidade com a Lei nº 9/2005 <i>Lei do Fundo Petrolífero</i> , tal como alterada pela Lei nº 12/2011 <i>Primeira Alteração à Lei do Fundo Petrolífero</i> .	5. O presente relatório.

Atenciosamente,



Deloitte Touche Tohmatsu

ANEXO A

Pagamentos futuros projectados

Excesso do Rendimento Sustentável Estimado em 2015:

Ano Fiscal	Levantamentos Estimados do Rendimento Sustentável em 2015	
	638,5 milhões de dólares	1327,5 milhões de dólares
2016	653,6	632,4
2017	670,0	648,3
2018	687,4	665,0
2019	705,7	682,7
2020	724,6	701,1
2021	744,0	719,9
2022	763,9	739,1
2023	784,4	759,0
2024	805,5	779,3
2025	827,1	800,2

Preparado para o Governo da República Democrática de Timor-Leste pelo Ministério das Finanças



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Edifício 5, 1.º Andar, Palácio do Governo, Díli, Timor-Leste

Phone - +670 3339510 Fax - +670 3331204

Website - www.mof.gov.tl